

ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E ANÁLISE DO DISCURSO:

POSSÍVEIS INTERLOCUÇÕES

Organizadores

Vânia Lisboa da Silveira Guedes

Maria de Fatima Sousa de Oliveira Barbosa

Antonio José Barbosa de Oliveira

Maria José Veloso da Costa Santos

**ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E
ANÁLISE DO DISCURSO:
POSSÍVEIS INTERLOCUÇÕES**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Reitor: Roberto de Andrade Medronho

Vice-Reitora: Cássia Curan Turci

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS

Decano: Flávio Alves Martins

Vice-Decano: João Luiz Pondé

**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E
CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Diretor: Marcos Roberto Pinto

Vice-Diretora: Eliane Ribeiro Pereira



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E ANÁLISE DO DISCURSO: POSSÍVEIS INTERLOCUÇÕES

Organizadores

Vânia Lisboa da Silveira Guedes
Maria de Fatima Sousa de Oliveira Barbosa
Antonio José Barbosa de Oliveira
Maria José Veloso da Costa Santos

Rio de Janeiro
FACC/UFRJ
2025

Rio de Janeiro - FACC/UFRJ 2025

Organização do Conhecimento e Análise do Discurso: Possíveis Interloquções
Copyright 2025, Autores & FACC/UFRJ

FICHA CATALOGRÁFICA

O68 Organização do Conhecimento e Análise do Discurso: possíveis interloquções / Organizadores: Vânia Lisbôa da Silveira Guedes, Maria de Fátima Sousa de Oliveira Barbosa, Antonio José Barbosa de Oliveira, Maria José Veloso da Costa Santos. - Rio de Janeiro: FACC/UFRJ, 2025. 154 p. : il. ; 21 cm.

Bibliografia ao final dos capítulos.
ISBN 978-65-80879-03-8

I. Organização do Conhecimento. 2. Análise do Discurso. I. Guedes, Vânia Lisbôa da Silveira, (org.). II. Barbosa, Maria de Fatima Sousa de Oliveira, (org.). III. Oliveira, Antonio José Barbosa de, (org.). IV. Santos, Maria José Veloso da Costa, (org.).

CCD: 025.04

<https://doi.org/10.29327/5577952>

Ficha catalográfica elaborada por Maria José Veloso da Costa Santos (CRB7/3127)

Os conceitos emitidos neste livro são de responsabilidade dos autores

Impressão e acabamento: Oficina de Livros

Capa e projeto gráfico: Oficina de Livros

Organização: Vânia Lisboa da Silveira Guedes, Maria de Fatima Sousa de Oliveira Barbosa, Antonio José Barbosa de Oliveira, Maria José Veloso da Costa Santos,

Normalização: Felipe Fonseca e Larissa Silva Costa

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Faculdade de Administração e Ciências Contábeis

Av. Pasteur, 250 – Praia Vermelha

CEP 22290-902 – Rio de Janeiro – RJ

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO – UMA COLABORAÇÃO COM FUTURO 7

Paula Pinto Costa

ANÁLISE DO DISCURSO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: LIMITES E FRONTEIRAS 9

Thiago Henrique Bragato Barros

ANÁLISE DE CONTEÚDO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: TENDÊNCIAS DA INTERDISCIPLINARIDADE 25

Olívia Pestana

ENCRUZILHADAS DO DISCURSO: DA TEORIA BARROCA À DECOLONIALIDADE EM ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO 39

Gustavo Silva Saldanha

POSSÍVEIS CONTRIBUTOS DA ANÁLISE DO DISCURSO PARA A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO 51

Carlos Alberto Marques Gouveia e Vania Lisboa da Silveira Guedes

INFORMATION ORGANIZATION OR KNOWLEDGE ORGANIZATION: WHAT ARE WE REALLY ORGANIZING? 65

Jorge Revez

ANÁLISE DE CONTEÚDO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS: HAVERÁ REALMENTE PROBLEMAS ESPECÍFICOS? 89

Fernanda Ribeiro

ARQUEOLOGIA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UMA REFLEXÃO 107

Gustavo Henrique de Araújo Freire

ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E ANÁLISE (CRÍTICA) DO DISCURSO: DIMENSÕES DIALÓGICAS, EPISTEMOLÓGICAS E EMPÍRICAS 119

Vania Lisboa da Silveira Guedes, Maria de Fatima Sousa de Oliveira Barbosa

BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA COMO ABORDAGEM TEÓRICO- METODOLÓGICA PARA A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO (BICIOC) 133

Vania Lisboa da Silveira Guedes e Maria José Veloso da Costa Santos

UMA COLABORAÇÃO COM FUTURO

PAULA PINTO COSTA

Diretora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP)

Email: ppinto@letras.up.pt

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-1926-2276>

O Primeiro Ciclo Internacional de Conferências dedicado ao tema *Organização do Conhecimento e Análise do Discurso em Diálogo*, que teve lugar no dia 6 de dezembro de 2023 (Rio de Janeiro, *online*) enquadrou-se no Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica celebrado entre a Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FACC/UFRJ). Este Primeiro Ciclo Internacional de Conferências reflete o longo trabalho que tem sido desenvolvido por estas duas instituições, em particular, na área da Ciência da Informação. Por parte da FACC/UFRJ, o Professor Antônio José Barbosa de Oliveira, Diretor da Faculdade, tem mantido ativa esta colaboração institucional, com o envolvimento de outros professores e investigadores, destacando-se os nomes de Vânia Lisboa da Silveira Guedes, de Maria de Fatima Sousa de Oliveira Barbosa e de Maria José Veloso da Costa Santos. Já do lado da FLUP, os professores que mais contribuíram para a criação e desenvolvimento deste grupo internacional de trabalho são Cândida Fernanda Antunes Ribeiro e Armando Manuel Barreiros Malheiro da Silva, ambos do Departamento de Ciências da Comunicação e da Informação, que acolhe outros docentes especialistas nesta área.

A área científica da Ciência da Informação (CI) foi criada na Universidade do Porto há cerca de 25 anos e a sua excelência é reconhecida internacionalmente, como evidencia o seu estatuto de membro das *iSchools*. No ano letivo de 2001-2002, foi aberta a primeira Licenciatura em Ciência da Informação, assente na participação conjunta da Faculdade de Letras e da Faculdade

de Engenharia. O contributo singular e especializado, marcado pela elevada qualidade que cada uma destas escolas assegura, garante a oferta de um plano de estudos sólido e atualizado que responde às necessidades de uma ampla área de trabalho em que se incluem gestores de informação, administradores de dados e de sistemas de informação e profissionais dos arquivos e das bibliotecas. Este 1º ciclo de formação tem tido um grande sucesso e, atualmente, é dirigido por Maria Elisa Ramos Morais Cerveira. Na Universidade do Porto, a formação académica em Ciência da Informação conta igualmente com o Mestrado em Ciência da Informação, também da responsabilidade conjunta da Faculdade de Engenharia e Faculdade de Letras. Ao nível do 3º ciclo de formação, a FLUP oferece o Doutoramento em Ciências da Comunicação e Informação, que visa uma abordagem integrada de ambas e que se afigura bastante promissora. Do ponto de vista científico, a articulação é feita com Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” (CITCEM), unidade de I&D financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, em que estão integrados os docentes que se dedicam a esta área, aglutinados no Grupo de Investigação em Informação, Comunicação e Cultura Digital.

Beneficiando deste enquadramento, e da experiência dos especialistas Portugueses e Brasileiros, este Ciclo Internacional de Conferências, que se inaugurou em 2023, é um instrumento estratégico para a produção de conhecimento útil à Sociedade da Informação e do Conhecimento em que vivemos e para o aprofundamento dos diálogos e da cooperação institucional.

ANÁLISE DO DISCURSO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: LIMITES E FRONTEIRAS

THIAGO HENRIQUE BRAGATO BARROS

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Email: bragato.barros@ufrgs.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7439-5779>

1 INTRODUÇÃO

Organização do Conhecimento (KO) é uma disciplina especializada comprometida em desenvolver metodologias sistemáticas para representar, estruturar e facilitar o acesso à informação. Este campo baseia-se em uma estrutura interdisciplinar que integra ciência da informação, biblioteconomia e linguística, abordando assim as complexidades dos ambientes informacionais, cada vez mais intrincados e expansivos. Pesquisadores em KO buscam identificar estratégias eficazes para organizar, classificar e codificar o conhecimento, garantindo que ele possa ser facilmente descoberto e interpretado de maneira significativa em diversos contextos.

Este texto baseia-se em três obras publicadas: um artigo na revista *Knowledge Organization*, um capítulo de livro inicialmente publicado em português e um artigo publicado em inglês na revista *Informatio*.

Ao longo dos anos, profissionais têm proposto diversos modelos teóricos e práticos para avançar a disciplina. Essas iniciativas incluem a criação de linguagens especializadas para descrever conteúdos, o desenvolvimento de estruturas hierárquicas e taxonomias, o estabelecimento de vocabulários controlados e classificações, e o projeto de sistemas robustos de organização do conhecimento (KOS). Ao enfatizar a representação consistente e a recuperação sistemática, os esforços em KO desempenham

um papel importante ao garantir que uma ampla gama de fontes de informação esteja prontamente acessível, apoiando assim a investigação individual e a aprendizagem coletiva.

2 FUNDAMENTOS DA ANÁLISE DO DISCURSO (AD)

A Análise do Discurso (AD) emergiu a partir de uma constelação de movimentos sociais e científicos que ganharam destaque na França durante os anos 1960. Como campo interdisciplinar, a AD examina como linguagem e texto—considerados simultaneamente como eventos e estruturas—são moldados e refletem contextos históricos e ideológicos diversos. O discurso é entendido pela tensão entre estrutura (aquilo logicamente estabilizado) e evento (aquilo que perturba e reconfigura significados), sendo essa tensão o foco essencial da análise. A articulação entre estrutura e evento não é resolvida, mas teoricamente operada no espaço intermediário pela análise do discurso.

Para a AD, o conhecimento representa um espaço de luta, ao invés de consenso; ao focar na maneira como o discurso medeia relações de poder, estrutura o conhecimento e influencia práticas sociais (eventos), a AD oferece uma lente crítica para que os pesquisadores interpretem a complexa interação entre texto, contexto e estruturas culturais ou institucionais mais amplas nas quais a comunicação ocorre.

Em seu núcleo, a AD considera o discurso não apenas como uma coleção de palavras ou declarações, mas como uma prática situada social e historicamente que constrói significados por meio de valores dominantes, normas, dinâmicas de poder e preconceitos. Consequentemente, estudiosos da AD exploram detalhadamente como as formações discursivas emergem, evoluem e se cruzam com perspectivas ideológicas específicas. Com isso, buscam revelar as relações entre linguagem, autoridade e produção do conhecimento, lançando luz sobre como certas vozes são ampliadas enquanto outras são marginalizadas ou silenciadas.

As contribuições de Michel Foucault são especialmente destacadas dentro do campo da Análise do Discurso, ainda que seu papel como teórico do discurso seja frequentemente considerado periférico em relação às suas preocupações intelectuais mais amplas. As reflexões de Foucault sobre a formação e manutenção dos sistemas de pensamento—principalmente por meio de práticas institucionais e relações entre poder e conhecimento—exerceram profunda influência nas ciências humanas e sociais. Sua investigação sobre como o discurso molda a subjetividade e as estruturas sociais encoraja questionamentos contínuos sobre os limites epistemológicos.

Na obra “Mal d’Archive: Une Impression Freudienne”, Jacques Derrida expande ainda mais a discussão discursiva ao investigar a instabilidade dos significados na linguagem e examinar como práticas arquivísticas codificam poder. Tanto Foucault quanto Derrida, juntamente com outros teóricos às vezes classificados como pós-modernistas, pós-estruturalistas ou estruturalistas especulativos (Dosse, 1993), enriquecem a paisagem teórica ao enfatizar como o discurso reflete e refrata complexas redes de significado. Ao invés de uma abordagem baseada no consenso, geralmente observada na Organização do Conhecimento (KO), esses autores propõem uma perspectiva crítica, na qual o conhecimento é visto como um local de luta ideológica.

Neste contexto, a integração das perspectivas da Análise do Discurso na Organização do Conhecimento promove uma avaliação crítica de sistemas de classificação comumente usados, vocabulários de indexação e estruturas de metadados. Apesar de frequentemente percebidos como objetivos, esses instrumentos organizacionais dependem de pressupostos linguísticos e culturais que inevitavelmente influenciam como a informação é interpretada e utilizada. Pesquisadores que adotam uma lente analítico-discursiva podem identificar como determinados conceitos ou comunidades se tornam sub-representados, mal representados ou excluídos dos sistemas tradicionais de conhecimento.

Numerosos estudiosos da ciência da informação começaram a explorar essas implicações, particularmente aqueles que buscam ultrapassar os paradigmas positivistas tradicionais que outrora dominaram o campo. No contexto da AD francesa, as análises de Michel Foucault sobre as relações entre poder e conhecimento estimularam extensos debates, influenciando autores como Frohmann (1992, 1994, 2001, 2004) e Campbell (2007). Esses estudiosos adotam uma perspectiva foucaultiana para questionar como os sistemas de informação moldam e são moldados por estruturas de autoridade, ilustrando as formas sutis pelas quais os discursos legitimam ou obscurecem diferentes tipos de conhecimento.

Simultaneamente, o conceito de desconstrução de Jacques Derrida tem influenciado os escritos de Terry Cook (1997, 2001a, 2001b) e Tom Nesmith (2002, 2004), que analisam práticas arquivísticas a fim de demonstrar como as definições institucionais de evidência e memória podem ser desestabilizadas para revelar compromissos ideológicos subjacentes ou a ausência deles. Apesar dessas contribuições notáveis, ainda há uma escassez relativa de pesquisas sistemáticas em Análise do Discurso (AD) especificamente voltadas à Organização do Conhecimento (OC).

Embora teóricos como Foucault e Derrida sejam frequentemente citados para desafiar visões tradicionais na ciência da informação, poucas publicações destacam de forma proeminente os termos “discurso” ou “análise” em suas discussões, sinalizando uma necessidade de maior engajamento com a teoria e os métodos da AD propriamente dita. Em muitos casos, os estudos que integram diretamente essas áreas emergem de contextos norte-americanos, distintos daqueles da França e do Brasil — onde os estudos do discurso têm uma história mais rica.

Por outro lado, os contextos norte-americanos favorecem quadros linguísticos e analíticos diferentes, como a gramática transformacional de Chomsky ou formas diversas de Análise Crítica do Discurso (ACD). Autores marxistas tendem a ser relativamente rejeitados em regiões centradas no capitalismo.

Embora essas abordagens abordem preocupações sobre como o poder opera por meio da linguagem, nem sempre se alinham aos enfoques históricos, sociopolíticos e enunciativos da AD francesa.

Ainda assim, o reconhecimento crescente do potencial da AD encoraja estudiosos da OC a examinarem mais de perto como o discurso está presente mesmo nos sistemas mais aparentemente neutros de representação do conhecimento. O cenário informacional interconectado de hoje exige sensibilidade aos contextos globais, às perspectivas interdisciplinares e às necessidades diversas dos usuários. A pesquisa fundamentada na AD pode revelar como discursos dominantes se tornam incorporados em algoritmos, taxonomias de classificação ou estruturas de metadados, às vezes perpetuando desigualdades nos espaços digitais. Essas percepções são cruciais para o desenvolvimento de padrões internacionais mais robustos, terminologias mais inclusivas e protocolos adaptáveis de compartilhamento de dados que reconheçam a diversidade linguística, cultural e ideológica. Também promovem um diálogo contínuo sobre as dimensões éticas da organização da informação.

Trata-se de um trabalho reflexivo sobre OC e AD, demonstrando como a teoria do discurso de Michel Pêcheux — fundamentada na enunciação e no materialismo histórico — pode enriquecer a análise de domínios e as abordagens epistemológicas dentro da Organização do Conhecimento, revelando os fundamentos ideológicos da forma como o conhecimento é representado e acessado.

Ilustrar a relevância mais ampla da análise do discurso na expansão dos marcos tradicionais da OC, indo além das perspectivas meramente terminológicas ou conceituais, e enfatizando o papel da linguagem, da cultura e da ideologia na organização, disseminação e recepção da informação.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que estabelece a interseção conceitual, metodológica e prática entre a Organização do Conhecimento (OC) e a Análise do Discurso (AD), com ênfase nas contribuições teóricas de Michel Pêcheux e Michel Foucault. O objetivo é explorar como a enunciação e o materialismo

histórico revelam dimensões ideológicas presentes na produção do conhecimento.

Por fim, a direção da influência teórica ou metodológica considerou se conceitos provenientes da AD influenciam práticas da OC ou vice-versa, destacando casos de enriquecimento mútuo. Os dados foram lidos e codificados sistematicamente, com ênfase em como fatores discursivos, enunciativos e ideológicos moldam classificações, indexação e estruturas epistêmicas na OC.

Os resultados foram posteriormente comparados ao longo do corpus. A síntese desses achados ilustra como o foco de Pêcheux e Foucault em ideologia, história e enunciação pode ampliar a compreensão das estruturas da OC e dos processos classificatórios, revelando os vínculos discursivos atuais da área e apontando caminhos de pesquisa promissores para a integração da AD ao campo.

3 ANÁLISE DO DISCURSO PARA A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

No contexto francófono, a Análise do Discurso (AD) é um produto teórico dos movimentos filosóficos, científicos, políticos e sociais que caracterizaram a França do final da década de 1960, com Michel Pêcheux como uma de suas figuras centrais. Juntamente com um grupo de colaboradores, Pêcheux desenvolveu uma teoria da materialidade do discurso, baseada na obra filosófica de Louis Althusser. Ele concebeu o discurso como uma forma distinta de materialidade — histórica e linguística — diretamente entrelaçada à materialidade ideológica, propondo uma “semântica do discurso”. As teorias de Pêcheux e Althusser marcaram uma inflexão teórica: ao invés de ver a ideologia como uma simples distorção da realidade econômica, ela passa a ser compreendida como uma força produtiva com operações específicas. A linguagem, por sua vez, é teoricamente dotada de sentido ideológico intrínseco.

Para Pêcheux, a análise do discurso é um método fundamental para examinar a produção de sentido, reconhecendo

que os textos — mesmo aqueles aparentemente neutros ou racionais — são profundamente influenciados pela história e pela ideologia. Essa perspectiva estabeleceu as bases para um novo campo dentro da linguística, orientado por princípios materialistas. Sua concepção de discurso compreende tanto o evento (enunciados momentâneos) quanto a estrutura (conjuntos normativos regulados por forças ideológicas).

A abordagem de Pêcheux se distingue da linguística estruturalista, notadamente pela rejeição à noção de linguagem como sistema fechado proposta por Ferdinand de Saussure. A análise do discurso, especialmente sob a influência do quadro teórico de Pêcheux, examina como os atos discursivos ocorrem dentro de estruturas ideológicas, posicionando o discurso como fenômeno ao mesmo tempo linguístico, ideológico e histórico.

A conexão da AD com o marxismo e com a linguística reforça seu caráter interdisciplinar no estudo da produção de sentidos. A partir da ciência linguística, a AD oferece um caminho alternativo para compreender fenômenos semânticos, empregando a estrutura materialista de Pêcheux para analisar a linguagem e seus impactos políticos e ideológicos. Nesse marco, a AD se constitui como um campo teórico em constante renovação, ajustamento e reafirmação, no qual linguagem, sentido e ideologia são inseparáveis.

Ao considerar vocabulários controlados, taxonomias ou ontologias, percebemos perspectivas sobre o conhecimento. Contudo, como o conhecimento está entrelaçado às suas dimensões política, ideológica, social e semântica, isso impõe uma visão limitada sobre o significado. Tal compreensão transformou os campos teóricos anteriores, gerando o que alguns chamam de ruptura radical e revitalização acadêmica dos estudos sobre linguagem e ideologia.

Para o discurso de Pêcheux, o conceito de “evento” é um elemento fundante, visto que os textos derivam de eventos permeados por disputas de poder e tensões ideológicas que refletem forças sociais mais amplas. Essa distinção permite que a AD vá além da descrição do discurso e revele seus desequilíbrios

sistêmicos e seu papel na reprodução de domínios ideológicos e sociais. A transformação radical proposta por Pêcheux na AD vai além da crítica à linguística estrutural; trata-se de uma teoria inerentemente interativa, historicamente situada e voltada à luta ideológica.

A AD não trata de um sistema linguístico homogêneo, mas sim de um sistema mobilizado por eventos — significantes que circulam dentro de formações ideológicas, continuamente moldadas pelo ambiente discursivo em transformação. Essa compreensão estabelece claramente a base para a integração da AD à Organização do Conhecimento (OC), ao reconhecer que textos, termos e conceitos associados ao conhecimento estão enraizados em seus contextos ideológicos, sociais e históricos. A abordagem materialista da AD critica deliberadamente os sistemas de conhecimento ao identificar não apenas os mecanismos conceituais, mas também os mecanismos ideológicos e sociais que os sustentam.

4 EXEMPLO DA “SUBVERSÃO”

Com base nas discussões anteriores, foi construída uma estrutura de análise centrada no conceito de subversão, visando capturar como esse conceito é concebido, praticado e contestado em um Estado autocrático. Esta estrutura reflete tanto narrativas oficiais quanto pontos de vista alternativos ou críticos que desafiam o discurso dominante. O objetivo principal é oferecer um sistema coerente para classificar materiais — textos, documentos e recursos digitais — que discutam as complexidades da subversão sob governança autoritária.

No topo da estrutura está o conceito de “Subversão em um Estado Autocrático”, uma categoria guarda-chuva que abrange desde a retórica política oficial até o ativismo clandestino. Subordinadas a essa categoria principal, estão quatro ramificações principais, cada uma ilustrando uma dimensão distinta de como a subversão é percebida, exercida ou reprimida:

1. Subversão Sancionada Oficialmente — Foca na

apresentação estatal de uma suposta ordem subversiva autorizada por meio de instituições reconhecidas e práticas controladas. Contém subcategorias como:

1.1 Princípios Definidos pelo Estado: lemas como “harmonia nacional” ou “unidade política”;

1.2 Instituições Estatais: parlamentos consultivos, conselhos de unidade nacional;

1.3 Participação Civil Permitida: eleições locais supervisionadas, grupos civis aprovados.

2. Formas de Subversão e Criminalização — Detalha como perspectivas críticas ou dissidentes são enquadradas como subversivas e suprimidas. Inclui:

2.1 Visões de Oposição: exigências por eleições livres, imprensa independente;

2.2 Mobilizações Subterrâneas: redes ativistas clandestinas, canais criptografados;

2.3 Mídia Crítica: jornalistas independentes, blogueiros dissidentes.

3. Concepções Externas ou Globais — Destaca perspectivas internacionais ou baseadas no exílio:

3.1 Organizações Internacionais: ONU, ONGs de direitos humanos;

3.2 Modelos Políticos Estrangeiros: exemplos de países vizinhos ou potências globais;

3.3 Narrativas Baseadas no Exílio: comunidades dissidentes no exterior, plataformas digitais.

4. Mecanismos de Controle e Adaptação — Engloba os dispositivos utilizados pelo Estado para reforçar sua abordagem autoritária:

4.1 Aparelho de Propaganda: ministérios da informação, mídias estatais;

4.2 Censura e Vigilância: firewalls, repressão policial;

4.3 Instrumentos Jurídico-Institucionais: leis antissubversão, juramentos de lealdade.

Essa estrutura analítica oferece uma ferramenta valiosa para bibliotecários, pesquisadores e arquivistas que pretendem indexar ou organizar conteúdos relacionados à subversão em contextos autoritários. Ao incorporar tanto categorias sancionadas pelo governo quanto pontos de vista marginalizados, a abordagem evidencia que “subversão” não é um conceito fixo ou ideologicamente neutro, mas um campo constantemente moldado por forças concorrentes. Além disso, destaca como doutrinas oficiais, oposição doméstica e influências globais se cruzam em um cenário sociopolítico mais amplo.

1. Subversão em um Estado Autocrático Definição: Conceito abrangente que descreve como a “subversão” é definida, exercida, contestada ou reprimida sob um regime autoritário. Essa classe funciona como a raiz de todas as categorias subordinadas.

1.1 Subversão Sancionada Oficialmente Definição: A versão de subversão formalmente endossada pelo governo autocrático, enfatizando a participação controlada, autoridade centralizada e alinhamento retórico com os interesses do regime.

1.1.1 Princípios Definidos pelo Estado Exemplos: “Harmonia Nacional”, “Democracia Guiada”, “Soberania Cultural” Descrição: Pilares ideológicos e lemas utilizados pelas autoridades para legitimar e definir sua concepção de ordem e estabilidade social, apresentados como substitutos legítimos da crítica.

1.1.2 Instituições Estatais Exemplos: Parlamentos Consultivos, Ministérios da Unidade Nacional, Conselhos Populares Descrição: Órgãos que projetam uma imagem de representação civil, mas geralmente carecem de autonomia efetiva ou mecanismos de controle do poder executivo.

1.1.3 Participação Civil Permitida Exemplos: Eleições locais supervisionadas, fóruns públicos controlados, grupos civis reconhecidos Descrição: Formas limitadas de engajamento cidadão aprovadas pelo Estado para simular consentimento popular e evitar manifestações críticas genuínas.

1.2 Formas de Subversão e Criminalização Definição:

Entendimentos e práticas que contradizem a narrativa oficial sobre participação política e são suprimidos, censurados ou deslegitimados pelo regime autocrático.

1.2.1 Visões de Oposição Exemplos: Partidos que advogam multipartidarismo, defensores da transparência, ativistas pela liberdade de imprensa Descrição: Perspectivas ideológicas que desafiam a ortodoxia do regime, geralmente rotuladas como “subversivas”, “radicais” ou “antipatrióticas”.

1.2.2 Mobilizações Subterrâneas Exemplos: Redes ativistas clandestinas, grupos em mídias criptografadas, panfletagem anônima Descrição: Ações coordenadas que buscam promover mudanças sociopolíticas sob vigilância estatal, operando à margem da legalidade.

1.2.3 Mídia Crítica Exemplos: Jornalistas independentes, plataformas alternativas, blogs dissidentes Descrição: Veículos de comunicação que oferecem narrativas contrárias à propaganda oficial e frequentemente enfrentam censura, intimidação ou exílio.

1.3 Concepções Externas ou Globais Definição: Perspectivas sobre subversão originadas fora da jurisdição do regime ou não alinhadas com sua ideologia, muitas vezes vistas como ameaças à sua legitimidade.

1.3.1 Organizações Internacionais Exemplos: ONU, Human Rights Watch, Anistia Internacional Descrição: Instituições que estabelecem padrões de direitos civis e políticos, frequentemente invocando obrigações internacionais não cumpridas por regimes autoritários.

1.3.2 Modelos Políticos Estrangeiros Exemplos: Países com eleições livres, separação de poderes, liberdade de imprensa Descrição: Referências externas que servem como exemplo ou inspiração para reformadores internos e que podem ser objeto de desinformação oficial.

1.3.3 Narrativas Baseadas no Exílio Exemplos: Comunidades dissidentes internacionais, mídias geridas por refugiados políticos Descrição: Narrativas críticas sustentadas por indivíduos ou coletivos que vivem no exterior e mantêm vínculos com o país

de origem, atuando como agentes de denúncia e resistência.

1.4 Mecanismos de Controle e Adaptação Definição: Aparelhos e práticas utilizados pelo regime para controlar, moldar ou neutralizar qualquer discurso sobre subversão que se desvie da linha oficial.

1.4.1 Aparelho de Propaganda Exemplos: Ministérios da Informação, redes estatais de televisão, programas educacionais oficiais Descrição: Canais de difusão utilizados para normalizar a visão do regime sobre ordem e patriotismo, promovendo a demonização da crítica como ameaça.

1.4.2 Censura e Vigilância Exemplos: Firewalls nacionais, escutas ilegais, bloqueio de plataformas Descrição: Instrumentos que visam silenciar dissidências, monitorar comunicações e desencorajar contestação.

1.4.3 Instrumentos Jurídico-Institucionais Exemplos: Leis de segurança nacional, tribunais especiais, exigência de juramentos de lealdade Descrição: Mecanismos legais que institucionalizam a repressão da crítica, permitindo a criminalização de discursos dissidentes sob aparente legalidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão conduzida sobre a subversão em contextos autocráticos — desde o embasamento teórico na Análise do Discurso e na Organização do Conhecimento até a construção da estrutura classificatória — evidencia que os sistemas de organização do conhecimento devem confrontar de forma mais direta as dimensões ideológicas, relações de poder e os contextos históricos que os atravessam. A análise demonstrou que a subversão, frequentemente usada como categoria criminalizante por regimes autoritários, revela disputas profundas de significação sobre participação política, legitimidade institucional e liberdade de expressão.

Conforme sustentado por Michel Pêcheux, a linguagem não é um meio neutro de transmissão de fatos, mas um espaço material em que a ideologia é encenada e disputada. Mesmo

processos aparentemente técnicos, como a definição de domínios ou a indexação de documentos, são afetados pelas formações discursivas sob as quais os conteúdos são produzidos e interpretados. Em um Estado autocrático, classificações e ontologias oficiais podem ser utilizadas para promover versões autorizadas da realidade, invisibilizando ou criminalizando pontos de vista dissidentes.

A estrutura desenvolvida nesta pesquisa — voltada à subversão — procurou refletir tais tensões de maneira sistemática, ao identificar como o regime organiza a retórica do controle e como discursos alternativos resistem a essas narrativas. Essa análise permite visibilizar os vínculos entre práticas classificatórias e as disputas simbólicas por reconhecimento, legitimidade e memória. Para bibliotecários, pesquisadores, arquivistas e profissionais da informação, isso significa que decisões sobre taxonomias, vocabulários controlados ou políticas de indexação devem ser assumidas como escolhas éticas e políticas, e não como ações neutras.

A articulação entre Análise do Discurso e Organização do Conhecimento revela-se, assim, fecunda não apenas para diagnósticos teóricos, mas também para o desenvolvimento de práticas mais reflexivas, inclusivas e comprometidas com a diversidade de vozes e experiências. Ao compreender que organizar o conhecimento é também organizar o poder, os profissionais da informação podem contribuir para a preservação de verdades históricas, a valorização de perspectivas marginalizadas e a promoção de uma memória crítica capaz de enfrentar as narrativas oficiais de silenciamento e repressão.

Essas reflexões foram originalmente desenvolvidas no artigo “Subversão como categoria de análise na organização do conhecimento: discurso e poder em contextos autoritários”, no qual se propôs uma articulação metodológica entre a Análise do Discurso de linha francesa e os estudos de Organização do Conhecimento. A partir de uma leitura crítica de autores como Michel Pêcheux, Elisabeth Orlandi, Bernd Frohmann e Tom Nasmith, sustentou-se que os sistemas de representação

não apenas refletem uma ordem discursiva dominante, mas também colaboram ativamente para sua manutenção. O artigo defende que a subversão deve ser compreendida como categoria estratégica de análise, capaz de iluminar zonas de tensão e resistência nos discursos que compõem o universo da classificação do conhecimento. Tal abordagem permite repensar o papel das estruturas classificatórias não como instrumentos neutros, mas como dispositivos ideológicos implicados nas disputas por hegemonia e sentido.

REFERÊNCIAS

BARROS, T. H. B. Análise do discurso e Organização do Conhecimento: reflexões teóricas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 93-112, 2015.

CAMPBELL, D. G. The birth of the catalog and the death of the author: Authority and information in the age of electronic databases. **Cataloging & Classification Quarterly**, [s. l.], v. 43, n. 3-4, p. 25-45, 2007.

COOK, T. What is Past is Prologue: A History of Archival Ideas Since 1898, and the Future Paradigm Shift. **Archivaria**, [s. l.], v. 43, p. 17-63, 1997.

COOK, T. Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. **Archival Science**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 3-24, 2001a.

COOK, T. Fashionable nonsense or professional rebirth: Postmodernism and the practice of archives. **Archivaria**, [s. l.], v. 51, p. 14-35, 2001b.

DERRIDA, J. **Mal d'archive**: Une impression freudienne. Paris: Galilée, 1995.

DOSSE, F. **História do estruturalismo**: o campo do signo (1945–1966). São Paulo: Ed. UNESP, 1993.

FROHMANN, B. The power of images: A discourse analysis of the cognitive viewpoint. **Journal of Documentation**, Bradford, v. 48, n. 4, p. 365-386, 1992.

FROHMANN, B. Discourse analysis as a research method in library and information science. **Library and Information Science Research**, New York, v. 16, n. 2, p. 119-138, 1994.

FROHMANN, B. Discourse and documentation: Some implications for the information field. **Journal of Documentation**, Bradford, v. 57, n. 6, p. 678-691, 2001.

FROHMANN, B. Documentation redux: Prolegomenon to (another) philosophy of information. *Library Trends*, Baltimore, v. 52, n. 3, p. 387-407, 2004.

HJØRLAND, B. Knowledge Organization (KO): What is it? Knowledge Organization, Würzburg, v. 43, n. 6, p. 475-484, 2016.

NESMITH, T. Seeing archives: Postmodernism and the changing intellectual place of archives. **American Archivist**, Chicago, v. 65, n. 1, p. 24-41, 2002.

NESMITH, T. Reopening archives: Bringing new contextualities into archival theory and practice. **Archivaria**, [s. l.], n. 60, p. 259-274, 2004.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. Campinas: Pontes, 2007.

ORLANDI, E. P. **Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. *In*: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014 [1969]. p. 61-162.

PÊCHEUX, M. Língua, linguagens, discurso. *In*: ORLANDI, E. P. (org.). **Análise de discurso: Michel Pêcheux – textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi**. Tradução de Freda Indursky. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015 [1971].

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. *In*: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdu-**

ção à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Péricles Cunha. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014 [1975]. p. 163-252.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi *et al.* 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014 [1975].

PÊCHEUX, M. A análise de discurso: três épocas. *In*: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Jonas de A. Romualdo. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014 [1983]. p. 311-318.

ANÁLISE DE CONTEÚDO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: TENDÊNCIAS DA INTERDISCIPLINARIDADE

OLÍVIA PESTANA

Universidade do Porto/ Faculdade de Letras / CITCEM

Email: opestana@letras.up.pt

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5485-3143>

1 INTRODUÇÃO

As conexões temáticas entre a Ciência da Informação e outros campos disciplinares têm suscitado diversas interrogações, quer considerando a área temática em geral, quer sobre uma das suas áreas especializadas, mais especificamente a organização do conhecimento.

O ponto de partida para este trabalho, alicerça-se na obra *Interdisciplinary Knowledge Organization*, de Rick Szostak, em co-autoria com Claudio Gnoli e María López-Huertas, publicado em 2016. Esta importante obra transmite uma nova abordagem aos esquemas de organização do conhecimento que podem melhor responder às necessidades de investigação de uma vasta gama de estudos interdisciplinares. O livro aborda a importância crescente da investigação interdisciplinar no âmbito das comunidades académicas e as fraquezas dos atuais sistemas de organização do conhecimento ao serviço da investigação interdisciplinar. Segundo os autores, a interdisciplinaridade aborda questões (problemas, temas) que são, ou, pelo menos, podem ser tratadas por várias disciplinas ou ‘comunidades de conhecimento’ em geral, procurando integrar o conhecimento de diversas disciplinas para gerar compreensão superior sobre uma determinada questão. E os autores apresentam-nos, ainda, a interdisciplinaridade como estando aberta a teorias, métodos, perspectivas filosóficas e tipos

de dados utilizados em diferentes disciplinas.

Embora a obra citada se centre, primordialmente, nos esquemas de classificação, a análise é aplicada a outros sistemas de organização do conhecimento, como thesauri e ontologias. E são apontados os desafios que as diferenças de terminologia entre disciplinas especializadas podem criar, dado que atualmente as disciplinas estão organizadas de forma diferente em classificações gerais, o que pode impedir os investigadores de estabelecerem novas ligações entre disciplinas. Ao longo da obra, os autores concluem o seguinte:

- os atuais sistemas de organização do conhecimento estão pouco adaptados ao mundo atual de múltiplas bases de dados em linha e ao desenvolvimento da Web semântica,
- uma classificação seria útil em termos de fenómenos estudados e não de disciplinas.

Para além desta perspetiva, o presente capítulo também partiu de uma reflexão sobre o artigo científico de Mario Barité, Varenka Parentelli, Natalia Rodríguez Casaballe e María Verónica Suárez (2023), no qual os autores pretendem obter uma compreensão da ênfase colocada na interdisciplinaridade no ensino da organização do conhecimento nas universidades ibero-americanas, visando estabelecer uma abordagem inicial através do contributo dos professores de cursos de pós-graduação. Para o efeito, realizaram um inquérito que foi distribuído a uma amostra de professores e os resultados preliminares que o artigo transmite indicam que os professores de organização do conhecimento reconhecem a influência de outras disciplinas na formação de conceitos, teorias, métodos e aplicações. No entanto, não existe consenso entre os professores relativamente às disciplinas e autores que contribuem para a construção de ligações interdisciplinares. Por outro lado, o estudo também sugere que as tensões contextuais e sociais se refletem na representação das disciplinas, particularmente no desenvolvimento de sistemas de organização do conhecimento que abarcam perspetivas interdisciplinares e nos métodos utilizados para procurar informação.

2 CAMPOS DISCIPLINARES DE ANÁLISE DE CONTEÚDO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

2.1 ENQUADRAMENTO DE UM ESTUDO

Tendo em consideração uma reflexão sobre os dois trabalhos aqui referidos e partindo, também, do pressuposto de que o foco da literatura tem estado centrado essencialmente nos sistemas de organização do conhecimento, desenvolveu-se um estudo exploratório que englobasse também a análise. Considera-se, neste estudo, não o termo análise por assuntos, mas, sim, análise de conteúdo, seguindo o definido por Miguel Benito, em 1999, no dicionário multilingue de sua autoria, bem como por ser um termo utilizado num vasto campo disciplinar e, por isso mesmo, poder levar a melhor relacionar-se a interdisciplinaridade com a organização do conhecimento. É de referir, no entanto, que Ingetraut Dalhberg, no sistema de classificação da literatura sobre organização do conhecimento, por si desenvolvido (Dalhberg, 1993), colocou a análise de conteúdo como uma subcategoria da análise por assunto. Esta classificação, aliás, até 2021, deu corpo à base de dados da literatura sobre organização do conhecimento disponível no portal da sociedade internacional ISKO¹.

Vanda Broughton (2012) salientou a necessidade de se pensar no assunto antes de trabalhar na sua representação num determinado sistema de organização do conhecimento, afirmando que esse processo pode ser designado de “análise por assuntos”, “análise de documentos”, “análise de conteúdo” ou “análise por conceitos”, indo de encontro ao que Lancaster (2003) descreve como duas etapas na indexação: (1) “análise conceptual”, determinar o assunto de um documento (2) “tradução”, encontrar o melhor lugar para o assunto num determinado sistema de organização do conhecimento.

Ainda a este respeito, é de sublinhar o trabalho de Hjørland

¹ Portal disponível em: <https://www.isko.org/>

(2017) sobre Assunto, publicado, simultaneamente, na Encyclopedia of Knowledge Organization e na revista Knowledge Organization, estando a sua última versão disponível na enciclopédia. Nesta entrada da enciclopédia, Hjørland sublinhou que, em Ciência da Informação, têm sido utilizadas diferentes abordagens para análise de conteúdo, incluindo a análise automática de conteúdos baseada na frequência das palavras, sendo que a análise de conteúdo é aplicada também a outros meios para além dos textos. Johnson, Mathis e Short (2019), por exemplo, abordam a análise de conteúdo de imagens visuais. Mais recentemente, Hjørland (2025) publicou, na enciclopédia referida, um novo verbete intitulado *Content analysis*, onde expande a sua interpretação sobre o assunto e atualiza algumas perspetivas anteriormente por si defendidas.

Importa, ainda, evidentemente, referir Klaus Krippendorff (2004), pioneiro no estudo da análise de conteúdo, citando-o na sua definição de análise de conteúdo: “(é) uma técnica de investigação para fazer inferências replicáveis e válidas a partir de textos (ou outra matéria com significado) para o contexto da sua utilização”². Sublinhe-se que, na abordagem deste autor, não se encontra a exemplificação da análise de conteúdo diretamente relacionada com o contexto da organização do conhecimento. No entanto, é possível encontrar-se algumas orientações que conduzem à sua aplicação no momento de se determinar o assunto de um texto/documento.

É de salientar que, ao longo dos anos, o instrumento técnico mais utilizado e referenciado no âmbito do trabalho bibliotecnómico tem sido a norma ISO 5963:1985 (International Organization for Standardization, 1985), a qual foi cancelada pela organização internacional de normalização em outubro de 2024. Sem nova edição desde a primeira versão, foi sendo confirmada até 2020, tendo sido, em 2023, aberto o processo de revisão, muito necessária, sobretudo, se tivermos em consideração os avanços tecnológicos dos últimos anos.

² Tradução da autora a partir do original.

No entanto, em 2024 a comissão técnica responsável pela norma tomou a decisão de a anular, aguardando-se a eventual fusão com uma nova versão, em preparação, da norma ISO 999:1996 (International Organization for Standardization, 1996).

2.2 MÉTODO DE RECOLHA DE DADOS

Atualmente, um dos métodos mais validados para a avaliação da produção científica é a utilização de índices bibliométricos ou cientométricos, que se consolidaram na comunidade científica a partir do final da década de 1960. De referir, a este propósito, o trabalho de quatro autores iranianos (Sadabadi; Ramezani; Fartash; Nikijoo, 2022), em que procederam ao desenvolvimento de um mapeamento e análise do espectro científico de organização do conhecimento. Este trabalho é importante, sobretudo, para se perceber as redes de autores neste campo disciplinar.

O estudo exploratório que aqui se apresenta assenta na análise dos resultados da pesquisa de literatura indexada na base de dados Scopus, uma base de literatura científica com amplo alcance disciplinar. Realizou-se a pesquisa de literatura nesta base de dados com o objetivo de se perceber as abordagens disciplinares existentes sobre análise de conteúdo, sobre organização do conhecimento e, ainda, sobre o cruzamento temático destes dois termos.

2.3 RESULTADOS DA PESQUISA SOBRE A LITERATURA CIENTÍFICA³

De modo a obter-se resultados com maior precisão, os termos foram pesquisados entre aspas e nos campos do título do artigo, resumo e palavras-chave. Consideraram-se todos os resultados até 2023, inclusive. Para a apresentação dos resultados foram considerados os cinco primeiros níveis dos dados.

A partir de 2001, identifica-se uma acentuada subida do

³ Ao longo deste ponto, vai ser utilizada a versão portuguesa no texto elaborado pela autora e a versão inglesa, a original da base de dados Scopus, para informar sobre as áreas científicas.

volume de referências sobre o assunto “*content analysis*”, sendo no total da base de dados 131.381 referências. No entanto, como se pode verificar no quadro seguinte, a tendência permanece crescente nos últimos cinco anos.

Quadro 1 - Resultados da pesquisa sobre análise de conteúdo

Ano	Resultados por ano
2023	14.193
2022	14.867
2021	13.311
2020	11.234
2019	9.835

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Scopus (2025)

Relativamente à autoria, regista-se uma distribuição por um vasto grupo de autores, sendo os autores Ebadi, A., Ahmadi, F. e Mohammadi, E. quem assume maior produção científica sobre o assunto em questão, conforme se pode ver no seguinte quadro. Tendo sido consultadas as notas biográficas, verificou-se que estes autores são da área científica da Enfermagem.

Quadro 2 - Resultados da pesquisa sobre análise de conteúdo relativos à autoria

Autoria	Total de resultados
Ebadi, A.	160
Ahmadi, F.	126
Mohammadi, E.	110
Marcon, S.S.	73
Gottschalk, L.A.	68

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Scopus (2025)

Passando para uma análise das áreas disciplinares, verifica-se, no entanto, que as Ciências Sociais são a área disciplinar que

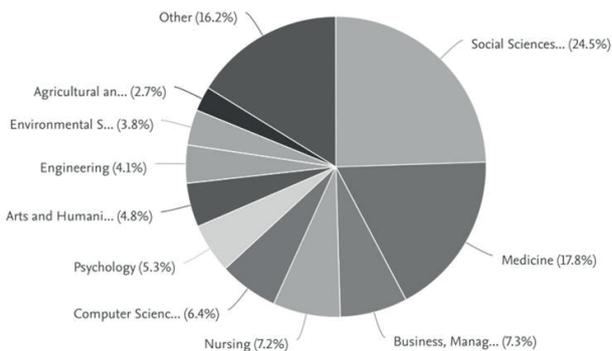
mais produção científica apresenta sobre o assunto em questão, destacando-se da seguinte área com mais produção, a Medicina, a que se segue, com menor percentagem de resultados, a área dos Negócios, Gestão e Contabilidade, estando, depois, a Enfermagem e a Ciência dos Computadores, como se pode visualizar no quadro 3 e no gráfico 1.

Quadro 3 - Resultados da pesquisa sobre análise de conteúdo relativos às áreas disciplinares

Áreas disciplinares	Total de resultados
Social Sciences	51989
Medicine	37698
Business, Management and Accounting	15454
Nursing	15361
Computer Science	13562

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Scopus (2025)

Gráfico 1 - Percentagens das áreas disciplinares na pesquisa sobre análise de conteúdo



Fonte: elaboração própria com base nos dados da Scopus (2025)

No que respeita à afiliação dos autores, como se pode ver no quadro 4, verifica-se que o Karolinska Institutet apresenta maior quantidade de trabalhos indexados na base de dados Scopus, seguindo-se a University of Toronto, a Universidade

de São Paulo, a Goteborgs Universitet e, ainda, a University of Washington, com cerca de metade da produção científica da primeira entidade sobre o assunto “*content analysis*”.

Quadro 4 - Resultados da pesquisa sobre análise de conteúdo por afiliação dos autores

Afiliação dos autores	Total de resultados
Karolinska Institutet	1545
University of Toronto	1203
Universidade de São Paulo	1030
Goteborgs Universitet	910
University of Washington	834

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Scopus (2025)

Relativamente ao assunto “*knowledge organization*”, a partir de 2001, também se regista uma subida do volume de referências sobre o assunto, sendo, no total da base de dados, 3.423 resultados. Pode-se concluir que se deve, eventualmente, ao aumento da produção científica sobre o assunto, bem como ao aumento das publicações indexadas.

No entanto, como se pode verificar no seguinte quadro, a tendência permanece relativamente estável nos últimos cinco anos.

Quadro 5 - Resultados da pesquisa sobre organização do conhecimento

Ano	Resultados por ano
2023	163
2022	193
2021	178
2020	223
2019	152

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Scopus (2025)

Quanto à autoria, sabe-se que os autores com maior produção científica são todos da área da Ciência da Informação, embora a informação sobre os autores na base de dados Scopus os classifique nas seguintes categorias: Social Sciences • Computer Science • Decision Sciences • Arts and Humanities

- Mathematics • Engineering.

O autor com destacada produção científica sobre o assunto “*knowledge organization*”, como se vê no quadro 6, é Richard P. Smiraglia, com afiliação principal, na base de dados consultada, da University of Louisville. Os seguintes autores com maior produção são, também, nomes incontornáveis da Ciência da Informação, com grande investigação em organização do conhecimento, a saber, Birger Hjørland, Doug Tudhope, José Augusto Chaves Guimarães e Claudio Gnoli.

Quadro 6 - Resultados da pesquisa sobre organização do conhecimento relativos à autoria

Autoria	Total de resultados
Smiraglia, R.P.	51
Hjørland, B.	36
Tudhope, D.	32
Guimarães, J.A.C.	29
Gnoli, C.	27

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Scopus (2025)

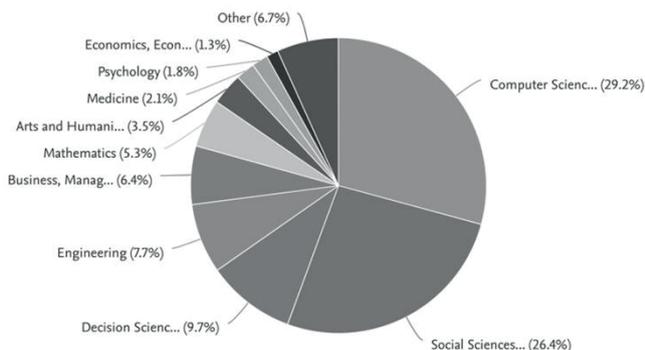
Quanto às áreas disciplinares, importa referir que a base de dados Scopus não apresenta uma categoria específica para a Ciência da Informação, ou para o que, como, várias fontes referem, a *Library and Information Science*. Consequentemente, a produção relativa ao assunto “*knowledge organization*” encontra-se, em maior dimensão, dispersa pela Computer Science e pelas Social Sciences, conforme ilustrado no quadro 7 e e no gráfico 2.

Quadro 7 - Resultados da pesquisa sobre organização do conhecimento relativos às áreas disciplinares

Áreas disciplinares	Total de resultados
Computer Science	1692
Social Sciences	1527
Decision Sciences	561
Engineering	443
Business, Management and Accounting	370

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Scopus (2025)

Gráfico 2 - Percentagens das áreas disciplinares da pesquisa sobre organização do conhecimento



Fonte: elaboração própria com base nos dados da Scopus (2025)

No que respeita à afiliação dos autores, verifica-se que a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho apresenta maior quantidade de trabalhos indexados na base de dados Scopus, sobre o assunto “*knowledge organization*”, destacando-se das restantes entidades, como se pode visualizar no quadro 8.

Quadro 8 - Resultados da pesquisa sobre organização do conhecimento por afiliação dos autores

Afiliação dos autores	Total de resultados
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	99
University of Wisconsin-Milwaukee	60
Danmarks Biblioteksskole	48
Kent State University	41
Kobenhavns Universitet	37

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Scopus (2025)

Finalmente, com o objetivo de se conhecer qual é a distribuição científica da combinação dos assuntos “*content analysis*” e “*knowledge organization*”, expressão pesquisada no título dos artigos, resumos e palavras-chave, efetuou-se uma pesquisa colocando os termos entre aspas e com a coordenação booleana AND.

Os resultados da pesquisa apontam para o facto de que é a partir de 2009 que se dá um aumento do volume de referências sobre o assunto, sendo, no total desta base de dados, apenas 83 resultados, havendo uma média de cerca de sete referências por ano nos últimos cinco anos. Quanto à autoria que mais se destaca, pode-se visualizar no seguinte quadro que está dispersa por vários autores com equilibrada produção científica sobre o assunto.

Quadro 9 - Resultados da pesquisa sobre análise de conteúdo e organização do conhecimento relativos à autoria

Autoria	Total de resultados
Kaewboonma, N.	4
Martínez-Ávila, D.	4
Tuamsuk, K.	4
Barité, M.	3
Choo, C.W.	3

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Scopus (2025)

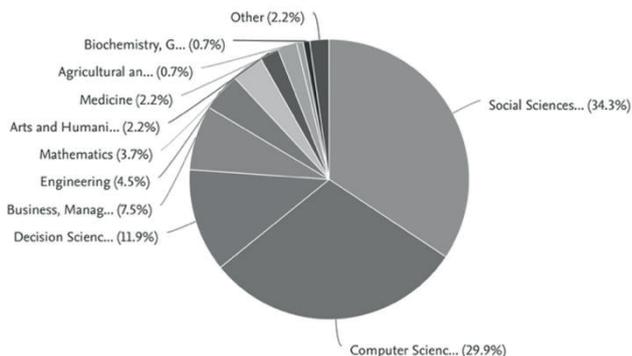
No caso destes resultados da pesquisa, renova-se a afirmação de que, quanto às áreas disciplinares associadas aos autores, a base de dados Scopus não apresenta uma categoria específica para a Ciência da Informação, no entanto as notas biográficas dos autores apontam nesse sentido. E por este motivo as áreas disciplinares associadas aos resultados, conforme se visualiza no quadro 10 e no gráfico 3, vão na mesma direção dos resultados da pesquisa anterior.

Quadro 10 - Resultados da pesquisa sobre análise de conteúdo e organização do conhecimento relativos às áreas disciplinares

Áreas disciplinares	Total de resultados
Social Sciences	46
Computer Science	40
Decision Sciences	16
Business, Management and Accounting	10
Engineering	6

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Scopus (2025)

Gráfico 3 - Percentagens das áreas disciplinares da pesquisa sobre análise de conteúdo e organização do conhecimento



Fonte: elaboração própria com base nos dados da Scopus

A afiliação dos autores com maior produção é, também, equilibrada face aos resultados, destacando-se, novamente, a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, confirme plasmado no quadro 11.

Quadro 11 - Resultados da pesquisa sobre análise de conteúdo e organização do conhecimento por afiliação dos autores

Afiliação dos autores	Total de resultados
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	6
Khon Kaen University	4
Rajamangala University of Technology Srivijaya	4
Universidad Carlos III de Madrid	3
Florida State University	3

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Scopus (2025)

3 CONCLUSÃO

A compreensão das ligações interdisciplinares entre Ciência da Informação e outros campos disciplinares constitui um território para ampla exploração. Por um lado, é importante a elaboração

de estudos que permitam analisar todas as áreas disciplinares que abordam os temas que mais têm caracterizado a Ciência da Informação, sobretudo para se encontrar autores, entidades e redes de investigação que promovam o conhecimento sobre as diferentes abordagens. Por outro lado, é importante desenvolver um estudo aprofundado sobre o tratamento temático que as bases de dados com análise bibliométrica atribuem às publicações. O facto de serem utilizadas classificações generalistas e aglutinadoras das diversas áreas do conhecimento, concorre para que não seja devidamente analisável o alcance da interdisciplinaridade em estudos como o que se apresentou neste capítulo.

O estudo aqui apresentado centrou-se na análise dos resultados obtidos a partir da pesquisa numa única base de dados, a Scopus. O alargamento deste estudo exploratório a mais bases de dados, bem como a elaboração de uma análise mais aprofundada relativamente à afiliação dos autores e aos assuntos abordados pelos autores com maior produção científica, poderão contribuir para complementar a análise aqui efetuada.

Estudos deste cariz justificam-se não só para se aprofundar o conhecimento sobre o alcance de interdisciplinaridade, como, também, para se compreender o melhor caminho para o ensino da análise por assunto e da organização do conhecimento.

Espera-se, portanto, que este capítulo contribua para esse conhecimento e para abrir horizonte a mais estudos.

REFERÊNCIAS

BARITÉ, M.; PARENTELLI, V.; RODRÍGUEZ CASABELLE, N.; SUÁREZ, M. V. Interdisciplinarity and postgraduate teaching of knowledge organization: elements for a necessary dialogue. **Knowledge Organization**, v. 50, n. 3, p. 227-241, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2023-3-227>

BENITO, M. **Diccionario Multilingue de terminos bibliotecários**: español-catalán-francés-inglés-alemán-sueco. 2. ed. aum. Editorial Taranco, 1999.

BROUGHTON, V. **Essential Library of Congress Subject Headings**. Facet Publishing, 2012.

DALHERG, I. Knowledge Organization: Its Scope and Possibilities. **Knowledge Organization**, v. 20, n. 4, p. 211-222, 1993. DOI: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-1993-4-211>

HJØRLAND, B. Subject (of documents). **Knowledge Organization**, v. 44, n. 1, p. 55-64, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2017-1-55>. Disponível em: <https://www.isko.org/cyclo/subject>

HJØRLAND, B. Content analysis. **Encyclopedia of Knowledge Organization**, 2025. Disponível em: https://www.isko.org/cyclo/content_analysis#refB

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **Documentation — Methods for examining documents, determining their subjects, and selecting indexing terms** (ISO Standard No. 5963:1985), 1985.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **Information and documentation — Guidelines for the content, organization and presentation of indexes** (ISO Standard No. 999:1996), 1996. Disponível em: <https://www.iso.org/standard/5446.html>

JOHNSON, H.; MATHIS, J.; SHORT, K. **Critical Content Analysis of Visual Images in Books for Young People**. Routledge, 2019. DOI: <https://doi.org/10.4324/9780429426469>

KRIPPENDORFF, K. (2004). **Content Analysis: An Introduction to Its Methodology**. 2. ed. Sage Publications, 2004.

LANCASTER, F.W. **Indexing and abstracting in theory and practice**. 3. ed. University of Illinois, 2003.

SADABADI A. A.; RAMEZANI, S.; FARTASH, K.; NIKIJOO, I. Mapping and Analyzing the Scientific Map of Knowledge Organization. **Knowledge Organization**. v. 49, n. 6, p. 448-464, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2022-6-448>

SZOSTAK, R.; GNOLI, C.; LÓPEZ-HUERTAS, M. **Interdisciplinary Knowledge Organization**. Springer, 2016.

ENCRUZILHADAS DO DISCURSO: DA TEORIA BARROCA À DECOLONIALIDADE EM ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

GUSTAVO SILVA SALDANHA

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT
– Brasil) / Pesquisador titular

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO –
Brasil) / Professor associado

Email: gustavosaldanha@ibict.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7679-8552>

1 INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é discutir, a partir de uma perspectiva teórica, dentro de uma abordagem epistemológico-histórica, a questão do discurso entre uma teoria barroca e a perspectiva da decolonialidade em organização do conhecimento. Acreditamos que é através da fundamentação barroca das teorias e métodos de ordenação dos saberes registrados a partir do estudo da palavra em seu estado de metáfora que o futuro estudo de abordagens decoloniais recebe acolhimento inaugural no domínio epistemológico da organização do conhecimento.

A reflexão epistemológico-histórica, dentro do escopo dos estudos de epistemologia da Organização do Conhecimento, procura uma reforma da reflexão historiográfica do domínio, via a problematização do discurso em Emanuele Tesauro, sua teoria da imaginação, o barroco e a abertura para as abordagens socioculturais e críticas da metalinguagem desde o século XVII.

Se a forma de narrar a construção da Organização do Conhecimento está estruturalmente vinculada ao modelo lógico de relação entre os termos, centralmente via suas hierarquias – termo geral e termo específico, por exemplo -, com

a posição tesauriana esta configuração não é deslegitimada, entretanto, ganha em dimensões de relacionamentos que estão muito aquém e muito além das estruturas formais. Estas formas como geral e específico, produzem e reproduzem relações de força e de opressão. O fato do sequestro do espírito por parte do desenvolvimento conceitográfico e do poder de um positivismo lógico, ou filosofia analítica, ou neopositivismo, no território da linguagem, já no século XX, como teorização fundamental dentre tantas consequências, para o desenvolvimento dos sistemas automáticos de encontrabilidade e de geração de linguagem, não pode apagar a contínua produção de uma reflexão sobre o fundamento discursivo da Organização do Conhecimento.

Este encontra em Emanuele Tesauro (1670) uma base sólida e radical para seu tempo e para as futuras estruturas da linguagem que procuraram, pela via formal, conter a profusão de sentidos que a metalinguagem da Retórica permitia, profusão esta que, uma vez extirpada, nada mais fazia do que promover epistemicídios: a devastação da pluralidade das formas de espírito, das manifestações culturais, expressas através da linguagem e das mentallinguagens oriundas das ações de informação.

O contraponto feito entre colonialidade e decolonilidade, para esta reflexão, está dado no pressuposto da relação entre a violência do conceito do dominador e as discursividades violentadas do dominado. A posição tesauriana sobre a lógica, a retórica e a gramática, ou a partir do *trivium*, ou, ainda, as artes liberais da linguagem (Joseph, 2008), permiti-nos revisitar e reinterpretar esta epistemologia histórica e as desembocaduras socioculturais e críticas da Organização do Conhecimento.

2 O BARROCO COMO FUNDAMENTAÇÃO PARA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

A partir de Emanuele Tesauro (1670), no século XVII, concebe-se uma teoria do discurso, reconhecida posteriormente pela semiótica, como em Umberto Eco (1984), fundamental. É a própria revisão histórica da semiótica a partir do olhar de

Eco (1984) que reconhece as ações de organização do conhecimento, ou dos saberes, na figura tesauriana, como centrais para o desenvolvimento da disciplina dos signos dentro da filosofia da linguagem.

Ao contrário de uma teoria preliminarmente conceitual, focada na definição e no sentido, Emanuele Tesauro (1670), a partir da ancoragem barroca, fundamenta sua proposta em uma visão transconceitual, ou metafórica. A metaforologia de Tesauro (1670) não pressupõe, porém, a dispersão do sentido. Ao contrário, nos conduz à centralidade semântica em seu contexto mutante, ou apenas, à agudeza. A partir da estrutura do *Organon* e suas Categorias em Aristóteles, ou seja, de um lado, com o Aristóteles (2005, 2010) das relações lógicas que sustentam a fundamentação metafísica do conhecimento e o Aristóteles (1966, 1991) das relações lógico-culturais, da Retórica e da Poética, concebe um princípio indiciário – um modelo de índice – para compreensão, visualização e construção do conhecimento, já sob as lentes do universo filosófico do Barroco.

A definição, ainda que não fechada, do termo “barroco”, aponta para a pérola anômala, irregular, bizarra, excêntrica, estranha. Destas configurações aos estudos contra o autoritarismo do conceito e abertura do discurso, podemos dizer que a forma e a expressão do Barroco, como filosofia, pressupõe a abertura decolonial, da crítica do monoconceitismo do colonizador à abertura dos estudos *queer* e às diferenças na diferença.

O Barroco, espírito sociocultural donde parte o pensamento de Emanuele Tesauro (1670), representa um movimento artístico e cultural em sentido mais amplo – a procura espiritual, no sentido weberiano (2004), por exemplo – pelos extremos, como a luz e a escuridão. Nesta configuração de um espírito de época, a abertura para o distorcido, o que foge da precisão, aquilo que não se manifesta de forma plena ou padronizada, conjuga-se com um mundo pleno de diversidades em expansão, como a própria fratura do Latim em vernáculos e suas gramatizações, os idiomas dos Estados-nação europeus, por exemplo, em luta por fixação através de seus léxicos locais.

É neste cenário que Emanuele Tesauro (1670) propõe o que Proctor (1973) chama de uma teoria da imaginação – *conceit* – e não uma teoria do conceito – *concept*. Esta, mais próxima de um método dicionário, co-constituente da ciência moderna, aquela, mais próxima da Retórica e das futuras teorias do discurso.

Como observaram Saldanha e Souza (2017), a proposta tesauriana apresenta uma abertura para um certo “pensamento turvo” nas experiências da linguagem, a partir de uma releitura da obra aristotélica, ou seja, projetar os exercícios de categorização, representar coisas, processos e palavras, eliminar a nebulosidade das sobreposições semânticas da vivência do mundo social e de suas disputas simbólicas (usando, ironicamente, seus mesmos processos de hierarquização, de isolamento, de agrupamentos arbitrários), eis construtos comuns no contexto pós-Tesauro. Uma teoria barroca se coloca, pois, na centralidade do pensamento em OC [organização do conhecimento], diante do espelho turvo da realidade sociopolítica (Saldanha; Souza, 2017, p. 19).

Figura 1. Reprodução da folha de rosto da obra *Il cannocchiale aristotelico* (1670) de Emanuele Tesauro



Fonte: TESAURO, Emanuele. *Il Cannocchiale Aristotelico*. Berlin: Verlag Gehlen; Zürich: Bad Homburg, 1670.

Com o seu *Il cannocchiale aristotelico* (1670), ou a Luneta Aristotélica, bem como Índice Categórico proposto pelo pensador na mesma obra, a possibilidade de definição (ou relação de espelhamento entre termo e sentido) é apenas uma passagem, uma fronteira, para a construção aberta do conceito. É justamente o movimento desta zona de intersecções que interessa enquanto possibilidade de mutação, fluxo caudaloso-discursivo de sentidos em circulação, ou estado permanente de metáfora, esta, uma máquina de correlações, de tecer desvios que nos levam diretamente aos sentidos contextuais e dinâmicos da realidade socialmente construída em cada localidade.

3 MÉTODO DICIONÁRIO E MÉTODO ENCICLOPÉDICO: DA SEMIÓTICA À DIALÉTICA DO DISCURSO

A proposta tesauriana não pressupõe o método dicionário, estrutura teórico-descritiva fundamental para o enquadramento de um modo de pensamento na Modernidade, ou central para a fundamentação da epistemologia como metodologia empírica. A passagem da epistemologia pura, especulativa, atravessa, no decorrer dos séculos trinos da conformação da Modernidade, a saber, XVI, XVII e XVIII, para uma pluralidade na especialidade: o conjunto de disciplinas emancipadas da Filosofia aponta para epistemologia-método (bem como a citada deriva dos vernáculos desde o Latim): o foco está em um modo de conhecer baseado na experiência, do regional ao global.

Como demonstra Eco (1984), o método dicionário é um recurso metodológico – uma reflexão sobre o modo de fazer ciência – central, dentre tantos outros, para a fundamentação não apenas do modelo discursivo da ciência, mas da própria teoria científica moderna. A partir da relação entre verbete e significado, o método dicionário “enxuga” o termo e enquadra o sentido no espelho da estrutura morfológica. A *Encyclopédie* (ou *Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*) de Diderot e D’Alembert, no século XVIII, pode ser considerada

o ponto mais alto deste recurso: dizer o nome e apresentar seu delineamento semântico; mais do que isto, manifestar o nome já empírico – apresentar os termos oriundos das especialidades, das artes e ofícios, ou dos artefatos, seus componentes, seus modos de funcionamento – e dentro das especialidades, demonstrar a precisão descritiva de seu modo de funcionamento, incluindo os esquemas de representação, sua imagem.

O mesmo período, porém, ou seja, os séculos de conformação da Modernidade, está também marcado pelo conflito do método enciclopédico, raiz das abordagens semióticas e semiológicas e igualmente estrutura para futuras teorias do discurso, incluindo a futura perspectiva culturalista e marxiana de Bakhtin (2010, 2012).

A abordagem de Emanuele Tesauro (1670), com seu Índice Categórico, baseado não apenas no Aristóteles da lógica presente no *Organon*, mas também aquele mesmo filósofo autor da Retórica e da Filologia, é uma passagem do discurso categórico – o da estrutura rígida do conceito no silogismo – para o poder das categorias do discurso em seu estado de movimento, de relação não multivetorial, e, sim, em rede de interconexões de sentido.

Retomando a teoria da imaginação no território do discurso em Emanuele Tesauro (1670), é preciso observar que, dentro de um método não-dicionário, e, sim, em um método enciclopédico, a proposta tesauriana no Seiscentos não era meramente descrever e precisar o termo. Descobrir novos sentidos e criar outros, eis o poder que o Índice Categórico revelava em sua articulação de termos aparentemente distantes, de sentidos opostos ou não contíguos. Outros mundos possíveis a construir e transformar, através da metalinguagem, representam, pois, um horizonte central de uma teoria das fronteiras presentes em Tesauro, incluindo as diferenças e as obscuridades de um mundo falsamente puro e lógico.

4 ENCRUZILHADAS DO DISCURSO: DA TEORIA BARROCA À DECOLONIALIDADE EM ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Em nossa concepção, o modelo de pensamento proposto por Emanuele Tesauro (1670), tendo em vista as observações de Eco (1984) e Proctor (1973), nos coloca, através da metalinguagem, na encruzilhada, ou seja, no lugar onde as fronteiras das linguagens se sobrepõem, ou, apenas, as zonas fronteiriças onde as culturas se chocam e se cruzam, os contextos são configurações determinantes, mas não fechadas. A fronteira é o lugar da passagem, o lugar do muro, do lugar da miscigenação, da violência, das trocas, o ponto de fuga, o lugar da tolerância, o território da disputa, a praça da construção de uma outra língua, onde a arma e o discurso estão em evidência; o laboratório do “teste de humanidade”. O barroco, como filosofia, buscou nos lançar nestes limites do humano através de sua linguagem – nas artes plásticas e no *Trivium* - e convocar soluções para seus traumas, seus riscos, as aberturas de mundo que seu discurso do exótico celebrava.

A partir do elogio da fronteira, ou da passagem de fronteiras (o movimento equívoco, sempre em reconstrução, das zonas limítrofes), nós encontramos, por um lado, atravessando o lugar, atravessando; território da mistura de línguas e culturas; espaço de construção de uma nova perspectiva sobre um complexo de sujeitos e coisas; por outro lado, o contexto da identidade; a linha de resistência; a atmosfera das sutilezas de cada gesto cultural e social específico. Em outros termos, a encruzilhada é um conceito-chave para problematizar a diferença (Rufino, 2019), logo, afirmamos, a crítica decolonial contra os efeitos e os traumas da colonialidade. Ou, ainda, “A encruzilhada nos ensina que não há somente um caminho; a encruzilhada é campo de possibilidades” (Simas; Rufino, 2018, p. 118).

Neste sentido, o que abordamos aqui como decolonialidade no plano metodológico, é, por princípio, o discurso híbrido do lugar de fronteira tendo o discurso como solo aberto de

prefiguração das estruturas de exploração e território de disputa para os caminhos da emancipação. Assim, aqui, entre filosofia, filosofia da linguagem e organização do conhecimento, fundamentações que nos lançam a crítica profunda e rigorosa à colonialidade e seus massacres, como Achille Mbembe (2018), Sueli Carneiro (2019), Aimé Césaire (2010), Franz Fanon (2010), Bell Hooks (2013, 2019), Grada Kilomba (2020), encontram-se, na encruzilhada da metalinguagem dos sistemas de organização do conhecimento, a discursividade, seja via o estruturalismo da luta de classes na linguagem ao pós-estruturalismo das figuras do poder nas tramas da inteseccionalidade, a crítica do discurso na organização do conhecimento, como presente em Melissa Adler (2017), Robert Estivals (1978), Bernd Frohmann (1990), Antonio García Gutiérrez (2011), García Gutiérrez e Daniel Martínez-Ávila (2014), Maria Aparecida Moura (2021), Hope Olson (2011, 2014) e Fabio Pinho (2014). Em ambas as pontas, observamos, está a abertura barroca do pensamento tesauriano para o discurso em seu processo de mutação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como parte de um entendimento da epistemologia histórica da organização do conhecimento, compreendermos que a posição enciclopédica de Emanuele Tesauro nos permite, tomando por base seu tratado semiótico, conceber, primeiramente, uma outra ideia de uma genealogia conceitual e metodológica da Organização do Conhecimento. Em outros termos, nós “vimos” do discurso em sua condição de metáfora, e não do conceito. Esta, compreendemos, não só não se configura como tradição teórica e metodológica de compreensão de história do domínio dedicado às metarrepresentações do conhecimento registrado através da linguagem pré e pós-coordenada, como nos levaria a uma outra forma de contar a história da Organização do Conhecimento na Modernidade.

A provocação do argumento epistemológico-histórico da matéria discursiva na fundamentação da organização do

conhecimento é necessária para posicionar o papel do discurso na construção histórico-material das teorias e dos métodos da Organização do Conhecimento; reconhecer a lugar histórico do pensador Emanuele Tesauro no domínio; abrir itinerários de investigação para o aprofundamento das ideias tesaurianas e seu impacto posterior para a relação entre conceito e discurso na Organização do Conhecimento; desenvolver a compreensão das raízes discursivas dos estudos decoloniais da Organização do Conhecimento a partir de uma epistemologia histórica do discurso neste domínio, em suas teorias e em sua práxis.

A abertura dos estudos decoloniais, partir da crítica da Modernidade, é, antes de tudo, uma crítica à arbitrariedade do conceito e seu autoritarismo, em contraposição aos silêncios e às gritas do discurso. A posição tesauriana nos conduz a uma visão de abertura para as perspectivas decoloniais desde o século XVII, via a abordagem barroca sobre a linguagem, menos interessada no conceito, e claramente dedicada ao discurso e, mais ainda, às correlações da pluralidade de produção de sentidos que os discursos conectados provocam. Permite-se, pois, via a encruzilhada do barroco tesauriano, antever raízes da construção de uma teoria crítica da organização do conhecimento tanto do ponto de vista estruturalista (sem negar o conceito e sua efetividade) aos estudos pós-estruturalistas (focados na dinâmica das formações discursivas), atingindo a dialética das metalinguagens investigadas, organizadas e disseminadas em sistemas de organização do conhecimento.

Por fim, resta-nos reafirmar que Emanuele Tesauro não nega nem anula a lógica, assim como Aristóteles não concebe a Retórica e os estudos do discurso como não-filosóficos, ou, apenas, não-lógicos. As hierarquias e a estrutura formal não estão como um “fora” do Índice Categórico de Emanuele Tesauro. Seu método enciclopédico nos ensina que estas formalizações são também fruto de relacionamentos dinâmicos, sendo as próprias hierarquias mutantes, dado que o mundo é socialmente tecido nas fronteiras de reconstrução da vida através da linguagem.

FINANCIAMENTO

A pesquisa foi desenvolvida a partir do fomento do Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

REFERÊNCIAS

ADLER, Melissa. **Cruising the library**: perversions in organization of knowledge. New York: Fordham University Press, 2017.

ARISTÓTELES. **Poética**. Porto Alegre: Editora Globo, 1966.

ARISTÓTELES. **Rhétorique**. Paris: Gallimard, 1991.

ARISTÓTELES. **Metafísica**: ensaio introdutório, texto em grego com tradução e comentário de Giovanni Reale. São Paulo: Loyola, 2005

ARISTÓTELES. **Órganon**: Categorias, Da interpretação, Analíticos anteriores, Analíticos posteriores, Tópicos, Refutações sofísticas. 2. ed. Bauru, SP: Edipro, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2012.

CARNEIRO, Sueli Aparecida. **Epistemicídio**. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/epistemicidio/>. Acesso em: 11 ago. 2019.

CÈSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Blumenau: Letras Contemporâneas, 2010.

ECO, Umberto. **Semiótica e filosofia da linguagem**. Lisboa: Instituto Piaget, 1984.

ESTIVALS, Robert. Luttés de classe et schématisation. **Schéma et schématisation**, [s. l.], n. 9, p. 5-10, 1978.

FANON, Franz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010.

FROHMANN, Bernd. Rules of indexing: a critique of mentalism in information retrieval theory. **Journal of Documentation**, [s. l.], v. 46, n. 2, pp. 81-101, 1990.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. Desclassification in Knowledge Organization: a postepistemological essay. **Transinformação**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 5-14, 2011.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio; MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel. Critical Organization of Knowledge in Mass Media Information Systems. **Knowledge Organization**, [s. l.], v. 41, p. 205-216, 2014.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

HOOKS, Bell. **Olhares Negros**: Raça e Representação. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

JOSEPH, Miriam. **O Trivium**: as artes liberais da lógica, gramática e retórica: entendendo a natureza e a função da linguagem. São Paulo: É Realizações, 2008.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Jess Oliveira (trad.). Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MOURA, Maria Aparecida. Racismo estrutural, epistemologia da ignorância e a produtividade do discurso colonial: cartografia de controvérsias sobre a tentativa de desfazimento do acervo bibliográfico da Fundação Cultural Palmares. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 1-22, 2021.

OLSON, Hope. A potência do não percebido: Hegel, Dewey e seu lugar na corrente principal do pensamento classificatório. **InCID: Revista de Ciência da Informação e da Documentação**, v. 2, n.1, p. 3-15, jan./jun. 2011.

OLSON, Hope. Entrevista. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 491-494, 2018.

PINHO, Fabio A. Metafiltro para controle terminológico de metáforas no domínio da homossexualidade masculina. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 43, n. 1, p. 120-133, 2014.

PROCTOR, Robert E. Emanuele Tesauro: A Theory of the Conceit. **MLN**, [s. l.], v. 88, n. 1, p. 68-94, 1973.

RUFINO, Luiz. Pedagogia das encruzilhadas Exu como Educação. **Revista Exitus**, [s. l.], v. 9, n. 4, p. 262-289, 2019.

SALDANHA, Gustavo Silva; SOUZA, Rosali Fernandez de. Teoria barroca da organização do conhecimento: Emanuele Tesauro e o espelho turvo das tensões entre epistemologia, metodologia e sociedade. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 11-32, 2017.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **A ciência encantada das macumbas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

TESAURO, Emanuele. **Il Cannocchiale Aristotelico**. Berlin: Verlag Gehlen; Zürich: Bad Homburg, 1670.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

POSSÍVEIS CONTRIBUTOS DA ANÁLISE DO DISCURSO PARA A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

CARLOS ALBERTO MARQUES GOUVEIA

Universidade de Lisboa

Email: carlos.gouveia@letras.ulisboa.pt

Orcid: 0000-0001-8532-6840

<https://carlosamgouveia.academia.edu/>

VÂNIA LISBOA DA SILVEIRA GUEDES

Universidade Federal do Rio de Janeiro / Faculdade de Administração e Ciências Contábeis/ Departamento de Biblioteconomia
Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Email: vanialisboa@facc.ufrj.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5854-5677>

Nas Humanidades e Ciências Sociais, a Análise do Discurso (AD) abrange concepções: **textuais**, com foco em escolhas linguísticas, significados e padrões em textos, que incluem estudos baseados na análise de gênero, de *corpora* e de análises multimodais; **contextuais**, com foco em aspectos situacionais mais amplos, plasmadas em estudos das áreas da Sociologia da Ciência, da Etnografia e de perspectivas sócio-históricas; e **críticas**, com foco em atitude e posicionamentos de criticidade, como visível em estudos de Análise Crítica do Discurso e de Linguística Crítica (Hyland, 2009).

Na perspectiva da Linguística Sistêmico Funcional (LSF), Halliday (2004) esclarece que existem numerosos discursos científicos e diferentes subgêneros do discurso científico como artigos, capítulos de livros etc., que têm como função sistemática ampliar o conhecimento, em um domínio científico.

O autor defende o desenvolvimento de processos cognitivos e a construção do conhecimento por meio da exploração do significado em textos e que, nesse processo, a textualização do discurso científico exige o *empacotamento* de significados para a construção progressiva do conhecimento. Nessa perspectiva, a AD estuda as propriedades discursivas do texto e pode ser compreendida sob diferentes perspectivas como a textual, gênero do discurso, entre outras.

Halliday (2004) defende que, à medida que o texto é progressivamente “compactado”, a densidade lexical tende a aumentar, enquanto a complexidade da oração diminui. Nessa perspectiva, a densidade lexical é calculada pelo número de palavras lexicais por oração (Halliday, 1987). A alta densidade lexical de um texto resulta grandemente do uso de nominalizações que designam processos, enquanto representações de ações. No discurso científico, as nominalizações deverbais representam processos de forma sistêmica. A construção de tais nominalizações é um processo metafórico, que envolve reelaborar a experiência e ressemiotizar um universo semiótico congruente, paralelo ao material. O fenômeno é puramente discursivo, de ressemiotização, e possibilita critérios e estruturas de condensação e compactação na organização do conhecimento. Na teorização do discurso científico, os fenômenos de ‘empacotar’ e ‘desempacotar’ transformam a experiência em significado.

Na abordagem textual, a Análise do Discurso estuda as propriedades léxico-gramaticais e textuais de estruturas linguísticas, suas funções morfológicas e semânticas, a regularidade no uso dessas estruturas e os usos institucionais, profissionais, organizacionais e sociais. A AD se situa em um contínuo com dois polos, tendendo à ênfase na linguagem ou no contexto. A análise do discurso científico deve considerar essas duas dimensões para demonstrar como se dá a criação de um mundo particular de atividades, identidades, relacionamentos e instituições, por meio do discurso científico falado ou escrito (Bhatia, 2004).

A análise do discurso de gêneros científicos vem apontando a sistematicidade na produtividade lexical e frequência de uso

de estruturas linguísticas padronizadas, por meio da concepção de linguagem enquanto sistema dinâmico, compartilhado por membros de uma comunidade de discurso (cf. Hyland, 2009; Swales, 1990). Essas concepções explicam a emergência de estruturas linguísticas a partir de observações empíricas. Nessa perspectiva, Bybee (2007) menciona que o Modelo Baseado no Uso (MBU) defende a estreita relação entre a frequência de uso de estruturas linguísticas e a percepção, a representação gramatical e a produtividade lexical, em eventos comunicativos. Ela considera a frequência de uso da palavra como vetor facilitador para o seu acesso, diretamente relacionado ao grau de força lexical de suas relações morfológicas. Bybee (2007) esclarece que as palavras inseridas no léxico têm graus variados de força lexical e, devido à frequência de uso, as palavras com força lexical intensa são fáceis de serem acessadas e servem como base de relações morfológicas na formação de outras palavras. Segundo Bybee (2010), o MBU postula que a estrutura e as unidades da linguagem emergem de eventos comunicativos específicos.

A AD reflete a preocupação dos analistas em estudar e compreender as práticas discursivas que se produzem em todas as esferas da vida social, analisando a língua dentro de instâncias de uso contextual autênticas. A Linguística Sistêmico Funcional (LSF) é uma área transdisciplinar que, a partir de textos, trabalha tanto a descrição dos sistemas linguísticos, quanto as possibilidades de realização e concretização dos significados em contextos de uso. Na primeira perspectiva, enquanto teoria de descrição gramatical, a LSF usa os textos como janelas, concretizações ou espécimes de um potencial de significação a ser descrito, a língua. Na segunda, trabalha os textos não como espécimes, mas como artefatos resultantes de processos de escolhas dos falantes a partir do potencial de significação que é a língua. Nesta segunda perspectiva, se alinha teoricamente com a análise do discurso (Alexandre; Gouveia, 2016; Gouveia, 2009), assim como com os estudos críticos (cf. Halliday, 2004). A LSF tem, portanto, relações íntimas com a Análise Crítica do Discurso. Na perspectiva de sua dimensão analítica, a LSF

pertence ao domínio da análise do discurso, disciplina para a qual contribui com todo o manancial teórico de descrição dos sistemas linguísticos e da linguagem humana, decorrente da primeira perspectiva atrás referida na sua caracterização enquanto teoria de descrição gramatical.

A Organização do Conhecimento (OC), na Ciência da Informação (CI), é a área de pesquisa, ensino e prática que abarca extenso campo conceitual interdisciplinar e é legitimada em cátedras, programas de ensino e pesquisa, instituições de ensino superior, títulos de periódicos, conferências e organizações nacionais e internacionais (Hjørland, 2016). A área compreende atividades relacionadas à organização e representação do conhecimento, como descrição, classificação, indexação e estudos sobre a dinâmica social de comunidades de discurso que revelam *como* as áreas se diferenciam e se associam a partir de diferentes paradigmas de produção de conhecimento (Hjørland, 2016). Na perspectiva semântica, a OC analisa os fenômenos específicos das relações entre unidades conceituais sistematizadas na terminologia de um domínio de discurso, com o objetivo de modelar Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) de natureza semântica, regulados por contextos socioculturais e intelectuais particulares. Na perspectiva social, a área analisa a dinâmica de um domínio do discurso (Hjørland, 2017), com o objetivo de modelar SOC de natureza social (Hjørland, 2003).

A OC estuda ainda a natureza, a qualidade e os fenômenos inerentes aos Processos de Organização do Conhecimento (POC) e aos SOC. As pesquisas no âmbito da OC contribuem para o enriquecimento do campo epistemológico e empírico da área e para as reflexões sobre fenômenos que regulam os diferentes POC e SOC como, por exemplo, esquemas de classificação, tesouros, taxonomias, ontologias, cabeçalhos de assunto, metadados, esquemas de categorização, redes semânticas, bem como a produção de indicadores bibliométricos a partir da análise da dinâmica social de um domínio de discurso (Hjørland, 2003).

Segundo Hjørland (2004; 2017), a análise de domínio na OC tem abordagem de caráter sociocognitivo e estuda a forma como

as áreas constroem significados. O autor esclarece que, a partir da noção de comunidade de discurso, grupos de pesquisadores, em um domínio, compartilham temáticas e métodos de pesquisas e, no campo de conhecimento da área, seus paradigmas, padrões, convenções e linguagem. Nesta perspectiva, a Bibliometria e a Cientometria se valem da noção de comunidade do discurso para as análises matemáticas e estatísticas na Ciência.

Maton (2013), ao refletir sobre o discurso científico na perspectiva de uma Sociologia da Educação de pendor realista e em diálogo com a LSF, menciona os conceitos de ‘gravidade semântica’ e ‘densidade semântica’. No âmbito da sua Teoria dos Códigos de Legitimação, sistematicamente conceitua um conjunto de princípios organizadores implícitos às práticas de construção de conhecimento, de que estes dois conceitos são estruturantes. A ‘gravidade semântica’ e ‘densidade semântica’ são categorizadas como “perfis semânticos”, que permitem, em função do contexto, mudanças na gradação e na condensação de significados relacionados as práticas inerentes ao conhecimento.

A gravidade semântica (GS) refere-se ao grau em que o significado se relaciona com o seu contexto. A gravidade semântica pode ser relativamente mais forte (+) ou mais fraca (-) ao longo de um *continuum* de forças. Quanto mais forte a gravidade semântica (SG+), mais o significado é dependente do seu contexto; quanto mais fraca a gravidade semântica (SG-), menos dependente é o significado do seu contexto. Portanto, a gravidade semântica aponta o *quanto* o significado depende de determinado contexto para fazer sentido. (Maton, 2013). Exemplo: o significado do nome de uma **planta específica** em Biologia ou de um **evento específico na História**. Por outro lado, podem-se descrever processos de **enfraquecimento** da gravidade semântica (SG↓), como passar das particularidades concretas de um caso específico para generalizações e abstrações, cujos significados são menos dependentes do contexto, e de **fortalecimento** da gravidade semântica (SG↑), como passando de ideias abstratas ou generalizadas para casos concretos e delimitados.

No que se refere a representação e a organização do conhecimento, a gravidade semântica é diretamente associada ao nível de especificidade do significado designado pelo termo. Quanto mais específico o termo, em relação a um contexto, maior grau de gravidade semântica. Quanto menos específico o termo, menor grau de gravidade semântica de seu significado.

Já a densidade semântica (SD) refere-se ao grau de condensação de significado nas práticas socioculturais, quer estas incluam símbolos, termos, conceitos, frases, expressões, gestos, vestuário etc. Quanto mais forte a densidade semântica (SD+), mais significados são condensados dentro **das práticas** discursivas; quanto mais fraca a densidade semântica (SD-), menos significados são condensados.

Hrebicek (2002), em seu artigo *Zipf's Law and Text*, alerta que qualquer unidade lexical de uma língua natural tem abstração intuitiva de seu significado, deduzido a partir do uso em textos. As propriedades semânticas reais das palavras podem ser adequadamente observadas quando são testadas como unidades lexicais em textos.

Ao apresentar relações entre o modelo bibliométrico de Zipf (1949), a teoria das redes e a terminologia, Fóris (2013) advoga que o modelo de rede sem escala, recentemente desenvolvido e largamente aplicado, pode ser usado na pesquisa bibliométrica quantitativa aplicada à terminologia, pois as redes são governadas por leis universais. O autor menciona que as operações baseadas no princípio das redes são característica universal dos sistemas complexos e o modelo de rede sem escala pode ser visto como um modelo estatístico-probabilístico, com possibilidade de descrição matemática. (Fóris, 2013).

A Lei de Zipf vem sendo amplamente interpretada e matematicamente descrita. Fóris (2013) advoga a reinterpretação de resultados de estudos linguísticos em linguagem natural, obtidos em pesquisas anteriores à abordagem da teoria das redes na OC. O grande número de estudos realizados sobre diferentes *corpora* linguísticos indica a existência de rede semântica, mas não permite o conhecimento sobre fenômenos

que governam as redes semânticas e sua descrição com mais precisão. (cf. Fóris, 2013). Os vários estudos sobre a frequência de uso das palavras, dos quais a lei de Zipf na Bibliometria vem sendo a mais analisada e aplicada a *corpus* de várias línguas, podem ser encontrados em muitas obras (Fóris, 2010 *apud* Fóris 2013). Zipf examinou a frequência de uso de palavras em língua inglesa e observou que o produto de “y” no *ranking* em ordem decrescente de frequência de uso de palavras vezes o valor “f” no *corpus* é constante “C” (cf. Zipf, 1935; 1949). A Lei de Zipf, representada pela fórmula $r \cdot f = C$, é uma lei linguística universal. Após análise dos dados estatísticos, o autor verifica que há uma função mais complexa que descreve a relação das características quantitativas de uma língua e conclui, após a análise crítica dos achados da pesquisa na linguística quantitativa, que a distribuição de frequência de palavras pode ser descrita pela lei de potência que é característica das redes sem escala. (Fóris, 2010 *apud* Fóris 2013).

Na perspectiva da interlocção da Lei de Zipf (1949) na Bibliometria com a teoria das redes em escala livre na OC, Fóris (2013) defende a função básica da linguagem de codificar, armazenar e transferir conhecimento e salienta a estruturação da linguagem em rede, base da classificação do sistema terminológico e das formas de criação de bases de dados terminológicas, que têm como propósito facilitar a acessibilidade ao conhecimento.

Hrebicek (2002), em seu artigo *Zipf's Law and Text*, alerta que, do ponto de vista estatístico, nenhuma objeção razoável, manifestando-se contra a redução de palavras e de *corpora*, é feita às Leis de Zipf. Do ponto de vista linguístico, entretanto, existe um fato marcante: o *gap* existente entre unidades lexicais e *corpora* indica uma ausência dificilmente admissível de fenômenos linguísticos relevantes ligados às estruturas lexicais em textos. Nesse sentido, considerando-se as estruturas de textos, Hrebicek propõe as seguintes questões:

(i) a abordagem mencionada está baseada em *corpora* capazes de expressar a real estrutura lexical de uma língua?

(ii) existem abordagens teóricas, de alguma maneira associadas

às Leis de Zipf, suficientemente fortes para suportar o impacto causado pela mudança de análise de *corpora* para textos?

Bybee e Hopper (2001, p.1), ao discutirem a relação da frequência com a emergência de estruturas linguística, mencionam que o trabalho de Zipf foi pioneiro nos anos 30. A obra *The Psycho-biology of Language*, editada em 1935, se baseia no Princípio do Menor Esforço e antecipou muitos temas de investigação explorados recentemente sobre a relação entre a frequência e a estruturas linguísticas. Zipf adota o termo *Dynamic Philology* para nomear os estudos quantitativos da variação linguística. Nos anos 80, outros linguistas procuraram respostas nos usos reais no âmbito do discurso. A propósito, os tesouros valem-se da noção de domínio do discurso e da frequência de uso dos itens lexicais.

No domínio interdisciplinar da OC em diálogo com a AD, a pesquisa sobre a função da nominalização na linguagem da ciência surge na CI nos anos de 1970 (Basílio, 1979). As nominalizações deverbais são substantivos derivados de verbos que expressam, de forma abstrata e nominal, o sentido do verbo morfológicamente correspondente. Segundo Basílio (2007, p.78), elas referem-se ao “conjunto de processos que formam substantivos a partir de [...] verbos” e desempenham funções particulares, nomeadamente as funções textual e semântica. A função textual refere-se à adequação do uso de itens lexicais ao gênero de discurso e à construção do enunciado; a função semântica é de designação, o que possibilita a referência a um processo verbal, evento, ação ou estado (Basílio, 2007).

Halliday (2004) afirma que, por meio da nominalização, processos normalmente representados por verbos surgem como substantivos. Basílio (2007) defende que a composição de substantivos deverbais é um dos processos mais produtivos no português, devido à função que a palavra nominalizada apresenta na estrutura do texto. Nesse sentido, a autora ressalta a função da nominalização de compactação textual, sem perda de informações; a função anafórica, provavelmente a mais relevante, que se refere a recuperação de estruturas verbais pelo

uso do verbo na forma nominal e a função de caracterização do tipo de discurso.

Basílio (2007), Hyland (2009), Bhatia (2004), Swales (2004, 1990), Halliday (2004), Eggins (2004), entre outros autores, destacam que o uso acentuado de nominalizações marca fortemente o discurso científico. Segue exemplo de nominalizações deverbais com alta densidade semântica no discurso científico sobre COVID-19, na área de Medicina.

O **reconhecimento** da miocardite aguda como uma **complicação** associada à COVID-19 é importante para o **acompanhamento** mais próximo dos pacientes afetados pelo COVID-19 e para o **aumento** do **conhecimento** das autoridades de saúde pública sobre esse tipo de **complicação**. A **vigilância** clínica e os exames laboratoriais, incluindo os níveis de troponina, são essenciais para a **identificação** adequada do COVID-19 e a **redução da transmissão**. (Askin; Tanriverdi; Askin, 2020)

Halliday e Matthiessen (2004) mencionam que a nominalização é um recurso para criar a metáfora gramatical. Mas, nesse sentido, não estamos a falar especificamente de nominalizações deverbais, na estrita acepção morfológica do conceito. A metáfora gramatical é uma nominalização de um processo de transitividade, o que significa que estamos a falar de processos e suas funções associadas, como, por exemplo, participantes e circunstâncias, codificados sob a forma de uma oração. Enquanto nominalização de um processo de transitividade, a metáfora gramatical de tipo ideacional representa a realidade ou constrói a experiência humana (um acontecimento, uma atividade, um certo fazer oracionalmente construído) de uma forma estática, por oposição à sua representação dinâmica enquanto processo de transitividade. Ao mesmo tempo, compacta informação, reduzindo, com a nominalização do processo, o número de orações da representação congruente, isto é, a representação natural, não gramaticalmente metaforizada.

Halliday (1994) esclarece que o grupo nominal é um dos recursos para empacotar itens lexicais. Halliday ressalta que a nominalização de processos pode ter se desenvolvido nos

discursos técnicos e científicos, trazendo consequências tanto para o autor quanto para o leitor. Na escrita científica, a metáfora gramatical que envolve a nominalização de um processo permite: (i) construir hierarquias entre termos técnicos; por exemplo, o grupo nominal **movimento planetário**, formado pela nominalização do verbo mover, faz parte de uma subclasse de tipos de movimento e, portanto, pode ser hierarquizado. (ii) desenvolver os argumentos; por exemplo, a apresentação dos argumentos ao longo do texto se constrói na forma de orações que, por sua vez, podem ser encapsuladas em um grupo nominal com a finalidade de apresentar, sustentar ou retomar informações.

A identificação de um termo nominalizado nos estudos sistêmicos em língua inglesa apresenta um critério semelhante àquele adotado pela teoria lexical do Português: inicialmente, observa-se o critério formal, ou melhor, os morfemas que compõem a forma nominal; visto que nem sempre este primeiro passo se mostra suficiente, observa-se também o contexto em que a forma nominal aparece, buscando identificar se ela apresenta o sentido do processo (Thompson, 2013).

CONSIDERAÇÕES

Os resultados decorrentes de investigações sobre o tema em referência parecem atestar aos objetivos e metas formulados para as pesquisas e podem contribuir para produção, disseminação e fortalecimento do campo teórico e empírico da representação e organização do conhecimento.

Esses resultados tendem a favorecer a ampliação do conhecimento no domínio disciplinar de análise. (Hjørland 2002; 2004; 2017). Em domínios especializados do conhecimento, a competência linguística é condição necessária à comunicação científica qualificada e ao avanço da Ciência, Tecnologia e da Inovação.

A pesquisa evidenciou recursos estratégicos discursivos usados sistematicamente na comunicação e na produção do conhecimento, priorizando aspectos funcionais e semânticos

da linguagem, o que corrobora a perspectiva da abordagem da linguagem enquanto sistema sociossemiótico dinâmico e funcional, compartilhada por teóricos que defendem pressupostos propostos em Modelos Baseados no Uso e na Linguística Sistêmico Funcional (LSF) (cf. Bybee; Hopper, 2001, Halliday, 2004).

Esses modelos defendem a emergência de estruturas linguísticas, a partir de observações empíricas, e atestam a função da nominalização de designação de processos, produtos e entidades e de *empacotamento* da informação no discurso científico. Nesse cenário, as questões referentes à análise linguística da sistematicidade de estratégias lexicais e morfológicas nominalizadas, ou de metáforas gramaticais ideacionais, apesar de investigadas na Linguística por Halliday (2004), Swales (1990; 2004), Hyland (2009), Eggins (2004), entre outros, não haviam sido analisadas com o propósito de estabelecimento de interlocução entre a AD, na Linguística, e a Organização do Conhecimento, na CI.

O tema é relevante para a representação e organização do conhecimento, uma vez que à luz de modelos epistemológicos e empíricos da AD, da Bibliometria e da OC, propõe-se um campo de investigação interdisciplinar para investigações da gravidade e densidade semântica de itens lexicais, com função de índice e de designação de processos, produtos ou entidades, na linguagem científica.

Ao ampliar o diálogo entre a Linguística e a CI, a pesquisa potencia a emergência de contribuições científicas, tecnológicas e de inovação na criação de sistemas de organização do conhecimento apoiados por modelos linguísticos na OC.

A pesquisa se inseri no âmbito Projeto de Pós-doutoramento *Regularidade da produtividade e da frequência de uso de estruturas linguísticas nominalizadas, no discurso científico, à luz da Linguística Sistêmico Funcional, e da Linguística Documentária na CI*, sob supervisão do Professor Doutor Carlos Alberto Marques Gouveia, da Faculdade de Letras, School of Arts and Humanities, da Universidade de Lisboa. O Projeto é vinculado ao *Programa em Cultura e Comunicação (Cult&Com)*, linha

temática *Discurso e Literacia*: Matrizes, Práticas, Tendências, na ULisboa, e ao Grupo de Pesquisa do CELGA-ILTEC da UCoimbra, linha de pesquisa *Discurso e Práticas Discursivas Acadêmicas* do DpdA Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada.

A pesquisa foi apresentada no Workshop *Discurso e Práticas Discursivas Acadêmicas* como *Estudo em Ciência da Informação (Cientometria) e Linguística sobre nominalizações deverbais para identificação do conteúdo informativo de artigos científicos (área dos estudos lexicais / área disciplinar da Medicina)*, na ULisboa, e motivou a proposta de participação na *Round Table - 16th International ISKO 2022*, em Aalborg, Denmark. (ID 142, Título: *KO Educacional Practices*), coordenação Profa. Dra. Olívia Pestana da Universidade do Porto.

A pesquisa é também vinculada ao grupo de pesquisa Organização do Conhecimento e Análise (Crítica) do Discurso nas Ciências da UFRJ, disponível no Diretório de Pesquisa do CNPq.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, M. F.; GOUVEIA, C. A. M. (Org.) **Theory, application, analysis**: studies in systemic functional Linguistics. Lisboa: BonD & CELGA-ILTEC, 2016.

BASÍLIO, M. M. P. **Teoria lexical**. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Ática, 2007. 104 p. (Série Princípios, 88).

BASÍLIO, M. M. P. Interface Linguística e Ciência da Informação: potencialidade na análise de estruturas lexicais. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2., 1979, Rio de Janeiro. **Trabalhos apresentados...** Rio de Janeiro: IBICT, 1979.

BHATIA, V. K. **Worlds of written discourse**. London: Continuum International Publishing Group, 2004.

BYBEE, J. L. **Frequency of use and the organization of language**. New York: Oxford University Press, 2007.

BYBEE, J. L. 2010. **Language, usage and cognition**. Cambridge:

Cambridge University Press, 2010.

BYBEE, J. L. HOPPER, P. **Frequency and the emergence of language structure**. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

EGGINS, S. **An introduction to systemic functional linguistics**. 2. ed. Nova York: Continuum International Publishing Group, 2004. 365 p.

FÓRIS, A. Network theory and terminology. **Knowledge Organization**. v. 40, n. 6., p. 422 – 429, 2013.

GOUVEIA, C. A. M. Texto e gramática: uma introdução à linguística sistêmico-funcional. **Matraga**, Rio de Janeiro, v.16, n.24, p. 13-47, jan./jun. 2009.

HALLIDAY, M. A. K. **The language of science**. London: Continuum, 2004. (Collected Works of M. A. K. Halliday, v. 5).

HALLIDAY, M. A. K. **Spoken and written modes of meaning: comprehending oral and written Language**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to Functional Grammar**. 2. ed. London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **An introduction to Functional Grammar**. 3 ed. Sidney: Arnold Publishers, 2004.

HJØRLAND, B. Domain analysis in information science: Eleven approaches - Traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, v. 58, no. 4, p. 422-462, 2002.

HJØRLAND, B. Fundamentals of Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, v. 30, n. 2. p. 87-111, 2003.

HJØRLAND, B. Domain analysis: a socio-cognitive orientation for information science research. **Bulletin of American Society of Information Science and Technology**, v. 30, n. 3, feb./mar, 2004.

HJØRLAND, B. Domain analysis. **Knowledge Organization**, v. 44, n. 6, p. 436-464, 2017.

HJØRLAND, B. Knowledge Organization (KO). **Knowledge**

Organization, v. 43, n. 6, p. 475-485, 2016.

HREBICEK, L. Zipf's law and text. **Glottometrics**, v. 3, n. 22, p. 23- 38, 2002.

HYLAND, K. **Academic discourse**: english in a global context. New York: Continuum International Publishing Group, 2009. 215p.

MATON, K. Making semantic waves: A key to cumulative knowledge-building. **Linguistics and Education**, 24 (2013), p. 8–22.

SWALES, J. M. **Genre analysis**: english in academic and research settings. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1990. 260 p. The Cambridge Applied Linguistics Series.

SWALES, J. M. **Research genres**: exploration and applications. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. (The Cambridge Applied Linguistics Series)

THOMPSON, G. **Introducing functional grammar**. 3. ed. London: Routledge, 2003.

ZIPF, G.K. **The Psycho-biology of Language**. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1935.

ZIPF, G. K. **Human behavior and the Principle of Least Effort**. Cambridge (MA): Addison Wesley, 1949.

INFORMATION ORGANIZATION OR KNOWLEDGE ORGANIZATION: WHAT ARE WE REALLY ORGANIZING?

JORGE REVEZ

Universidade de Lisboa / Faculdade de Letras / Centro de Estudos
Clássicos

Email: jrevez@edu.ulisboa.pt

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3058-943X>

1 INTRODUCTION

Since 2015, the Master's in Documentation and Information Science (MDIS) at the School of Arts and Humanities, University of Lisbon (FLUL), has included in its curriculum two semester-long courses on the organization and representation of information and knowledge. These courses are titled 'Information Organization I' and 'Information Organization II' (Universidade de Lisboa, 2015). Both courses are mandatory and unique within the MDIS programme in terms of content in the subfield of Information Science referred to in English as the organization of information, information organization (Joudrey; Taylor, 2018; Park; Howarth, 2013; Svenonius, 2000) or knowledge organization (Hjørland, 2008).

This offering was preceded, since the inception of the MDIS in the 2007-2008 academic year, by two courses titled 'Knowledge Organization' and 'Organization and Retrieval of Bibliographic Information' (Universidade de Lisboa, 2009), a division that remained in place with the changes introduced in the 2010-2011 academic year (Universidade de Lisboa, 2010). However, it is important to note that between 2007 and 2015, the Master's programme operated with two distinct tracks—Archival Science and Librarianship. Students from both tracks

only attended the 'Knowledge Organization' course together (first semester). In this paper, we will not address the previous experience of teaching in this area at FLUL within the framework of the Specialization Course in Documentation Sciences, which has been in place since 1983 (Portaria 449/83, 19 April 2015).

At present, each curricular unit involves 168 hours of work, with 46 contact hours and 6 ECTS credits, spanning 14 weeks. MDIS students (as well as those in other postgraduate programmes at FLUL) begin their study cycle in either September or January each year. This means that if they start in September, they will first take 'Information Organization I', whereas if they start in January, they will take 'Information Organization II' first, followed by 'Information Organization I' in the subsequent September.

On the other hand, the MDIS is part of the Programme in Documentation and Information Science at FLUL, which currently only offers the second cycle of studies as outlined in the Bologna Model. This implies that future information professionals at the University of Lisbon do not have access to undergraduate (Bachelor's) content with a more extensive workload, which could enable them to attend practical workshops in information/knowledge organization. Potentially, such a curriculum with more available contact hours could provide a more pronounced practical and professional orientation to their education, a dimension that the MDIS does not aim to encompass.

Based on the presentation of the context of advanced training in information/knowledge organization at FLUL, this paper adopts a case study method with the objectives of (1) exploring the epistemological and curricular implications of the programs of the two currently taught curricular units, and (2) revisiting the theoretical debate between the terms 'Information Organization' (IO) and 'Knowledge Organization' (KO), discussing which titles would be most appropriate for the disciplines being taught. The response to these two objectives forms the two main parts of the paper, followed by the conclusion.

2 METHODS

The case study method enables the observation of a specific reality, integrating with other methods and techniques to deeply explore a subject of study, in this case, advanced training in knowledge organization at the University of Lisbon.

According to Gerring,

“a case study is an intensive study of a single case or a small number of cases,” highly focused, aiming to “partially explain the case(s) under investigation and also, at the same time, illuminate a larger class of cases (a population)” (Gerring, 2019, pp. 69–70). In this study, there is no intention to generalize the results but rather to problematize them, considering the different educational contexts in which knowledge organization can be the subject of teaching and learning processes.

Another foundational author, Yin, defines a case study as an empirical inquiry that investigates a contemporary phenomenon (the ‘case’) in depth and within its real-world context, especially when the boundaries between phenomenon and context may not be clearly evident (Yin, 2015, p. 17).

Other theoretical contributions emphasize the importance of depth and uniqueness as essential epistemological approaches to making a case study relevant for understanding a particular subject of study (Coutinho, 2015; Creswell, 2014; Denzin; Lincoln, 2018; Simons, 2014; Stake, 2016).

In conjunction with the case study, documentary research method was employed, drawing from scientific literature, legislation, and academic materials related to the studied training program. This method, which can be known by various names, is significantly utilized in social sciences and humanities as a strategy to study analog or digital evidence found in different documents that inform us about a subject of study (Bowen, 2009; Coffey, 2014; Grant, 2018; Prior, 2003; Silva, 2021).

3 INFORMATION ORGANIZATION AND KNOWLEDGE ORGANIZATION

This section aims to review some questions, such as whether Information Organization (IO) is the same as Knowledge Organization (KO) and whether they are different disciplines. As observed, both terms share a common origin—cataloging and bibliographic classifications used in libraries since the second half of the 19th century and taught in vocational schools and universities—presenting distinct and somewhat inconsistent lexical evolutions, although they substantially address the same issue and are still used interchangeably today. Importantly, any attempt to differentiate them, suggesting the existence of two distinct fields of study, especially concerning the object of study, seems theoretically weak. While it is true that the concepts of information and knowledge can be defined differently (a debate not deeply explored in this work, *vide* (Hjørland, 2023)), the fact remains that the use of IO and KO as synonyms, as will be further discussed, currently renders the clarification of their conceptual boundaries irrelevant.

Organization is a central element of Information Science (Glushko, 2014). It is employed to structure and control (without delving into the issue of the term “bibliographic control”), to provide order and meaning, to enable representation, arrangement, access, retrieval, and preservation, thereby constructing contextual systems and document/informational sets. Organization appears to serve fundamental purposes, distinguishing between nature and content:

These reasons are the needs to describe the nature of a document (its title, creator, date of creation, physical form, publishing details, etc.), fully and accurately, through cataloguing and metadata creation, and to denote its subject, what it is about, through classifying, indexing and summarising (Bawden; Robinson, 2022, p. 133).

However, what is truly being organized? Documents, information, knowledge?

Hjørland (2012) published a discussion on the name that

this area of study could assume within the field of Information Science. He presents a position advocating that Knowledge Organization (KO) and Information Organization (IO) should not be used synonymously, although he acknowledges that they are often used interchangeably, albeit in different contexts but with similar theoretical principles: “primarily concerned with subjects, concepts, and semantic relations between concepts” (Hjørland, 2012, p. 6). He further suggests that KO would be the more appropriate term to designate the field of study, as it relates to the social context of information, rather than emphasizing issues related to information theory or computing. Therefore, it is not surprising that Hjørland defines KO as having a broad scope: “KO is about describing, representing, filing and organizing documents and document representations as well as subjects and concepts both by humans and by computer programs” (Hjørland, 2020).

Hjørland also points out that the works of Svenonius (2000) and Joudrey and Taylor (2018) are the main publications linking Information Organization (IO) to the field Knowledge Organization (KO). However, the labels “information organization” or “organization of information” have not shown a consistent pattern of use over time in the specialized literature. He highlights the case of Rowley and Hartley (2008), whose title attempts to combine both designations of information and knowledge: “Organizing knowledge: an introduction to managing access to information.” As explained by Hider (2018), Taylor’s manual (1st ed. 1999) is the American equivalent of Rowley’s British manual (1st ed. 1987), both addressing various activities that enable intellectual access to information resources.

Nevertheless, the trend towards a lexical shift favoring the term “information” over “knowledge,” which appeared to be a reality for Hjørland in 2012, does not seem to have gained momentum in the last decade. Instead, there is a strengthening consensus towards KO as the more appropriate designation, encompassing both theoretical and applied dimensions of organization and representation within Information Science. This preference for

the term KO as the most suitable representation of the field is also shared, for example, in the recent introductory work by Pintar and Hopping (2023), even though the term IO continues to be more commonly used in master's programs accredited by the American Library Association (Hudon, 2021).

In Bawden and Robinson's manual (2022), the frequent use of both expressions as synonyms is noted, although KO is generally associated with the organization and structuring of knowledge itself, while IO pertains to the organization of physical or digital documents containing information. It also concerns finding optimal solutions to facilitate access and retrieval of these objects or resources, and consequently, the information they convey. This explanation suggests a distinction between concrete activities or realities (objects, documents, resources) and abstract ones (concepts, ideas, thoughts), a perspective shared by other authors. For instance, Brascher and Café argue that there are

two distinct types of organization processes, one applicable to individual occurrences of informational objects - the information organization process, and another applicable to units of thought (concepts) - the knowledge organization process (...) [which] aims to construct world models that constitute abstractions of reality (Brascher; Café, 2008, p. 6).

Similarly, Lima posits that KO

produces systematic representations of knowledge, which can be utilized in IO to standardize representations of the contents of informational resources, aiming to facilitate their retrieval and use. It is understood that knowledge organization is a necessary condition for information organization, or more specifically for informational resources, in terms of their contents" (Lima, 2020, p. 63).

Thus, while the KO area organizes knowledge through domain modeling and representation of its structure based on the description of concepts and their semantic relationships, the IO area involves the process of representing the content of specific documents, where knowledge is recorded, so that it can be retrieved by users in an Information Retrieval System (Lima, 2020, p. 63).

These explanations are, to a certain extent, relevant, but they may not be viable as we venture into an era of increasingly complex and automated operations of organization and representation in the digital age. In the horizon of the Semantic Web and the widespread adoption of representation models based on the entity-relationship model, is a disciplinary distinction between objects and concepts still relevant? To address this issue, one needs only to consider recent proposals such as the *IFLA Library Reference Model* (Riva; Le Boeuf; Žumer, 2017) or the conceptual model and ontology *Records in Contexts* (International Council on Archives, 2021). These demonstrate that descriptive metadata, traditionally associated with bibliographic cataloging and archival description of documents (the so-called objects), is now inseparable from advancements brought by a core field of KO, such as ontologies (a formal and explicit specification of a shared conceptualization (Guarino; Oberle; Staab, 2009)). Ultimately, the description of objects/resources associated with IO and the construction of models for understanding and representing reality associated with KO coexist in what appears to be the future direction of organizational processes and systems. This coexistence was already theorized by Buckland:

Knowledge organization is concerned with describing, representing, organizing, discovery, selection, and retrieval of concepts and of knowledge in a wide variety of contexts. As a practical matter, it does this through the manipulation of “representations” of concepts and of knowledge, through documents. Knowledge organization is, therefore, directly and centrally concerned with documents. In consequence, understanding the nature of documents should be an important concern in knowledge organization (Buckland, 2018, p. 425).

An examination of the two expressions separately may yield additional relevant elements. In the case of the term IO, Svenonius adopts a conceptual framework that considers the “organization of information in a historico-philosophical context,” with its primary characteristic being linguistic in nature: “information is organized by describing it using a special-purpose language”

(2000, p. 1). Organization and description (representation) are inseparable processes for which a specialized language is used, which the author terms bibliographic:

the most colossal labor of all involved in organizing information is that of having to construct an unambiguous language of description — a language that imposes system and method on natural language and at the same time allows users to find what they want by names they know (Svenonius, 2000, p. 14).

Svenonius acknowledges the field as a direct heir of the tradition of “Anglo-American descriptive and subject cataloging” over the past 150 years. For her, the existence of a clearly definable domain or object of study is not straightforward, as “the collective domain of all systems for organizing information [are] all message content created by humans, recorded, and deemed worthy of being preserved” (Svenonius, 2000, p. 8). However, the document, as the carrier of message content, i.e., the record that fixes the information, has a material dimension, making information something of the abstract domain. In the terminological mix, one observes the difficulty in separating form and content or the description of the object versus the description of the subject (“aboutness” as “subject of a work contained in a resource, which is translated into controlled subject languages” (Holley; Joudrey, 2021, p. 4)). These distinctions would potentially allow for the autonomy of objects of study in IO and KO, that is, separating objects and concepts/models of the world as previously mentioned.

Another seminal work that addresses similar conceptual issues is Arlene Taylor’s. In 1999, she acknowledged that her manual was constructed to respond to the emergence of higher education adopting a holistic approach to the problem of organization, preceding more specific issues of cataloging and classification:

These courses typically cover much more than cataloging and classification. They discuss the concept of organization and its role in human endeavors; many kinds of retrieval tools, such as bibliographies, indexes, finding aids, catalogs, and other kinds of databases; encoding

standards, such as MARC, SGML, various SGML DTDs, and XML; creation of metadata; all kinds of controlled vocabularies, including thesauri and ontologies, as well as subject heading lists; classification theory and methodology; arrangement and display of metadata records and physical information-bearing packages; and system design (Joudrey; Taylor, 2018, p. 13).

In the 4th edition of their manual, the authors acknowledge that the subject matter of the field—what is being organized—is information, although other authors argue it is knowledge:

It seems to us that we can use our knowledge to write a book, but until you read that book, understand it, and integrate it into your own knowledge, it is just information. That is why we believe we organize information—so that others can find it, read or otherwise absorb it, and use it to add to their own reserve of knowledge (Joudrey; Taylor, 2018, p. 19).

This perspective suggests a mechanistic view focused solely on the informational subject, the creator of knowledge, ignoring the social dimension of epistemology that shapes human societies and their diverse social and cultural contexts. Nevertheless, the manual broadly covers the field that today is understood as Knowledge Organization (KO), and the authors themselves do not reject the perspective that it could be designated or titled as knowledge organization.

On the other hand, the origin and meaning of the term Knowledge Organization (KO) stem from the concept of classifying sciences as systems of organizing what is known as reality. This evolution is evident, for instance, in the change of title from “International Classification,” the journal of the International Society for Knowledge Organization (ISKO), to “Knowledge Organization” in 1993. However, the impossibility of achieving a theoretically universal system independent of social, cultural, linguistic contexts, etc., means that concepts of classification and KO are viewed solely as artificial constructs and human fictions (San Segundo Manuel, 1996). Indeed, despite the classical antecedents of KO, the discipline as understood today is directly

linked to the tradition of Anglo-Saxon librarianship, particularly from the latter half of the 19th century onwards. Hjørland references, among other authors, Henry Bliss's seminal work "The Organization of Knowledge and the System of the Sciences" (1929), which established the connection between bibliographic classification and KO, with the former needing to respect the structural organization of the sciences studied by the latter. The establishment of ISKO in 1989 and the renaming of its official journal in 1993 marked the disciplinary foundation of KO, under the leadership of Ingetraut Dahlberg (Hjørland, 2020).

Another seminal work grappling with the issue of distinguishing KO and IO is Jennifer Rowley's manual (4th ed. with Richard Hartley). The authors adopt the term KO to encompass the tools and processes associated with providing access to information and knowledge. KO is the other side of information retrieval, as the quality of the former determines the success of the latter. To explain their choice, the authors draw on knowledge management literature, which posits a distinction between tacit or implicit knowledge (personal, stored in the human mind, capable of being recorded) and explicit knowledge (codified, recorded, shared). The debate among those who view explicit knowledge as knowledge and those who consider it information is resolved by Rowley and Hartley as they focus on organizing explicit knowledge: "if the term 'explicit knowledge' is used, the indexing and organization of packages of information or documents can be described as the organization of knowledge" (Rowley; Hartley, 2008, p. 7). The same logic underpins Anderson's definition of KO:

The description and organization for retrieval of messages representing knowledge, texts by which knowledge is recorded, and documents in which texts are embedded. (...) Library and information science deals with the description and organization of the artefacts (messages, texts, documents) by which knowledge (including feelings, emotions, desires) is represented and shared with others. These knowledge resources are often called information resources as well. Thus 'knowledge organization' in the context of library and information science is a short form for 'knowledge resources organization' or 'knowledge representations

organization'. It is often called 'information organization' (2003, p. 471; also cited by Hjørland, 2008).

Additionally, Hider (2018) acknowledges that KO and IO can be used interchangeably, although they can also be recognized as distinct yet related: in this case, Hider considers that IO/KO can be used to denote the field of study in a general sense, but KO can also be used to designate a more specific field, focusing primarily on the representation of subjects of informational resources, i.e., the "subject approach," which is directly linked to the establishment of ISKO in 1989. While in the 1990s the emphasis was on content and its representation, the scope of ISKO members' work later expanded to include metadata issues and the organization of objects/media/documents. A fundamental aspect is highlighted here: the progressive merging of descriptive cataloging (focused on the medium and the document) and subject cataloging (focused on the abstract content dimension), a distinction that seems increasingly less relevant today in both professional practice and academic training, following the global trend that favors the informational dimension in all its complexity over a purely document-centric or solely library/archive/museum/documentation centre-focused logic.

Hider (2018) also identified the overlapping of four distinct phases in the evolution of the field of KO. Originating from library science, the area of organization initially separated cataloging from classification, a practice that lasted until the mid-20th century. From the 1930s onwards and throughout the century, both began to be taught as a unified and central field in the educational process. From the 1960s to the 1990s, with the emergence of Information Science, now Library and Information Science, the "subject approach" and new information retrieval processes came to the forefront. The latest phase, which continues today, demonstrates the solidification of KO in academic curricula. Regarding the term IO, Hider notes that its equivalent use to KO only emerged in the 1980s, citing works like Doreen Goodman's "Information Organization: Principles & Practice" (1985) and Christopher Turner's "Organizing Information"

(1987). According to this author, it suggests that the field of KO, whether designated as knowledge or information, was only consolidated in the late 20th century, assuming different names often without clear logic, entangled in the terminological confusion that frequently affects social and human sciences.

In Claudio Gnoli's manual (2020), the author acknowledges the equivalence between IO and KO, but argues that knowledge is an integrated network of information that allows for the processing and framing of subsequent information. This knowledge is culturally produced in the form of mentifacts and made publicly available, whether orally or in writing, synchronously or asynchronously. For the full utilization of this set and its interrelations, KO is an essential task. Gnoli defines KO as:

the representation of real objects (knowledge) arranged into useful structures (organization). That is, the individual components of knowledge (...) can be gathered and organized into more structured systems (...). The resulting complex system is called a knowledge organization system (Gnoli, 2020, p. 6).

Naturally, in this perspective, KO primarily focuses on publicly accumulated knowledge in collections of mentifacts materialized in documents, formalized through a common vocabulary shared by a particular community. This means that the objective or material dimension remains fundamental, even though the document is not the beginning and end of the object of study in KO:

modern KO is especially concerned with ordering knowledge as conveyed in some kind of document. But what is of interest to KO is not the document itself, be it a clay tablet or a website archive or a living tree. It is its knowledge content (Gnoli, 2020, p. 9).

In summary, KO and IO do not appear to be two different disciplines. Both terms have a common origin, address the same problem, and are generally used interchangeably as synonyms. It also seems that the discipline of KO has been able to integrate past and present issues and develop the field of information and

knowledge organization and representation more consistently. This can be explained by the culture and epistemic community (Knorr-Cetina, 1999) that exists, notably researchers associated with ISKO, who have come together to research and teach in this area of study. The dual titles of disciplines, courses, and reference works - IO vs. KO - appear to simply result from different authorial choices and academic traditions. There is no substantial divergence between the two perspectives, nor are there two separate disciplines. Next, we will observe how revisiting this debate impacts the conception of a master's degree course in Information Science, aimed at providing a critical view of the field of information and knowledge organization and representation.

4 THE CASE OF THE UNIVERSITY OF LISBON

Considering the argumentation from the previous section, since 2015, the MDIS at FLUL has offered two semester-long courses on KO, here considered the most consensual and solidified expression within the field of Information Science. Contrary to this solidification of the field of study over the last three decades, the units in MDIS are titled 'Information Organization I' (IO1) and 'Information Organization II' (IO2) (Universidade de Lisboa, 2015). It is not straightforward to determine the reasons for this naming convention, especially considering that there was previously a course titled KO within the same curriculum. Nevertheless, both courses are mandatory and are unique within the MDIS curriculum regarding KO content.

In the academic year 2022-2023, the syllabus comprised the following:

Table 1 – IO1 and IO2 Syllabi (2022-2023)

Information Organization I	Information Organization II
1. Information Organization in Information Science: conceptualization as form, content, and medium	1. Information Organisation and Knowledge Organisation

Information Organization I	Information Organization II
2. Fundamentals of Information Organization	2. Concepts: Concept, Indexing, Content Analysis and Representation, Knowledge Organisation Systems, Documentary Languages
3. Principles of cataloging	3. Thesauri: Definition, Structure, and Terminology
4. International Standard Bibliographic Description (ISBD) – Consolidated edition	3.1 Standardisation: ISO 2788-1986, NP 3715-1989, NP 4036-1992, NP 4285-4-2000, ISO 25964 - Parts 1-2: 2011-2013
5. Machine Readable Cataloging (MARC) formats and Universal Machine Readable Cataloging (UNIMARC)	3.2. Descriptors and Descriptor Relationships: Equivalence, Hierarchy, Association
6. Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR)	4. Abstracts: Functions and Types
7. Anglo-American Cataloguing Rules, Second Edition (AACR2) and Resource Description and Access (RDA)	4.1 Standardisation: NP 418-1988
8. IFLA Library Reference Model	5. Classifications: Functions and Types
9. International Standard for Archival Description (ISAD(G)) and Orientações para a Descrição Arquivística (ODA)	4.1 Classification Tables
10. International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons, and Families (ISAAR (CPF)), International Standard for Describing Functions (ISDF), and International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings (ISDIAH)	4.2 Universal Decimal Classification (UDC)
11. Records in Contexts – Conceptual Model (RiC-CM) and Ontology (RiC-O)	5. Ontologies and Taxonomies
12. Metadata for Interoperability (MIP), Dublin Core Metadata Initiative, and Metadata	

Information Organization I	Information Organization II
13. Big Data, Linked Open Data, and future trends in Information Organization	

Source: Curricular Units Information

The observation of the syllabi for IO1 and IO2 (Table 1) reveals the persistence and resilience of many aspects discussed in the debate, particularly the division between objects/concepts and nature/content. This underscores that the contents of the curriculum units, defined by the faculty, are not definitive proposals on a specific field of study but the result of continuous reflection on the learning objectives to be achieved; a result that is subject to change and inevitably reflects the ongoing debates within different academic communities. For these reasons, the contents taught at FLUL must necessarily encompass the richness of academic discourse on the issues of organization and representation within the field of Information Science.

The case study of the University of Lisbon demonstrates that the first part of the course focuses on the issue of the expression IO within the field of Information Science and the theoretical foundations of IO (Joudrey; Taylor, 2018; Svenonius, 2000), principles of cataloging (IFLA, 2018), standardized description of bibliographic and archival documents (Conselho Internacional de Arquivos, 2002; IFLA, 2012; Anglo-American cataloguing rules, 2005; Joudrey; Taylor; Miller, 2015; Lazarinis, 2015; Mering, 2014) (including new proposals IFLA LRM and Records in Contexts), metadata schemes (Baca, 2008), and linked data (Heath; Bizer, 2011). The second part focuses on the so-called “subject approach to information” (Foskett, 1969), knowledge organization theory (Hjørland, 2016), knowledge organization systems (Zeng, 2008), specifically classifications (Broughton, 2015), thesauri (Aitchison; Gilchrist; Bawden, 2000), ontologies (Almeida, 2020; Biagetti, 2021), and abstracting (Simões, 2015). These contents are integrated with assessment elements derived from individual or group research by students, as well as summative elements.

The options presented reflect a division that still rests on the perspective that IO concerns the description and representation of information objects/resources, while KO involves a conceptual approach – “the construction of concept systems and, the correlation to, or the mapping of, units of such a concept system with objects of reality” (Dahlberg, 2006, p. 12) – within a domain analysis, to be applied in information organization activities (Brascher; Café, 2008; Lima, 2020). This separation, which is theoretically fragile considering the discussion, also seeks to pragmatically address the admission process of new students into the MDIS, whereby the second part of the course can be completed before the first. Against a comprehensive view of KO, maintaining a distinction between the two semesters has proven useful in facilitating distinct academic paths.

Over the years, teaching experience and theoretical reflection prompted by various research projects conducted at FLUL have progressively shaped a learning environment aimed at contextualizing existing debates in the classroom and encouraging MDIS students to reflect on these issues. The constraints of contact hours and the intensive curriculum of MDIS mean that students have limited time to delve into essential readings necessary to grasp the complexity of this field of study. Moreover, the majority of MDIS students have no prior training in Information Science, coming instead from diverse disciplinary backgrounds ranging from Arts and Humanities to other Social Sciences. This situation necessitates that the density of the curriculum content simultaneously bridges the gap in prior knowledge and meets the learning objectives appropriate for a second-cycle study program.

Given the potential job market focus (generally, information services such as libraries and archives), students expect the MDIS to equip them with practical professional skills. In the case of IO1 and IO2, most students anticipate learning how to catalog books, describe archival collections, classify according to the Universal Decimal Classification (UDC), or use a thesaurus. This expectation complicates what Hjørland describes as the importance of theory in KO education:

All practical activities in KO depend on KO-theory, which in turn depends on philosophical assumptions. Specific KO solutions include making a specific knowledge organization system (KOS), making specific indexing of specific documents or making any other specific application. To use another word, all such tasks are “theory-laden”, which suggests that KO without theory does not exist (even if the theoretical issues mostly seem absent, are difficult to identify and even denied by leading scholars). It also implies that any deeper understanding of KO issues must be based on KO theory, which in turn must be considered from ontological/epistemological perspectives (Hjørland, 2022).

Therefore, it is not easy to reconcile a second-cycle offering with this theoretical demand, as it is constrained by time. It is also expected to be not introductory or, at least, more advanced than undergraduate-level content typically is. On the other hand, as Hudon explains, it is important to move beyond the practical dimension and provide consistent theoretical frameworks: “It is our belief that cataloging, classification, and indexing courses will only be considered essential in LIS master’s programs if they go beyond the “how” to consider also the all-important “why” (2021, p. 593). However, the theoretical dimension can provoke negative reactions:

there is often avoidance if not anxiety involved by examining the kinds of problems raised by theoretical research in KO, and theoretical research may sometimes, rightly or wrongly, be considered relatively non-relevant by students, professionals and employers (Hjørland, 2022).

In summary, whether or not a distinction exists between the dimensions of IO and KO, the teaching and learning processes should present the arguments of the debate and highlight that these dimensions are ultimately mutually dependent and can be strongly related during curricular activities. However, to align with the points revisited in the debate and to be consistent with the indicated curricular choices, the second part of the course, or even the entire course, should be titled KO and not IO. The scientific trajectory of KO as an interdisciplinary or meta-disciplinary field, broad, inclusive, and dialogic, justifies

this possibility as an alternative to the current designations.

5 CONCLUSIONS

The revisitation of the debate between KO and IO has shown that it is difficult to argue that these are two distinct disciplines. For the field dedicated to the problem of organization and representation within Information Science, the designation KO emerges as the most consolidated, particularly considering the efforts promoted by ISKO. This debate opens up questions about the nomenclature of the curricular units in the MDIS at FLUL, as well as their program contents and how the two units are structured and articulated.

The contents of the academic year 2022-2023, as analyzed, demonstrate the persistence of conceptions inherited from the academic tradition of this field, as well as a division that seemingly supports the existence of two distinct disciplines, although the debate shows that this division is theoretically fragile. Nonetheless, both curricular units reflect the existing academic discourse and the affirmation of KO as an interdisciplinary area, always striving to improve information services, regardless of the names of the disciplines: “For us in the KO community within LIS, the purpose of studying and teaching KO is to develop better information services, whatever that means” (Hjørland, 2020).

The proposed objectives of (1) exploring the epistemological and curricular implications of the programs of the two curricular units currently taught, as well as (2) revisiting the theoretical debate between IO or KO as the most appropriate titles for the disciplines taught, have been achieved, with the main limitation being the focus only on Anglo-Saxon literature, without considering other potentially relevant cases, such as Spanish or French. Revisiting theoretical discussions and promoting their reflection in KO education are relevant exercises to support teaching and learning, sustain research, and enhance the performance of future information professionals.

REFERÊNCIAS

- AITCHISON, J.; GILCHRIST, A.; BAWDEN, D. **Thesaurus construction and use: A practical manual**. 4th ed. London: ASLI, 2000.
- ALMEIDA, M. B. **Ontologia em Ciência da Informação: Teoria e Método**. Curitiba: CRV, 2020.
- ANDERSON, J. D. Organization of knowledge. *In*: FEATHER, J.; STURGES, R. P. (ed.). **International encyclopedia of information and library science**. 2nd ed. London: New York: Routledge, 2003. p. 471-490.
- ANGLO-AMERICAN CATALOGUING RULES. 2nd ed. [S. l.]: American Library Association, 2005.
- BACA, M. (ed.). **Introduction to metadata**. 2nd ed. Los Angeles: The Getty Research Institute, 2008.
- BAWDEN, D.; ROBINSON, L. **Introduction to information science**. 2nd ed. [S. l.]: Facet, 2022.
- BIAGETTI, M. T. Ontologies (as knowledge organization systems). *In*: HJØRLAND, B.; GNOLI, C. **ISKO ENCYCLOPEDIA OF KNOWLEDGE ORGANIZATION**. [S. l.], 21 oct. 2021. Disponível em: <https://www.isko.org/cyclo/ontologies>. Acesso em: 30 maio 2025.
- BOWEN, G. A. Document Analysis as a Qualitative Research Method. **Qualitative Research Journal**, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 27-40, 2009. DOI: <https://doi.org/10.3316/QRJ0902027>.
- BRASCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? *In*: Encontro NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br//download/176535>. Acesso em: 30 maio 2025.
- BROUGHTON, V. **Essential Classification**. 2nd ed. [S. l.]: Facet, 2015.
- BUCKLAND, M. Document Theory. **Knowledge Organization**, [s. l.], v. 45, n. 5, p. 425-436, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2018-5-425>.

COFFEY, A. Analysing documents. *In*: FLICK, U. (ed.). **The SAGE Handbook of Qualitative Data Analysis**. Los Angeles: SAGE, 2014. p. 367-379.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística**: adoptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999. 2. ed. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 2002. Disponível em: <https://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/isadg.pdf>. Acesso em: 30 maio 2025.

COUTINHO, C. P. **Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas**: Teoria e Prática. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2015.

CRESWELL, J. W. **Research design**: Qualitative, quantitative and mixed methods approaches. 4th ed. [S. l.]: SAGE, 2014.

DAHLBERG, I. Knowledge Organization: A New Science? **Knowledge Organization**, [s. l.], v. 33, n. 1, p. 11-19, 2006. DOI: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2006-1-11>.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (ed.). **The SAGE Handbook of Qualitative Research**. 5th ed. Los Angeles: SAGE, 2018.

FOSKETT, A. C. **The subject approach to information**. London: Clive Bingley, 1969.

GERRING, J. **Pesquisa de estudo de caso**: Princípios e práticas. Petrópolis: Vozes, 2019.

GLUSHKO, R. J. (ed.). **The Discipline of Organizing (Core Concepts Edition)**. [S. l.]: O'Reilly Media, 2014.

GNOLI, C. **Introduction to Knowledge Organization**. London: Facet, 2020.

GRANT, A. **Doing excellent social research with documents**: Practical examples and guidance for qualitative researchers. London: Routledge, 2018.

GUARINO, N.; OBERLE, D.; STAAB, S. What Is an Ontology? *In*: STAAB, S.; STUDER, R. (ed.). **Handbook on Ontologies**. Heidelberg: Springer Berlin, 2009. p. 1-17. DOI: <https://doi.org/>

org/10.1007/978-3-540-92673-3_0.

HEATH, T.; BIZER, C. **Linked Data**: Evolving the Web into a Global Data Space. [S. l.]: Morgan & Claypool, 2011.

HIDER, P. The terminological and disciplinary origins of information and knowledge organization. **Education for Information**, v. 34, n. 2, p. 135-161, 2018. DOI: <https://doi.org/10.3233/EFI-180165>.

HJØRLAND, B. What is Knowledge Organization (KO)? **Knowledge Organization**, [s. l.], v. 35, n. 2-3, p. 86-101, 2008. DOI: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2008-2-3-86>.

HJØRLAND, B. Knowledge Organization = Information Organization? *In*: INTERNATIONAL ISKO CONFERENCE, 12., 2012, Mysore. **Proceedings** [...]. Mysore: [s. n.], 2012. p. 1-8. Disponível em: https://static-curis.ku.dk/portal/files/47028310/Abstract_KO_and_IO_full.pdf. Acesso em: 01 jun. 2025.

HJØRLAND, B. Knowledge organization. **Knowledge Organization**, [s. l.], v. 43, n. 6, p. 475-484, 2016.

HJØRLAND, B. Knowledge organization. *In*: HJØRLAND, B.; GNOLI, C. **ISKO ENCYCLOPEDIA OF KNOWLEDGE ORGANIZATION**. [S. l.], 2020. Disponível em: https://www.isko.org/cyclo/knowledge_organization. Acesso em: 01 jun. 2025.

HJØRLAND, B. Education in knowledge organization. *In*: HJØRLAND, B.; GNOLI, C. **ISKO ENCYCLOPEDIA OF KNOWLEDGE ORGANIZATION**. [S. l.], 07 nov. 2022. Disponível em: <https://www.isko.org/cyclo/education>. Acesso em: 01 jun. 2025.

HJØRLAND, B. Information. **Knowledge Organization**, [s. l.], v. 50, n. 1, p. 47-79, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2023-1-47>.

HOLLEY, R. M.; JOUDREY, D. N. Aboutness and Conceptual Analysis: A Review. **Cataloging & Classification Quarterly**, [s. l.], v. 59, n. 2-3, p. 159-185, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/01639374.2020.1856992>.

HUDON, M. The Status of Knowledge Organization in Library and Information Science Master's Programs. **Cataloging & Clas-**

sification Quarterly, [s. l.], v. 59, n. 6, p. 576-596, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/01639374.2021.1934766>.

IFLA. **Descrição bibliográfica internacional normalizada (ISBD)**. Tradução Rosa Maria Galvão, Margarida Lopes. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2012.

IFLA. **Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (PIC)**. Haia: IFLA, 2018.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Records in Contexts - Conceptual model**. [S. l.], 21 dec. 2023. Disponível em: https://www.ica.org/sites/default/files/ric-cm-02_july2021_0.pdf. Acesso em: 30 maio 2025.

JOUDREY, D. N.; TAYLOR, A. G.; MILLER, D. P. **Introduction to cataloging and classification**. 11th ed. Santa Barbara: Libraries Unlimited, 2015.

JOUDREY, D. N.; TAYLOR, A. G. **The Organization of Information**. 4th ed. Santa Barbara: Libraries Unlimited, 2018.

KNORR-CETINA, K. **Epistemic cultures: How the sciences make knowledge**. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

LAZARINIS, F. **Cataloguing and Classification: An introduction to AACR2, RDA, DDC, LCC, LCSH and MARC 21 Standards**. Waltham: Chandos, 2015.

LIMA, G. A. Organização e representação do conhecimento e da informação na web: Teorias e técnicas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 25, n. esp., p. 57-97, fev. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22283/17900>. Acesso em: 02 jun. 2025.

MERING, M. (ed.). **The RDA Workbook: Learning the Basics of Resource Description and Access**. Santa Barbara: Libraries Unlimited, 2014.

PARK, J.-R.; HOWARTH, L. C. (ed.). **New directions in information organization**. Bingley: Emerald, 2013.

PINTAR, J.; HOPPING, D. **Information science: The basics**. Abingdon: Routledge, 2023.

PRIOR, L. **Using documents in social research**. London: SAGE, 2003.

RIVA, P.; LE BOEUF, P.; ŽUMER, M. (ed.). **IFLA Library Reference Model: A conceptual model for bibliographic information**. Den Haag: IFLA, 2017. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frbr-lrm/ifla-lrm-august-2017.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2025.

ROWLEY, J. E.; HARTLEY, R. J. **Organizing knowledge: An introduction to managing access to information**. 4th ed. [S. l.]: Ashgate, 2008.

SAN SEGUNDO MANUEL, R. **Sistemas de organización del conocimiento: La organización del conocimiento en las bibliotecas españolas**. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid, 1996.

SILVA, C. G. Investigação documental. In: GONÇALVES, S. P.; GONÇALVES J. P.; & MARQUES, C. G. (ed.). **Manual de investigação qualitativa: Conceção, análise e aplicações**. Lisboa: Pactor, 2021. p. 103-123.

SIMÕES, M. G. M. **Resumo documental: Uma incursão à (des) construção concetual na literatura científica**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

SIMONS, H. Case Study Research: In-Depth Understanding in Context. In: LEAVY, P. (ed.). **The Oxford handbook of qualitative research**. New York: Oxford University Press, 2014. p. 455-470.

STAKE, R. E. **A arte da investigação com estudos de caso**. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2016.

SVENONIUS, E. **The Intellectual Foundation of Information Organization**. Cambridge: The MIT Press, 2000.

UNIVERSIDADE DE LISBOA. Deliberação n.º 1006/2009, de 6 de abril de 2009. Publica a deliberação n.º 144/2006, criação do mestrado em Ciências da Documentação e Informação da Faculdade de Letras desta Universidade. **Diário da República**: n. 67, Portugal, série II, p. 13531-13534, 06 abr. 2009. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/deliberacao/1006-2009-959311>. Acesso em: 30 maio 2025.

UNIVERSIDADE DE LISBOA. Despacho n.º 5454/2010, de 25 de

março de 2010. Publica o Despacho Reitoral n.º R-17-2010 (3.8), de 17 de Fevereiro de 2010, alteração do Mestrado em Ciências da Documentação e Informação da Universidade de Lisboa. **Diário da República**: n. 59, série II, p. 15283-15285, 25 mar. 2010. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/5454-2010-3355298>. Acesso em: 01 jun. 2025.

UNIVERSIDADE DE LISBOA. Despacho n.º 10603/2015, de 23 de setembro de 2015. Alteração do Mestrado em Ciências da Documentação e Informação da Faculdade de Letras. **Diário da República**: n. 186, série II, p. 27476-27477, 23 set. 2015. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/10603-2015-70361345>. Acesso em: 01 jun. 2025.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: Planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZENG, M. Knowledge Organization Systems. **Knowledge. Organization**, [s. l.], v. 35, n. 2/3, p. 160-182, 2008.

Portaria n.o 449/83, de 19 de abril. (2015). Em Diário da República, n.o 90, Série I (pp. 1353–1355).

ANÁLISE DE CONTEÚDO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS: HAVERÁ REALMENTE PROBLEMAS ESPECÍFICOS?

FERNANDA RIBEIRO

Universidade do Porto / Faculdade de Letras / CITCEM

Email: fribeiro@letras.up.pt

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5641-9199>

1 ANÁLISE DE CONTEÚDO/ANÁLISE DOCUMENTAL/ANÁLISE CONCEITUAL

Em 1977, Laurence Bardin iniciava o *Prefácio* do seu livro *L'Analyse de contenu*, com estas palavras:

O que é a análise de conteúdo actualmente? Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a «discursos» (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. [...] Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois pólos do rigor da objectividade e da fecundidade da subjectividade (Bardin, 1995 [1977], p. 9).

A leitura desta obra e suas sucessivas edições, revistas e atualizadas, ajuda-nos a perceber o que é a análise de conteúdo e, sobretudo, quais os domínios da sua aplicação. Entre a variedade de práticas que recorrem à análise do conteúdo, a autora, logo na 1ª edição do seu livro, incluiu no capítulo II – *Definição e relação com as outras ciências* um ponto intitulado *A Análise de conteúdo e a análise documental*, para situar a análise de conteúdo numa área que considerava “relativamente discreta” no campo científico e que designava por ‘técnicas documentais’. Recorria, para fundamentar a sua exposição, a um célebre livrinho da autoria de Jacques Chaumier, editado pela Presses Universitaires de France (PUF) em 1971 (2ª ed. 1974), intitulado

justamente *Les Techniques documentaires*:

O que é a análise documental? Podemos defini-la como «uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referência»⁴. Enquanto tratamento da informação contida nos documentos acumulados, a análise documental tem por objectivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação. O propósito a atingir é o armazenamento sob uma forma variável e a facilitação do acesso ao observador, de tal forma que este obtenha o máximo de informação (aspecto quantitativo), com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo). A análise documental é, portanto, uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de um banco de dados.

A análise documental permite passar de um documento primário (em bruto), para um documento secundário (representação do primeiro). São, por exemplo, os resumos ou *abstracts* (condensações do documento segundo certas regras); ou a *indexação*, que permite, por classificação em palavras-chave, descritores ou índices, *classificar* os elementos de informação dos documentos, de maneira muito restrita. [...]

A operação intelectual: o recorte da informação, ventilação em categorias segundo o critério da analogia, representação sob forma condensada por indexação, é idêntico à fase de tratamento das mensagens de certas formas de análise de conteúdo.

Contudo, por detrás da semelhança de certos procedimentos, existem diferenças essenciais.

[...]

- O objectivo da análise documental é a representação condensada da informação, para consulta e armazenagem; o da análise de conteúdo, é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem (Bardin, 1995, p. 45-46)⁵.

4 A autora cita Chaumier (1974, p. 15).

5 Curiosamente, na edição revista e atualizada, publicada pelas Edições 70 em 2014 (Bardin, 2014), mantém-se a mesma formulação, apesar da evolução enorme que se verificou nas últimas décadas no campo das ditas “técnicas documentais”.

Seguindo a perspectiva de Chaumier, que ainda hoje se mantém válida no essencial, percebemos que, efetivamente, em Ciência da Informação (CI), a análise de conteúdo tem sido entendida como sinónimo de ‘análise documental’, sendo que este termo se refere, na verdade, à análise do conteúdo dos documentos, ou seja, à análise da informação registada nos mais variados tipos de suportes e, por isso, configurando, em termos materiais, diversas tipologias documentais. Sobre a análise documental em CI, é vasta e diversificada a literatura publicada ao longo dos anos. A título meramente ilustrativo remetemos o leitor para algumas obras clássicas dedicadas ao assunto: Chaumier (1982), Chan, Richmond e Svenonius (1985), Langridge (1989), Aluri, Kemp e Boll (1991), Pinto Molina (1993), Pinto e Gálvez (1996), Waller (1999), Pena Vera (2007). Estes e muitos outros autores debruçam-se sobre o *modus faciendi* da análise do conteúdo dos documentos, propondo métodos, abordagens adaptadas aos diversos tipos de registo da informação e sua representação codificada (texto, imagem, som, números, imagem em movimento, multimédia, etc.), sempre com o objetivo de guiar o analista da informação ou o indexador na sua função de identificar o cerne do conteúdo informacional e depois o representar de forma condensada (em resumos) ou através de uma linguagem convencional, controlada, criando pontos de acesso à informação. É justamente esta última dimensão que aqui nos ocupa, isto é, a análise de conteúdo com vista à representação da informação por assuntos, técnica consagrada através do termo ‘indexação’.

Partindo então desta premissa – a finalidade da análise de conteúdo é, em última instância, a representação da informação através de uma linguagem controlada (criação de pontos de acesso) para proporcionar uma recuperação rápida e eficiente dos conteúdos – importa que nos foquemos naquilo que é o verdadeiro objeto da análise de conteúdo em CI: **o conceito**.

Assim, ao restringirmos a análise de conteúdo à “substância” do documento (a informação), o foco da análise centra-se nas ideias, nos conceitos e, conseqüentemente, a análise de conteúdo converte-se em análise conceptual. Busca-se, então, identificar as ideias-chave, os conceitos essenciais presentes na informação

analisada, para depois serem representados através de termos de indexação, cuja forma varia em função da linguagem controlada utilizada.

O método a seguir nesta análise conceptual está definido em documento normativo produzido pela International Standard Organization (ISO), intitulado *Norme Internationale ISO 5963: Documentation: Méthodes pour l'analyse des documents, la détermination de leur contenu et la sélection des termes d'indexation*⁶ (ISO, 1985), que como o próprio título sugere é mais um texto com princípios orientadores do que uma norma em sentido estrito, dada a impossibilidade óbvia de normalizar processos eminentemente intelectuais e com uma forte carga de subjetividade. Em todo o caso, o recurso a princípios e/ou normas orientadoras visa disciplinar a análise conceptual, a identificação e a seleção dos conceitos.

2 CONDICIONANTES DA IDENTIFICAÇÃO E SELEÇÃO DOS CONCEITOS

De forma simples e sucinta, importa lembrar que o processo de indexação tem duas fases distintas: a primeira, de identificação ou reconhecimento dos conceitos (com base na análise conceptual da informação); a segunda, de representação dos conceitos por termos de indexação, recorrendo a uma linguagem controlada.

Neste processo, a primeira fase é determinante para a qualidade da indexação, pois é a análise conceptual que condiciona todas as operações subsequentes, nomeadamente a seleção e a representação dos conceitos. Corroboram esta posição Maria Teresa Pinto Mendes e Maria da Graça Simões, ao afirmarem que:

A qualidade da indexação depende, antes de tudo, da qualidade da análise, resultando esta da fidelidade com que exprime o conteúdo total ou parcial do documento, ou seja, da fidelidade com que exprime o pensamento do autor; resulta, ainda, de uma avaliação positiva da sua pertinência informativa em relação ao potencial utilizador (Mendes;

6 A norma portuguesa equivalente é a NP 3715 (Instituto Português da Qualidade, 1989).

Simões, 2002, p. 17).

Sendo a Norma ISO 5963 o documento orientador prescricional para o indexador guiar o seu procedimento na primeira fase da indexação, e embora não seja objeto deste texto uma análise pormenorizada do documento, consideramos essencial desconstruir algumas das afirmações categóricas que nele se encontram, que não só estão desfasadas da realidade atual, como induzem em erro pela sua inconsistência teórica.

Seguindo o texto da Norma ISO 5963, na sua equivalente portuguesa Norma Portuguesa (NP) 3715, detenhamo-nos no ponto 5 - *Análise do documento*, onde se pode ler:

5.1. A precisão com que um documento pode ser analisado depende em grande medida da sua forma física. Podem distinguir-se dois casos: os documentos escritos e os documentos não escritos.

5.2. Os documentos escritos (geralmente impressos) constituem o fundo habitual das bibliotecas e dos centros de documentação, integrando monografias, periódicos, relatórios, actas de congressos, etc. A apreensão total destes documentos implica, em princípio, uma leitura minuciosa dos textos.

[...]

5.3. Os documentos não escritos, tais como os documentos audiovisuais, visuais ou sonoros, incluindo objectos, requerem procedimentos diferentes. Na prática, nem sempre é possível analisar um registo na sua totalidade (por exemplo, a projecção de um filme). A indexação é habitualmente feita com base no título ou no resumo, tendo o indexador sempre a possibilidade de ver ou ouvir o documento se a descrição foi insuficiente ou parecer inexacta (Instituto Português da Qualidade, 1989, p. 5).

Para além da evidente desatualização destas afirmações, situadas num tempo em que a maioria dos documentos textuais ainda era impressa, importa assinalar a ausência absoluta de qualquer referência a serviços de arquivo, o que não acontece por acaso, como veremos mais adiante. Mas, a razão porque reproduzimos este extrato da norma é, sobretudo, pela incongruência das afirmações, em particular no ponto 5.1. Considerar

que a precisão com que se analisa um documento depende da sua forma física é contraditório com aquilo que é a essência da análise conceptual, isto é, o foco na substância (conteúdo informacional) e não na forma ou materialidade do suporte. Em boa verdade, os pontos seguintes, distinguindo documentos escritos de documentos não escritos, ajudam a perceber que no ponto 5.1. não se diz aquilo que se queria dizer, ou seja, que a análise depende em grande medida do código em que está registada a informação (código textual, sonoro, imagético, numérico, musical, ...). Efetivamente, a informação, enquanto representação mental codificada, pode assumir diversas formas de registo no processo infocomunicacional (através dos documentos) e a análise dessa variedade de codificações implica métodos diversos para apreensão do conteúdo e identificação dos conceitos. Conclui-se, pois, que o que realmente condiciona a análise conceptual é a natureza da informação e o código em que a mesma está registada e não, de modo algum, a forma física do documento.

Num outro ponto da Norma ISO 5963, e seguindo a versão portuguesa sua equivalente, em 6. *Identificação e selecção dos conceitos*, a dado momento afirma-se:

6.3.3. O critério principal na selecção dos conceitos deve ser sempre o seu valor potencial, como um elemento na expressão do conteúdo de um documento e na sua recuperação. Ao escolher os conceitos, o indexador deve ter presentes as perguntas que podem ser feitas ao sistema de informação, tanto quanto possam ser conhecidas. Com efeito, este critério constitui a principal função da indexação. Neste contexto, o indexador deve:

a) escolher os conceitos mais apropriados a um determinado grupo de utilizadores, não perdendo de vista o objectivo da indexação;

b) modificar, se necessário, quer os instrumentos de indexação quer os procedimentos, a partir do resultado das perguntas colocadas ao sistema. Estas modificações não devem, porém, provocar uma distorção da estrutura ou lógica da linguagem de indexação (Instituto Português da Qualidade, 1989, p. 6).

De novo se percebe, nestas afirmações, que o documento é datado e está desajustado da realidade dos nossos dias. Considerar que a seleção dos conceitos deve ter em conta as potenciais questões que podem ser feitas ao sistema de informação, pressupõe que é possível, ou pelo menos provável, ter um conhecimento do potencial utilizador da informação. Esta conceção era válida quando trabalhávamos para serviços em que a pesquisa era, sobretudo, feita presencialmente, ou por via remota em sistema fechado (com uso de redes de comunicação dedicadas). Ora, com o advento e generalização da Internet, este cenário alterou-se radicalmente e, hoje, na maior parte das situações, desconhecemos os utilizadores que acedem à informação que disponibilizamos *online*, em acesso aberto, e não conseguimos prever as perguntas que serão feitas ao sistema de informação. Esta mudança de paradigma implica naturalmente alterações no tipo de mediação que é praticado com os utilizadores, passando de uma mediação custodial para uma mediação pós-custodial e informacional (Malheiro; Ribeiro, 2011, p. 143-194). E nessa nova mediação, urge reformular os fatores e os parâmetros que presidem à seleção dos conceitos, aquando do processo de indexação. Procurando sempre seguir o princípio de que a indexação deve ser ajustada à sua função e proporcionar uma rápida e eficiente recuperação da informação, consideramos em alternativa às recomendações da Norma 5963, outros fatores condicionantes da seleção dos conceitos, a saber:

- a tipologia (natureza) da informação;
- o contexto de produção e uso da informação;
- a quantidade/extensão da informação em análise.

Explicitando:

a informação é sempre resultante da ação de uma pessoa física ou coletiva e uma das suas propriedades é ser estruturada pela ação (humana e social), isto é, o ato individual e/ou coletivo funda e modela estruturalmente a informação (Silva; Ribeiro, 2002, p. 38-43). Daí a natureza da informação ser distinta consoante a ação da qual decorre, originando-se informação

administrativa, técnica, financeira, científica, literária, artística, de natureza pessoal/íntima, etc.; a ação/atividade que dá origem à informação tem sempre um contexto orgânico, o qual, as mais das vezes, acaba por ser também o contexto em que a mesma informação é usada e recuperada, não sendo contudo exclusivo, uma vez que a informação pode ser, e é frequentemente, comunicada para o exterior do sistema no qual foi produzida. Assim, este contexto de produção e uso da informação é determinante para se proceder a uma seleção de conceitos focada em fatores objetivos, que podem ser bem conhecidos e orientadores dessa seleção, permitindo que a mesma possa ser feita em função dos objetivos/missão do produtor/utilizador da informação e não de potenciais ou presumíveis utilizadores, cujas necessidades informacionais não temos forma de conhecer. O facto de disponibilizarmos informação na Internet não deve desviar o indexador do seu foco primordial, que é o contexto orgânico de produção e uso da informação; outros eventuais utilizadores no ciberespaço podem usufruir da informação, mas isso será uma mais-valia adicional e não o objetivo primeiro; a quantidade de informação analisada condiciona a seleção dos conceitos no que toca ao grau de exaustividade e de especificidade dos mesmos, pois é consideravelmente diferente analisar um documento textual com duas ou três páginas ou um obra em vários volumes, um DVD com um filme ou uma série com vários episódios, um artigo de uma revista ou a totalidade da revista com múltiplos números editados ao longo de vários anos, uma ata de uma reunião ou uma série de livros de atas produzida no decurso da atividade de um órgão da administração pública, uma fotografia avulsa ou um conjunto de fotos documentando um acontecimento ou um evento cultural.

Este é um aspeto que difere do que vem consignado na norma ISO 5963, a qual foi concebida numa perspectiva biblioteconómica (ou para serviços de documentação) e, por isso, todas as suas determinações partem do princípio que o objeto da análise de conteúdo é o documento individual. Mas, se estivermos a lidar com um conjunto composto por vários documentos ou

por diversas unidades de informação, contendo uma variedade grande de assuntos, isso influi naturalmente na análise do conteúdo informacional e subsequentemente na identificação e seleção de conceitos.

Os três fatores aqui enunciados dizem respeito a todo e qualquer tipo de informação a indexar, independentemente do sistema de informação em que foi produzida ou do serviço de informação em que a mesma é gerida, organizada e tornada acessível. Daí que, no ponto seguinte, nos centremos nas especificidades existentes (ou não) nos arquivos, área em que a problemática da análise de conteúdo e da indexação tem sido bastante negligenciada.

3 A ESPECIFICIDADE (OU NÃO) DA ANÁLISE CONCEPTUAL E DA REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS

Antes de entramos na discussão sobre a especificidade (ou não) da indexação nos arquivos, é importante colocar e clarificar algumas questões, que são os nossos pontos de partida:

1 - De que falamos, quando usamos o termo ‘arquivo’?

2 - Tem sentido falar em ‘documento de arquivo’?

3 - O que há de específico nos chamados ‘documentos de arquivo’, que interfere e condiciona a análise conceptual do seu conteúdo?

Passemos então à resposta à **primeira** questão.

Consultando qualquer dicionário de terminologia arquivística, encontramos invariavelmente diversas definições para o termo ‘arquivo’, que no geral coincidem com a que é proposta no dicionário editado em Portugal, em 1993, pelo Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, a saber:

ARQUIVO

1 Conjunto orgânico de *documentos*, independentemente

da sua *data*, forma e *suporte* material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou colectiva, ou por um organismo público ou privado, no exercício da sua actividade e conservados a título de prova ou *informação* 1.

v. *tb. Fundo ou núcleo*

2 Instituição ou serviço responsável pela *aquisição, conservação* 1, *organização e comunicação dos documentos de arquivo*.

3 v. *Depósito* 1

(Alves *et al.*, 1993, p. 7).

De forma análoga, e apenas para juntarmos um outro exemplo, o *Dicionário de terminologia arquivística*, editado pelo Arquivo Nacional do Brasil, em 2005, propõe o seguinte:

arquivo

1 Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade colectiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. *Ver também* fundo.

2 Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso (1) a documentos.

3 Instalações onde funcionam arquivos (2).

4 Móvel destinado à guarda de documentos.

(Arquivo Nacional, 2005, p. 27).

Destas definições se infere que o termo ‘arquivo’ é equívoco, designa várias coisas distintas e, como tal, importa esclarecer em que sentido o usamos para falar de indexação em arquivos, deixando desde já claro que nos referimos naturalmente à primeira aceção, aquela que define o arquivo como conjunto orgânico de documentos, pois só esta tem relevância para o processo de indexação, que se foca exatamente no conteúdo dos documentos (a informação).

Vejamos agora a **segunda** questão.

Recorrendo de novo ao dicionário de terminologia português, encontramos a seguinte definição:

DOCUMENTO DE ARQUIVO

Documento produzido a fim de provar/ou informar um procedimento administrativo ou judicial. É a mais pequena *unidade arquivística*, indivisível do ponto de vista funcional. Pode ser constituído por um ou mais *documentos simples*.

v. *tb. Peça*

(Alves *et al.*, 1993, p. 38).

Já no dicionário brasileiro, está ausente o termo ‘documento de arquivo’, surgindo apenas o termo ‘documento’, assim definido: “documento Unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato” (Arquivo Nacional, 2005, p. 73).

A segunda definição, porque considera o documento em sentido lato, é muito mais ampla (não se restringe ao âmbito administrativo ou judicial), abarca todos os tipos de suportes em que a informação possa estar registada e é válida em qualquer situação. Já a primeira peca por ser redutora, limitando ao domínio administrativo-jurídico a noção de documento de arquivo e, por conseguinte, excluindo muitos outros tipos de documentos produzidos em contextos diversos, mas que são correntemente conservados nos serviços de arquivo e considerados pela comunidade arquivística igualmente como “documentos de arquivo”, apesar de produzidos fora do âmbito administrativo ou judicial.

Não sendo, então, o contexto de produção do documento, o elemento que o define como sendo “de arquivo”, que outra(s) característica(s) dá(ão) suporte a tal nomenclatura? É documento de arquivo todo e qualquer documento produzido ou recebido num contexto orgânico, no decurso da atividade de uma pessoa ou entidade coletiva? Os dicionários de terminologia arquivística perfilham esta posição. Assim sendo, que dizer então de um artigo científico produzido no âmbito da atividade de um docente ou de um investigador, de um romance resultante da atividade literária de um escritor, de uma revista editada por uma associação cultural, recreativa, profissional, académica ou outra, no decurso da sua atividade, de um relatório produzido

por uma pessoa ou uma comissão dando conta de algo de que foi incumbida, ...? Não serão o artigo, o romance, a revista ou o relatório documentos de arquivo? Ou não será mais lógico designá-los apenas por documentos, suprimindo o modificador ‘de arquivo’, que só se justifica se for importante distinguir o documento de arquivo de outro qualquer documento? Qual? Documento de biblioteca? Documento de centro de documentação? Documento de museu? Documento digital disponível num *site* da Internet? Efetivamente não é comum, ou nem sequer é necessário qualificar estes outros documentos, que tal como os ditos ‘de arquivo’ são produzidos organicamente por alguém ou por alguma pessoa coletiva, no decurso da respetiva atividade/ação.

Teremos assim de concluir que o documento de arquivo só pode ser assim designado porque se conserva num serviço de arquivo, mas mesmo nestas circunstâncias é excessivo o modificador “de arquivo”, se fizermos uma analogia com as bibliotecas ou outros serviços de informação, que não necessitam de agregar tal tipo de modificador aos documentos que conservam, organizam, descrevem e disponibilizam, para os distinguir de quaisquer outros.

Esta argumentação, em favor da inexistência de “documento de arquivo”, leva-nos diretamente à resposta à terceira questão que formulámos acima.

Consideremos, pois, a **terceira** questão.

A argumentação expendida conduz-nos, sem necessidade de grandes desenvolvimentos, a uma resposta negativa à terceira questão. Se não há documento de arquivo, então não pode haver nada de específico que interfira e condicione a análise conceptual do seu conteúdo. É uma conclusão lógica, dedutiva e, a nosso ver, óbvia! Porém, a criação, no pós-Revolução Francesa e no quadro do Positivismo e do Historicismo, dos serviços públicos oitocentistas (arquivos, bibliotecas, museus) destinados a guardar a memória da Nação, a afirmação de disciplinas práticas (Arquivologia / Arquivística, Bibliologia / Biblioteconomia, Museologia / Museografia), surgidas como auxiliares da História

e depois autonomizadas pela via da técnica, o aprimoramento das técnicas documentais e desenvolvimento da normalização foram fatores que contribuíram para a consolidação de um paradigma custodial, historicista e tecnicista que favoreceu o sincretismo e a pseudo-autonomia científica de disciplinas com um objeto de estudo e de trabalho comum – a informação – ocultado pela força da materialidade do suporte, fazendo do documento e dos serviços onde o mesmo se conserva o objeto das disciplinas acima referidas⁷.

Porém, a mudança de paradigma em curso na era digital e pós-custodial, desencadeada por força da revolução tecnológica iniciada no pós-Segunda Guerra Mundial e imparável até hoje, obriga à revisão teórica e conceptual e à reformulação de terminologia considerada estabelecida, numa atitude crítica e reflexiva, como é próprio do pensamento e trabalho científicos.

Nesta linha de argumentação, retomamos um texto que publicámos em 2011, sobre a indexação nos arquivos e suas especificidades (Ribeiro, 2011), no qual defendemos o estabelecimento de níveis de análise conceptual para os documentos dos arquivos, estabelecendo um paralelismo com os níveis de descrição arquivística que a Norma ISAD(G) estipula e que vão desde o *fundo* ao *documento* (International Council on Archives, 2000). Esta consideração de diferentes níveis de análise justifica-se pelo facto de o sistema de informação ter diversas componentes, que podem ser representadas (descritas e indexadas) autonomamente e porque nessas componentes se incluem conjuntos documentais que podem ser muito extensos e volumosos, não sendo possível, por razões de ordem prática, uma análise de cada documento individualmente.

O quadro seguinte sintetiza os níveis de análise que definimos à época, para proceder à indexação por assuntos de conjuntos documentais muito vastos, produzidos pelos diversos setores orgânicos de uma entidade produtora de documentação (arquivo,

⁷ Sobre esta questão dos paradigmas e sua caracterização, existe abundante literatura, da qual salientamos três trabalhos: Malheiro e Ribeiro (2011); Ribeiro e Silva (2016); Silva e Ribeiro (2012).

secção, subsecção), de conjuntos documentais tipologicamente idênticos, produzidos em série, ou para documentos que não formam série e podem ser simples ou compostos.

Quadro 1 – Níveis de análise conceptual para indexação de documentos de arquivo (2011)

1.º nível – sumário⁸

Unidade arquivística: **SISTEMA DE INFORMAÇÃO (ARQUIVO)**

- Secção
- Subsecção

A análise pode ser feita com maior ou menor exaustividade, conforme se considere a totalidade do sistema ou apenas algumas das suas secções e/ou subsecções, mas com pouca profundidade, pois não desce à consideração dos documentos em série, ou isolados, que integram o arquivo ou as suas partes.

2.º nível - exaustivo

Unidades arquivísticas: **SÉRIE ARQUIVÍSTICA / DOCUMENTO (análise genérica)**

- séries arquivísticas de actos informacionais, de documentos simples ou de documentos compostos
- subséries arquivísticas de actos informacionais, de documentos simples ou de documentos compostos
- unidades arquivísticas isoladas (documentos que não formam série)

A análise deve ser feita com exaustividade (englobando todas as unidades arquivísticas), embora com uma profundidade média e, portanto, com pouca especificidade, isto é, não descendo à consideração de cada documento, no interior de cada série e/ou subsérie.

3.º nível - profundo

Unidade arquivística: **DOCUMENTO (análise específica)**

- simples (considerando cada acto informacional)
- composto

A análise não é, normalmente, feita com exaustividade (englobando todas as unidades arquivísticas de um sistema de informação), mas assume um elevado grau de profundidade e grande especificidade, isto é, desce à consideração de cada documento e de cada acto informacional, de *per se*, centrando-se nos seus dados informativos mais elementares.

Fonte: A autora (reproduzido de Ribeiro, 2011).

⁸ Para designar os diferentes níveis, usámos a terminologia proposta por R. P. Smiraglia com vista à análise de conteúdo para efeitos de indexação (Smiraglia, 1990).

Voltando à argumentação antes exposta, é legítima a pergunta: serão estes níveis de análise uma especificidade dos arquivos?

Em face do anteriormente exposto, é facilmente compreensível que a resposta seja negativa. Isso implica, naturalmente, um reposicionamento face ao que havíamos defendido em 2011, quando considerámos esta questão dos níveis de análise uma especificidade da documentação dos arquivos. Contudo, analisando o problema de uma perspectiva mais global, é perfeitamente compreensível que o fator “quantidade/extensão da informação em análise” não condiciona apenas a análise no caso dos arquivos onde podemos ter séries documentais extensas, com centenas de documentos, ou quantidades avultadas de documentação se estivermos a analisar a produção de uma secção ou mesmo de um arquivo como um todo. Com efeito, se o foco da nossa análise for uma publicação periódica (um jornal diário, uma revista mensal, um boletim semanal, ...) o problema é exatamente o mesmo e a quantidade/extensão implica uma análise a um nível sumário ou, na melhor das hipóteses, exaustivo. E o mesmo se aplica à indexação de uma série de fotografias, que forma uma unidade e que é descrita como um conjunto, ou a quaisquer outros tipos de documentos, analógicos ou digitais, conservados em arquivos, bibliotecas ou outros serviços de informação, desde que considerados como uma unidade para efeitos de descrição e indexação.

4 CONCLUINDO...

A possibilidade de participar neste encontro científico dedicado à análise do discurso em diálogo com a organização do conhecimento surgiu como uma oportunidade para revisitarmos a questão da indexação nos arquivos, tema que temos abordado, com hiatos temporais, é certo, desde o início da nossa carreira académica e que constituiu o objeto de estudo do trabalho apresentado nas primeiras provas académicas que realizámos em 1993, sendo posteriormente publicado (Ribeiro, 1996). A temática voltou, de certo modo, a ser retomada no âmbito da

tese de doutoramento, intitulada *O Acesso à informação nos arquivos*, defendida em 1999 e mais tarde publicada (Ribeiro, 2003), e foi igualmente aprofundada em trabalho posterior (Ribeiro, 2011), sempre contextualizada na área dos arquivos. Esta preocupação em abordar a indexação especificamente focada nos arquivos decorreu da verificação de uma escassez de literatura sobre o tema, do facto de as normas relativas tanto à análise de conteúdo, como à construção de linguagens de indexação terem uma abordagem essencialmente bibliotecónica e de uma ausência de instrumentos de acesso à informação por assuntos, na generalidade dos arquivos, sem se vislumbrarem razões fundamentadas para tal. O argumento de que a quantidade de documentos custodiada pelos arquivos é muito elevada e que a descrição é feita, as mais das vezes, ao nível do inventário, considerando como objeto da descrição a série e não o documento, enquanto unidade de informação, não é suficiente para fundamentar a não necessidade de pontos de acesso ao conteúdo informacional.

A oportunidade agora proporcionada para retomar esta problemática permitiu repensar a questão da especificidade da indexação em arquivos e reformular a nossa posição no sentido de uma abordagem mais holística, não defendendo especificidades próprias dos arquivos, mas sim reforçando a necessidade de se estabelecerem níveis de análise e se identificarem fatores condicionantes da indexação aplicáveis a quaisquer tipos de documentos e em todos os serviços de informação que façam indexação para proporcionar o acesso à informação por assuntos.

REFERÊNCIAS

ALURI, R.; KEMP, D. A.; BOLL, J. J. **Subject analysis in online catalogs**. Englewood, Colo: Libraries Unlimited, 1991.

ALVES, I.; RAMOS, M. M. O.; GARCIA, M. M.; PEREIRA, M. O. A.; LOMELINO, M. P.; NASCIMENTO, P. C. **Dicionário de terminologia arquivística**. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993.

- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1995 [1977].
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 5ª. ed. São Paulo: Edições 70, 2014.
- CHAN, L. M.; RICHMOND, P. A.; SVENONIUS, E. (ed.). **Theory of subject analysis: a sourcebook**. Littleton, Colo.: Libraries Unlimited, 1985.
- CHAUMIER, J. **As Técnicas documentais**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1974.
- CHAUMIER, J. **Analyse et langages documentaires: le traitement linguistique de l'information documentaire**. Paris: Entreprise Moderne d'Édition, 1982.
- INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE (PORTUGAL). **NP 3715: Documentação: Método para a análise de documentos, determinação do seu conteúdo e selecção de termos de indexação**. Lisboa: CT7(IPQ), 1989.
- INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **ISAD(G): General International Standard Archival Description: Adopted by the Committee on Descriptive Standards Stockholm, Sweden, 19-22 September 1999**. 2th ed. Ottawa: [s. n.], 2000.
- ISO. **ISO 5963: Documentation - methods for examining documents, determining their subjects, and selecting indexing terms**. Switzerland: ISO, 1985.
- LANGRIDGE, D. W. **Subject analysis: principles and procedures**. London: Bowker-Saur, 1989.
- MALHEIRO, A.; RIBEIRO, F. **Paradigmas, serviços e mediações em Ciência da Informação**. Recife: Néctar, 2011.
- MENDES, M. T. P.; SIMÕES, M. G. **Indexação por assuntos: princípios gerais e normas**. Lisboa: Gabinete de Estudos a&b, 2002.
- PENA VERA, T. **El Análisis documental en el paradigma de la complejidad**. Mérida: Ediciones del Vice Rectorado Académico de la Universidad del Zulia, 2007.

PINTO, M.; GÁLVEZ, C. **Análisis documental de contenido**: procesamiento de información. Madrid: Editorial Síntesis, 1996.

PINTO MOLINA, M. **Análisis documental**: fundamentos y procedimientos. 2. ed. rev. y aum. Madrid: Eudema, 1993.

RIBEIRO, F. **Indexação e controlo de autoridade em arquivos**. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1996.

RIBEIRO, F. **O Acesso à informação nos arquivos**. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e a Tecnologia: Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003.

RIBEIRO, F. Indexação em arquivos: pressupostos teóricos gerais e especificidades. *In*: SOUSA, F. F.; SANTOS, E. C. (org.). **A Linguagem e a informação documental**: intermediações e ressignificações possíveis. Curitiba: Appris: Prismas, 2011. p. 31-59.

RIBEIRO, F.; SILVA, A. M. The Epistemological maturity of Information Science and the debate around the paradigms. *In*: KELLY, M.; BIELBY, J. (ed.). **Information cultures in the digital age**: a festschrift in honor of Rafael Capurro. Wiesbaden: Springer VS, 2016. p. 111-124.

SILVA, A. M.; RIBEIRO, F. **Das “Ciências” Documentais à Ciência da Informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto, Afrontamento, 2002.

SILVA, A. M.; RIBEIRO, F. Documentation/Information and their paradigms: characterization and importance in research, education, and professional practice. **Knowledge Organization**, [s. l.], v. 39, n. 2, p. 111-124, 2012.

SMIRAGLIA, R. P. Subject access to archival materials using LCSH. *In*: SMIRAGLIA, R. P. (ed.). **Describing archival materials**: the use of the MARC AMC format. New York: Haworth Press, 1990. p. 63-90.

WALLER, S. **L'Analyse documentaire**: une approche méthodologique. Paris: ADBS Éditions, 1999.

ARQUEOLOGIA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UMA REFLEXÃO

GUSTAVO HENRIQUE DE ARAÚJO FREIRE

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Email: gustavofreire@facc.ufrj.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5540-4630>

1 RAÍZES HISTÓRICAS DO CAMPO DA INFORMAÇÃO

A informação enquanto conteúdo para transmitir uma mensagem já existia muito antes da invenção da escrita, mas tinha uma função no processo de comunicação restrita às atividades de sobrevivência e relações interpessoais, tais como informar melhores locais de pesca, ambientes que proporcionassem melhores condições de abrigo e defesa. Os grupos humanos eram pequenos e circulavam em um ambiente geográfico limitado.

Nessa caminhada foram desenvolvidas tecnologias variadas, mas foi descoberta uma tecnologia que mudaria de forma definitiva a trajetória humana no planeta, o fogo. Conhecer o processo de criação do fogo provocou mudanças relevantes referentes aos aspectos de saúde e conforto (com o aquecimento dos espaços), proteção contra animais, e principalmente na transformação do tipo de alimentação que agora podia ser cozida, fazendo com que a absorção dos alimentos fosse mais eficaz e promovendo mudança no principal órgão do corpo humano, o cérebro. Essa mudança possibilitou à espécie humana dar o primeiro salto evolutivo se diferenciando em sua trajetória evolutiva de outras espécies próximas que habitavam na mesma época as mesmas regiões.

A evolução humana é uma das mais notáveis na medida em que pode ser descrita como um processo fundamentalmente biocultural.

Os primeiros hominínios, assim como outros mamíferos antes deles, adaptaram-se a novas condições e à competição com outras espécies através de modificações biológicas que afetaram seu tamanho, sua anatomia, sua alimentação, sua locomoção ou até mesmo seu modo de reprodução. No entanto, desde pelo menos dois milhões e meio de anos, o desenvolvimento, nos humanos, de comportamentos técnicos e de modos de organização social sempre mais complexos abriu um capítulo completamente novo na história da vida. No sentido ecológico do termo, trata-se de um exemplo de ‘construção de nicho’, isto é, da modificação feita por uma espécie em seu ambiente para criar condições favoráveis à sua sobrevivência e ao seu desenvolvimento (Hublin, 2017, não paginado, tradução nossa).

O início das atividades relacionadas ao campo informacional, que compreendemos como sendo as áreas da Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação (CI) e Museologia, se inicia com a maior invenção da humanidade: a escrita. O ato de registrar uma atividade, um conjunto de mercadorias e, posteriormente, um pensamento, trouxe uma mudança de paradigma sociocultural, que Santillana (1970) denomina de “fenômeno de transmissão de Alta Cultura”, responsável por saltos qualitativos na história da humanidade.

Para chegar na invenção da escrita, p.ex., tivemos outros desses eventos: deixamos de ser uma espécie nômade e passamos a nos fixar em locais geográficos específicos, desenvolvendo a agricultura e a domesticação de animais. Essa etapa demandou atividades que estão na origem da ciência, e posteriormente se transformaram em princípios fundamentais para o desenvolvimento da ciência, que são a observação e o experimento.

A escrita abriu um espaço de comunicação desconhecido pelas sociedades orais, no qual tornava-se possível tomar conhecimento de mensagens geradas por pessoas situadas a milhares de quilômetros ou mortas desde séculos, ou expressando-se desde enormes distâncias culturais ou sociais. Assim sendo, os atores da comunicação não partilhavam necessariamente a mesma situação, não estavam mais em interação direta.

Subsistindo fora de suas condições de emissão e recepção, as mensagens escritas mantêm-se “fora de contexto”. Esse “fora de contexto” — que

inicialmente se insere apenas na ecologia das mídias e na pragmática da comunicação — foi legitimado, sublimado, interiorizado pela cultura. Tornar-se-á o núcleo de uma certa racionalidade e acabará levando à noção de universalidade (Lévy, 2010, p. 115).

Esse evento histórico, social e cultural trouxe mudanças importantes em nossa visão de tempo e espaço, criando as condições para que se pudesse pensar em um sistema que pudesse organizar o registro das atividades práticas e, também, posteriormente, àquelas relacionadas a atividades intelectuais.

Nesse contexto, com o tempo e a evolução da escrita e dos registros, ocorre a necessidade da criação de locais específicos para a guarda de documentos e suas Informações. Como consequência do aumento de informações nesses espaços surge, também, a preocupação com a preservação desses suportes e seu conteúdo, com a intenção de que permanecessem disponíveis para as próximas gerações. Kevin McGarry em seu livro “O Contexto Dinâmico da Informação” apresenta três conceitos importantes para o campo informacional e que se relacionam com práticas fundamentais para os profissionais da informação. Segundo o autor McGarry (1999, p. 23)

Permanência e conservação são essenciais para a continuidade de uma cultura. Para permitir que seres humanos se beneficiem do conhecimento e das aptidões de outros devemos dispor de algum tipo de **sistema de armazenamento** para transmitir esses benefícios através dos tempos

Acrescente-se aos três conceitos, quais sejam, armazenamento, conservação e permanência, a ideia de organização da informação, pois com o desenvolvimento social e a ampliação temática dos acervos ocasionada pelo crescimento e variedade da tipologia informacional emerge a necessidade de se organizar de forma cada vez mais sistemática as informações. Assim, a história da informação é acompanhada por esses quatro conceitos.

Todos eles têm uma dimensão prática que exigiu e exige até hoje o desenvolvimento/avanço de tecnologias e abordagens que melhor atendam às necessidades das pessoas. Essa dimensão

pragmática é uma característica importante do campo da informação, e que se apresenta especialmente: no desenvolvimento de tecnologias votadas para a representação e organização da informação, utilizadas desde as bibliotecas do mundo antigo, até o uso de folksonomia na Internet; no avanço de tecnologias para a conservação de informações não somente em ambientes físicos, mas especialmente na sociedade contemporânea denominada por Castells como sociedade em rede, no ciberespaço.

Não importa a época ou a sociedade, o que continua até os nossos dias é a preocupação com a permanência do conhecimento para as gerações futuras garantindo que cada geração possa utilizar uma base de conhecimento já produzido pela espécie humana.

Em seu livro “Bibliotecas no Mundo Antigo”, Lionel Casson (2018) apresenta os primeiros espaços em que se armazenavam informações, desde o séc. XIII a.C. Esses espaços informacionais que geralmente eram palácios representam os primórdios das atividades sistemáticas voltadas para a guarda e organização das informações.

Nesse ambiente informacional havia o predomínio de informações administrativas, mas, também, se armazenava e se compartilhava informações sobre temas como religião e artes. Segundo o autor Casson (2018, p. 26)

As coleções do Oriente Próximo eram de uma natureza específica, que respondia às necessidades da civilização da qual faziam parte. Deixaram de existir quando essas civilizações chegaram ao fim e não foram o embrião de bibliotecas com horizontes amplos, que estavam prestes a surgir nos mundos grego e romano. No entanto, merecem uma menção honrosa no registro histórico. Foram as primeiras a usar alguns dos procedimentos fundamentais da biblioteca: a identificação de obras individuais por meio da atribuição de títulos, a reunião de obras similares em séries e a criação de catálogos.

Também foram as primeiras a sofrer de algumas das doenças fundamentais da biblioteca: roubo e maus-tratos de itens

É importante ressaltar que atualmente temos um grande conhecimento sobre os tipos de informação que eram armazenadas

e os processos técnicos utilizados, visto que o suporte em que as informações eram registradas nessa época era o barro/cerâmica. Como muitos desses locais sofreram com incêndios, o fogo que a princípio seria uma forma de destruição ao final possibilitou a conservação dessas informações.

Outro momento histórico é o marco representado pela Biblioteca de Alexandria, que foi um avanço importante em relação às bibliotecas que acabamos de apresentar que se localizavam na região da Suméria. Mais do que uma biblioteca, era também um centro de estudos que incentivava a vinda de estudiosos de outras partes do mundo antigo, assim como a aquisição de obras para o seu acervo.

É importante também destacar a importância das bibliotecas dos mosteiros na Europa da Idade Média, que foram fundamentais para a preservação das obras dos filósofos gregos. Em suma, essas são as raízes históricas do campo informacional em que as atividades relacionadas ao armazenamento, preservação e organização de informações conta com uma longa história, em mais de uma civilização.

2 O SURGIMENTO DE UMA NOVA CIÊNCIA NO CAMPO DA INFORMAÇÃO

A partir do século XV a Europa irá apresentar algumas das condições fundamentais que irão começar a modificar as atividades informacionais que já vinham sendo desenvolvidas conforme já apresentado. Tais condições segundo Freire (2006, p.8) irão possibilitar o surgimento de uma nova área no campo da informação. Segundo o autor, tais condições podem ser descritas como:

- a) o crescimento, desde o século XII, de universidades, o que demandava a necessidade de se copiar grande quantidade de textos;
- b) o início, na época das grandes navegações, o que provocou um desenvolvimento técnico-científico que pode ser comparado ao das viagens espaciais de hoje;
- c) a criação das primeiras teorias científicas modernas;

- d) o crescimento das cidades e, conseqüentemente, mudança de hábitos por parte da população;
- e) a invenção da imprensa por Gutenberg.

Todas essas condições foram importantes para o surgimento da Ciência da Informação, mas iremos destacar três que serão fundamentais para o surgimento dessa nova área do conhecimento e que irão possibilitar características próprias em relação às outras áreas do conhecimento que são próximas pois também tem na informação o seu objeto de estudo e de prática profissional tais como a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Essas três condições a seguir acompanham a Ciência da Informação desde os seus primórdios.

- o surgimento da ciência moderna;
- o crescimento das cidades;
- a invenção da imprensa.

O surgimento da **ciência moderna** trouxe uma nova visão de mundo, e novas práticas e metodologias para o desenvolvimento da ciência enquanto espaço de criação, reflexão e prática profissional institucionalizada. O **crescimento das cidades** gerou maior oportunidade para interação e troca de informações entre as pessoas, em espaços urbanos cada vez maiores e organizados. O surgimento e organização de grupos/comunidades por interesses em determinados assuntos e temas, como os cientistas, por exemplo. Enfim, o início de uma cultura urbana europeia que começa a ser centrada na informação e, mais ainda, em um tipo particular de informação: a informação científica.

A **criação da imprensa** trouxe uma revolução informacional, não somente pelo que se pode observar mais facilmente, o aumento no número na produção de livros, mas especialmente pela possibilidade de se compartilhar a mesma informação produzida pelo autor para inúmeras pessoas. Até então, por exemplo no caso dos manuscritos reproduzidos pelos copistas na idade média havia a possibilidade de mudanças no texto original, o que poderia trazer prejuízos para a ideia original. Isso já não ocorria com o texto impresso, e esta característica de

imutabilidade do texto seminal é fundamental para a comunicação de informação científica, em que a fidelidade ao original é de extrema relevância.

Como consequência desses fatores, acontece o surgimento das primeiras associações científicas na Europa. Os pesquisadores/cientistas, vivendo mais próximos nas cidades, observaram a oportunidade de criação de espaços para discussão/compartilhamento de suas ideias. Assim, foi constituída a primeira rede social científica formal, os Colégios Invisíveis, pois além das trocas informacionais presenciais criou-se uma rede de comunicação através de cartas em que os estudiosos trocavam ideias e experiências através dos correios. É importante ressaltar que as cartas foram as sementes dos periódicos científicos, ou seja, do processo de sistematização e formalização da comunicação entre os pares, o que viria a se tornar um ambiente social rico e fecundo que viria a se chamar comunicação científica.

Este momento que se inicia a partir do séc. XV e tem nas principais condições supracitadas ciência moderna, cultura urbana, tecnologia da informação (imprensa), e por fim, com a emergência da comunicação científica, é o marco inicial da Ciência da Informação, que alcançará a sua emergência global a partir da II Guerra Mundial.

Os pesquisadores e cientistas foram a primeira comunidade de usuários do que viria a ser chamado por Paul Otlet (2018) de Documentação. O autor, em sua conhecida obra “O tratado da Documentação”, propõe uma nova disciplina científica e a ampliação do escopo do acervo informacional dos espaços de informação introduzindo uma nova abordagem para o campo da informação. Nesse sentido, novos tipos de informação que até então ainda não faziam parte do acervo de bibliotecas passaram a fazê-lo, abrindo uma nova perspectiva para estudos e práticas no campo informacional visto que a tipologia informacional é ampliada em termos de conteúdo e também de tipos de suporte.

Apesar dessa proposta incorporar tipos de documentos diferentes dos que até então as bibliotecas dispunham para os seus usuários, e possibilitar abertura para um material com viés

artístico, cultural , e, até mesmo do cotidiano como os cartões postais, é importante ressaltar nessa proposta a centralidade de um tipo de informação que começa a surgir a partir do surgimento da ciência moderna e da emergência dos processos, canais e atores que envolvem a comunicação científica, a informação científica e tecnológica.

Em nível conceitual, Otlet expande o conceito de documento, alegando que a documentação consiste em toda a gama de produtos de informação que surgem e se expandem com a revolução industrial: **artigos e relatórios científicos e técnicos, desenhos industriais, patentes, protótipos**, cartões-postais, fotografias: tudo o que não era considerado material de biblioteca (Pereira, 2000, p. VIII).

Nesse sentido, reafirmamos a nossa proposta de que o novo campo científico denominado primeiramente por Otlet como Documentação e, posteriormente, Ciência da Informação tem as suas raízes e seu berço neste ambiente emergente da comunicação científica que envolve em termos de conteúdo o surgimento da ciência moderna, associações científicas, cientistas e informação científica que demandava novas formas de representação e organização da informação, além de canais de comunicação próprios como os periódicos científicos. As associações científicas já tinham os seus canais de comunicação da informação que era feita através de eventos, reuniões, cartas..., mas sentiram a necessidade de criação de um canal de comunicação da informação mais adequado, confiável e previsível para o compartilhamento de suas ideias e resultados de pesquisas. Nesse sentido surgem os primeiros periódicos científicos.

Nesse contexto, a comunidade de usuários, representada pelos cientistas, tiveram e continuam a ter um papel importante como principal comunidade de usuários da Ciência da Informação. Podemos observar no Brasil indícios da importância da informação científica e tecnológica no nome do Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica (IBICT), que foi pioneiro na presença da Ciência da Informação no país. Apesar de atualmente não trabalhar apenas com esse tipo de informação e apresentar ações

de informação direcionadas para a sociedade em geral, quando foi criado nos anos cinquenta tinha a intenção clara de implementar e fornecer sistemas de informação para o setor científico brasileiro, em sintonia/parceria com o também recém-criado Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Os dois órgãos de governo foram criados como resultado de políticas de informação do governo para o desenvolvimento científico e tecnológico no país, fomentando a pesquisa, no caso do CNPq, e armazenando, organizando e capacitando recursos humanos no uso de informação científica e tecnológica, especialmente através de bases de dados no caso do IBICT.

Nesse contexto, podemos observar os dois principais eixos que estruturam epistemologicamente a Ciência da Informação, a sua dimensão tecnológica e a dimensão social. Em relação à tecnologia a criação da imprensa tornou possível o surgimento do principal canal de comunicação científica e tecnológica que foram os periódicos científicos. Esse processo ocorreu em um ambiente de grande inovação no campo científico, pois a criação deste novo canal para compartilhamento de informações entre os cientistas exigia processos de inovação na cadeia produtiva de um periódico científico, tais como, forma de apresentação de artigos, corpo de avaliadores, novas formas de representação da informação visando a recuperação entre outras inovações. A relação com a tecnologia apresentada em artigo clássico da área aponta para essa proximidade, que ocorre muito antes do advento das tecnologias digitais de informação e comunicação. Segundo Saracevic (1996, p. 47)

A Ciência da Informação é um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação. No tratamento destas questões são consideradas de particular interesse as vantagens das modernas tecnologias informacionais

Na dimensão social, a primeira comunidade de usuários que necessitavam de informações organizadas para as suas pesquisas

são os grupos de cientistas que demandavam novas soluções e dispositivos técnicos para a comunicação de suas pesquisas e também novas aplicações técnicas relacionadas a um novo tipo de informação que exigia novas práticas profissionais. Nesse contexto, a informação científica e tecnológica surge e começa sua caminhada até a hegemonia que observamos na sociedade contemporânea, em que se torna o principal insumo para o desenvolvimento de organizações e países.

Esse ambiente/contexto que emerge da criação das associações científicas e de um novo canal para a comunicação da informação, os *periódicos*, e uma classe emergente, cientistas que necessitavam de informações sistematizadas e organizadas para pronta recuperação, concorreu ainda mais para o surgimento da Ciência da Informação e, também, de uma área de estudos fundamentais na CI: a comunicação científica.

De modo que chegamos ao momento em que todos os estudiosos da história da CI entendem como o momento histórico para o surgimento da CI: que é a II Guerra Mundial. Esse evento fez com que várias áreas da ciência, em um processo de convergência, buscassem solucionar problemas de organização e recuperação de informações relevantes (engenheiros, linguistas, bibliotecários...). Isso proporcionou o surgimento de outra importante característica da Ciência da Informação, a sua interdisciplinaridade.

Concordamos que é a partir da II Guerra Mundial que se vislumbra o surgimento do campo científico denominado Ciência da Informação, mas ressaltamos que as condições iniciais para o surgimento dessa nova área científica no campo da informação foram dadas a partir do século XV, e depois potencializadas pelo aspecto institucional ocorrido com a criação das primeiras associações científicas, a criação dos periódicos científicos e de todas as inovações que surgiram nesse processo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ciência da Informação é apresentada por muitos autores como um campo científico ainda em construção. Estamos de

acordo com essa premissa, mas se faz necessário um complemento a essa ideia. Entendemos que esse processo de construção não existe por algum problema epistemológico deste campo científico, mas sim pela sua própria condição de ciência pós-moderna, onde o seu escopo, suas fronteiras epistemológicas e suas práticas não devem ser definidas por princípios ou regras que a limitem. O que irá definir se um problema de pesquisa se situa no campo da Ciência da Informação é sua identificação como um problema de informação.

Apresentamos em nossa caminhada através das raízes históricas da Ciência da Informação, uma perspectiva arqueológica em que pontuamos características e o que pensamos ser ambiente seminal da área, qual seja, as atividades relacionadas à informação científica e tecnológica e todo o processo de inovação epistemológico, científico e prático envolvido.

A Ciência da Informação, desde a sua origem, continua a transitar em sua dimensão tecnológica e social, caminhando da imprensa ao digital. Apesar dos cientistas continuarem a ser uma importante comunidade de usuários, hoje a comunidade de interesse para a Ciência da Informação se expandiu para toda a sociedade. Afinal, na sociedade contemporânea todos precisam de informação, seja na ciência para gerar novos conhecimentos científicos, seja na sociedade em geral para melhorar aspectos da cidadania, da saúde e dos direitos políticos e sociais. A responsabilidade social segue no cerne da Ciência da Informação.

REFERÊNCIAS

CASSON, Lionel; ANTUNES, Cristina. **Bibliotecas no mundo antigo**. São Paulo: Vestígio, 2018.

FREIRE, Gustavo Henrique. Ciência da informação: temática, histórias e fundamentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, p. 6-19, já./abr. 2006.

HUBLIN, Jean-Jacques. **Biologie de la culture**. Paris: Fayard: Collège de France, 2017.

LÉVY, Pierre. O universal sem totalidade, essência da cibercultura. *In*: LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010. cap. 6, p. 111-121.

MCGARRY, Kevin. O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória. *In*: MCGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1999. p. vi, 206-vi, 206.

OTLET, Paul. **Tratado de documentação: o livro sobre o livro: teoria e prática**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2018.

PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas. Prefácio. *In*: PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas; PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. **O sonho de Otlet: aventura em tecnologia da informação e comunicação**. Brasília: IBICT, 2000.

SANTILLANA, G. di. O historiador e a teoria da informação. *In*: O conceito de informação na ciência contemporânea. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E ANÁLISE (CRÍTICA) DO DISCURSO: DIMENSÕES DIALÓGICAS, EPISTEMOLÓGICAS E EMPÍRICAS

VANIA LISBOA DA SILVEIRA GUEDES

Universidade Federal do Rio de Janeiro / Faculdade de Administração e Ciências Contábeis / Departamento de Biblioteconomia
Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Email: vanialisboa@facc.ufrj.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5854-5677>

MARIA DE FATIMA SOUSA DE OLIVEIRA BARBOSA

Universidade Federal do Rio de Janeiro / Faculdade de Administração e Ciências Contábeis / Departamento de Biblioteconomia

Email: fatima.barbosa@facc.ufrj.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3376-2418>

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta o projeto de pesquisa Organização do Conhecimento e Análise (Crítica) do Discurso da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), dando continuidade a Projetos desenvolvidos no âmbito da Adenda do Acordo de Cooperação estabelecido entre a FACC/UFRJ e a Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP).

A descrição de modelos epistemológicos e empíricos fundamenta-se no artigo *Contributos da Análise do Discurso para a Organização do Conhecimento* (Gouveia e Guedes, 2025, no prelo), no capítulo de livro *A Organização do Conhecimento e a Análise do Discurso Literário como fonte de informação histórica e étnico-racial*. (Barbosa e Senna, 2025, no prelo) e no

Projeto de Pós-doutoramento *Regularidade da produtividade e da frequência de uso de estruturas linguísticas nominalizadas, no discurso científico, à luz da Linguística Sistemico Funcional, e da Linguística Documentária na CI.*

A motivação para a criação do projeto de pesquisa prende-se fundamentalmente à necessidade de produção de conhecimento epistemológico e empírico para ampliar o diálogo interdisciplinar entre a organização do conhecimento (OC) e a análise (crítica) do discurso (ACD), importantes para a compreensão de fenômenos inerentes à linguagem da ciência e à constituição de modelos conceituais de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC).

2 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

A Organização do Conhecimento (OC) é a ciência que estuda a estruturação e o arranjo sistemático de unidades conceituais discursivas em um domínio do conhecimento (Dahlberg, 2006). Na Ciência da Informação (CI), a OC investiga fenômenos próprios às relações entre os conceitos que constituem o campo semântico de um domínio do conhecimento, propiciando a modelagem de redes semânticas e redes terminológicas, com o propósito de representação e organização do conhecimento por meio da criação de sistemas de organização do conhecimento (SOC).

Sob esta perspectiva, os conceitos de um domínio do conhecimento são definidos, relacionados e representados sistematicamente com a finalidade de estruturar termos e acepções para fins de criação de modelos conceituais de SOC. As diversas formas de estruturação de conceitos e termos que integram o campo semântico de um domínio são expressas em SOC que, por sua vez, são construídos intencionalmente a partir de pontos de vista específicos, permeados por aspectos socioculturais e intelectuais particulares de uma comunidade de discurso (Cf. Guedes, 2010). Essa afirmativa corrobora as observações de Ørom (2003) que defende a ideia de que, na construção de um SOC não há relações autoevidentes ou universais, uma vez que elas são sempre intencionais e influenciadas pelo contexto

sociocultural. O autor ainda reforça que a construção de SOC deve levar em consideração a terminologia especializada adotada pela comunidade discursiva. Na Linguística, a terminologia utilizada por uma comunidade discursiva é considerada um discurso secundário (Bakhtin, 2000). O autor ressalta que o discurso de um domínio do conhecimento é um discurso secundário, produzido e utilizado em situações de comunicação mais complexas e relativamente mais cultas.

Hjørland (2016) descreve a OC como a área de pesquisa, ensino e prática vinculada à CI e à Biblioteconomia. O autor acrescenta que a OC é institucionalizada em cátedras, em programas de ensino e pesquisa, em instituições e escolas de ensino superior, bem como em periódicos científicos, conferências e organizações nacionais e internacionais (Hjørland, 2016). Como se pode constatar, a OC abrange um amplo escopo conceitual e interdisciplinar.

Hjørland (2004), ao descrever a disciplina análise de domínio na OC, indica 11 (onze) abordagens que representam as competências dos cientistas da informação, com destaque para pesquisas sobre classificações e tesouros; indexação e recuperação da informação; bibliometria e cientometria; gêneros discursivos; comunicação científica; terminologia, linguagens, história da Ciência e análise do discurso.

Em relação às pesquisas bibliométricas e cientométricas no contexto da análise de domínio na OC, Hjørland (2003) esclarece que essas pesquisas possibilitam a identificação de termos/conceitos, do ponto de vista semântico, como também o conhecimento sobre a dinâmica social de um domínio do conhecimento. Os sistemas de natureza semântica representam SOC intelectuais, enquanto os de natureza social são reconhecidos como SOC sociais em um domínio do conhecimento (Cf. Guedes, 2018; Hjørland, 2003).

Sob a perspectiva semântica e social, a literatura atesta que estudos linguísticos no âmbito da análise (crítica) do discurso, em áreas do conhecimento, constituem caminho promissor para o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares e

transdisciplinares entre a OC e a Linguística (Cf. Andersen, 2008; Guedes, 2010; Guedes; Mollica; Leal, 2011; Guedes; Santos, 2013; Hjørland, 2007, 2013; Hyland, 2004, 2009; Hyland, Salager-Meyer, 2008; Swales, 1986).

3 ANÁLISE DO DISCURSO

A Linguística é a ciência que estuda a linguagem (Cf. Dubois *et al.*, 2007; Saussure, 2006) e compreende a língua e suas manifestações configuradas pelas linguagens como fenômenos com múltiplos aspectos e instrumentos de comunicação entre indivíduos que vivem em sociedade. Tem como objeto de pesquisa a produção linguística falada ou escrita, seu funcionamento, sua natureza e sua estrutura e apresenta várias ramificações e interseções (Perrot, 1984). Ferdinand Saussure, na Europa, e Leonard Bloomfield, nos EUA, na primeira metade do século XX, representam os linguistas que deram estatuto de ciência à área.

Para Benveniste (1966), a essência da linguagem é significar, o que transcende e explica todas as funções da linguagem. No processo de significação, o termo aparece implicitamente como elemento linguístico que organiza o conteúdo cognitivo da informação. Na Linguística, há forte tradição de tratamento do discurso, tanto pela pragmática quanto pelas características linguísticas estruturantes da linguagem. Nesta concepção, o discurso compreende a linguagem em uso como objeto de análise e se destina ao discurso gramatical e às propriedades estruturantes da linguagem (Blommaert, 2005).

O termo análise do discurso (AD) foi introduzido por Zellig Harris na década de 1950 com o objetivo de investigar a linguagem falada e escrita e obter evidências sobre *como* os recursos da linguagem são distribuídos em textos e as maneiras *como* eles são combinados em tipos e estilos específicos de textos, o que foi decisivo para a constituição da análise do discurso como disciplina. (Cf. Orlandi, 1999; Paltridge, 2012). O termo refere-se às formas *como* a linguagem intermedeia e molda as interações entre indivíduos e concepções sociais, políticas e

culturais da sociedade, os significados e suas realizações pela linguagem (Paltridge, 2012).

A AD abrange visões mais textualmente orientadas que se concentram em características da linguagem textual e na função do texto no contexto social e cultural de ocorrência. Além disso, considera procedimentos típicos de uso da linguagem no discurso e o compartilhamento de significados marcados por características linguísticas léxico-gramaticais ligadas a esses significados. A função da linguagem, ou metafunção, dá lugar a componentes gramaticais, sendo que tais componentes conjugam redes de sistemas de escolhas de caracterização semântica (Halliday, 2004).

A AD investiga padrões de linguagem em textos e considera a relação da linguagem com o contexto de uso. Halliday (2004) acrescenta a noção de contexto situacional, contexto cultural e ideológico. Na produção de textos, as escolhas reais a partir das opções disponíveis em um contexto particular de cultura ocorrem em determinado contexto de situação, sendo que ambos influenciam o uso da linguagem no texto (Cf. Halliday, 1994, 2004). Essa linha da análise do discurso reflete a preocupação dos analistas em estudar a linguagem dentro de instâncias contextuais autênticas de uso. A Linguística Sistêmica Funcional (LSF) é uma área transdisciplinar que se alinha teoricamente com a análise do discurso (Alexandre; Gouveia, 2016) assim como com estudos críticos no âmbito da ADC e/ou ACD (Cf. Halliday, 2004). Portanto, a LSF tem relações íntimas com a ACD/ADC, mas apenas porque de fato é voltada para a análise do discurso. Na perspectiva de sua dimensão analítica, a LSF pertence ao domínio da análise do discurso⁸.

Ao refletir sobre a linguagem na ciência, Halliday (2004) ressalta que todas as formas de conhecimento são possíveis de ser construídas como textos. Halliday acrescenta que a teoria é um sistema semiótico de representação de processos cognitivos expresso pela linguagem, o que possibilita transformar conhecimento em significados na Ciência e nas Humanidades.

⁸ Informação proferida por Carlos Alberto Marques Gouveia em reunião via Google Meet, em 2021.

Em síntese, nas Ciências da Linguagem, há diferentes visões da análise do discurso. Entretanto, as questões referentes às dimensões dialógicas entre a OC e a análise (crítica) do discurso ainda são pouco discutidas.

Na AD são analisados aspectos sócio-interacionais do discurso na linguagem pela perspectiva da Teoria da Polidez de Brown e Levinson (1987), buscando entender *como* se desenvolve o *ethos* discursivo dos atores (Barbosa, 2010; Goffman, 1987).

4 ANÁLISE (CRÍTICA) DO DISCURSO (ACD)

A ACD é a ciência que se empenha em descobrir nas propriedades mais tipicamente formais dos discursos os efeitos das condições sociais de sua produção e de sua circulação (Bourdieu, 1996, p. 129). O discurso se enquadra em uma situação, em um tempo e espaço determinado (Rojo, 2004) se depreendendo, então, que o discurso é uma prática social “um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de *representação*” (Fairclough, 2019, p. 94-95). A ACD se alicerça numa visão tridimensional do discurso, a saber: o discurso como prática textual, o discurso como prática discursiva e o discurso como prática social. Melo (2011) salienta que o “sentido do termo *crítico*, nos estudos da linguagem, implica desvelar conexões entre os textos e os fatores que os permeiam, como o contexto histórico e social de produção e compreensão textual” (Melo, 2011, p. 1335). Nesta perspectiva, são observadas questões subjetivas, a influência do contexto no discurso, o sujeito como protagonista do discurso e a atuação do discurso no contexto social no qual emerge, buscando relacionar essas observações com questões epistemológicas e empíricas da OC. Além dos textos linguísticos, são utilizados outros objetos de análise, tais como: combinações de material sonoro e visual, filmes, televisão, telefones celulares, internet e outros canais de comunicação, expressão facial e gestos produzidos em situações concretas em que os atos de fala são emitidos, ou proferidos, num tempo e lugar (Dijk, 2012, p. 166-167).

A Análise (Crítica) do Discurso possibilita trazer discussões com abordagens da Análise da Conversação, da Polidez e da Linguística Textual (Cf. Barbosa, 2010; Bakhtin, 2000; Brown; Levinson, 1987; Goffman, 1987; Kerbrat-Orecchioni, 2006; Marcuschi, 2001; Dijk, 1996), aos quais se acresçam questões etnometodológicas que versam sobre a identidade dos falantes nos contextos variados, de modo a compor um quadro que demonstre o que é preciso saber para entender e avaliar o que é dito. Traz também intersecções com a sócio-interação que vê a língua como fenômeno interativo e dinâmico.

Entende-se a análise crítica do discurso como o estudo do “papel do discurso na transmissão persuasiva e na legitimação de ideologias, valores e doutrinas – ideologias ou fragmentos de ideologias sexistas ou racistas” (Rojo, 2004, p. 216), contemplando estudos ideológicos de natureza religiosa, política entre outras diversidades. Dessa forma, ao trazer a análise crítica do discurso, pretende-se trazer à luz questões da contemporaneidade e interrogar a linguagem na dimensão que ela produz (Foucault, 2014, p. 136), em seu contexto de produção.

Para a OC, é necessário avançar nas dimensões epistemológicas e empíricas no âmbito da representação de objetos informacionais. O conceito de representação se refere aos símbolos ou imagens que possuem um significado único no contexto de um grupo social, contribuindo para a atribuição de significados ao mundo que os rodeia e a guiar suas interações. Na mediação entre a OC e a ACD, percebe-se que a interação entre o discurso e o contexto é importante para a observação de elementos e possibilita a análise tendo como perspectiva a ideologia e o poder como elemento *priore* para a compreensão dos sentidos. Dijk (2018, p. 12) destaca que “O discurso não é analisado apenas como um objeto verbal, autônomo, mas também como uma interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação cultural, histórica ou política.”

Nessa perspectiva, o presente capítulo abrange as dimensões interdisciplinares entre a Organização do Conhecimento na Ciência da Informação e a Análise Crítica do Discurso e a

Análise do Discurso na Linguística, de modo a contribuir com reflexões e a enriquecer o conhecimento sobre as dimensões dialógicas epistemológicas e empíricas entre essas áreas.

Aprofundar o diálogo interdisciplinar e transdisciplinar entre a Organização do Conhecimento e a Análise (Crítica) do Discurso é importante para o avanço do conhecimento epistemológico e empírico nessa interface, uma vez que existe demanda por produção de conhecimento sobre modelos conceituais de SOC, fundamentados em conhecimentos linguísticos. É também uma oportunidade para reflexões sobre a construção de teorias críticas interdisciplinares no diálogo entre a OC e a Análise (Crítica) do Discurso na CI. Hjørland (2007) ressalta que nos SOC contemporâneos e vigentes, há limitações que são expressas por: falta de abstração conceitual - os sistemas não refletem a compreensão de mundo no que diz respeito ao sentido e à linguagem; cobertura semântica limitada - os sistemas refletem um conjunto limitado de relações conceituais, predominando as relações hierárquicas e/ou associativas que não são suficientes para pesquisas que se fundamentam em inferências; falta de consistência - os sistemas apresentam estrutura semântica interna irregular e imprevisível devido à ausência de relações semânticas bem estabelecidas, gerando ambiguidade.

Diante disso, ressalta-se a relevância de estudos sobre os fenômenos linguísticos inerentes à criação de SOC para que os sistemas reflitam o conhecimento interdisciplinar fundamentado em análise do discurso em contextos situacionais, sociais, políticos, culturais e ideológicos de uso, na OC.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A OC se interessa pela natureza linguístico-discursiva dos processos de representação e organização do conhecimento e de seus produtos, como vocabulários controlados, tesouros, redes semânticas, taxonomias, ontologias, mapas conceituais, entre outros. Dessa forma a problemática relativa à organização do conhecimento é investigada por pesquisadores da área e extrapola o domínio da CI, sendo que a teoria sobre representação pela linguagem é parte integrante da área de Organização do Conhecimento.

Considera-se a temática de grande relevância para a Ciência, a Tecnologia e a Inovação, visto que a produção de conhecimento interdisciplinar e transdisciplinar tende a potencialmente a contribuir quali-quantitativamente com pesquisas, a comunicação científica e a produção de conhecimento em OC, AC e ACD na CI e áreas afins.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, M. F.; GOUVEIA, C.A.M. (org.) **Análise do Discurso: leituras funcionais, semióticas e interacionais**. Lisboa: BonD & ILTEC, 2015.

ANDERSEN, J. The concept of genre in the information studies. **Annual Review of Information Science and Technology**, [s. l.], v. 42, n. 1, p. 339-367, 2008. cap. 8.

BAKHITIN, M. M. **Estética da criação verbal**. Trad. de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARBOSA, M. F. S. O.; SENNA, A. **A Organização do Conhecimento e a Análise do Discurso Literário como Fonte de Informação Histórica e Étnico-racial**. 2025, no prelo.

BARBOSA, M. F. S. O. **(Imp)polidez em EAD**. Orientadora: Maria Cecília de Magalhães Mollica. 2010. 172 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BENVENISTE, É. La philosophie analytique et le langage. *In*: BENVENISTE, É. **Problèmes de linguistique générale**. Paris: Gallimard, 1966. v. 1, p. 267-276.

BLOMMAERT, J. **Discourse**: an critical introduction. Cambridge, UK : Cambridge University Press, 2005.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 1996.

BROWN, P.; LEVINSON, S. **Politeness**: Some universals in language usage. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

DAHLBERG, I. Knowledge organization: a new science? **Knowledge Organization**, [s. l.], v. 33, n. 1, p. 11-19, 2006.

DIJK, T. A. V. Ideological discourse analysis. **Moara** - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras, Belém. n. 6, p. 13-45. out./dez. 1996.

DIJK, T. A. V. **Discurso e Contexto**: uma abordagem sociocognitiva. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

DIJK, T. A. V. **Discurso do poder**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

DUBOIS, J; GIACOMO, M.; GUESPIM, L.; MARCELLESI, C.; MARCELLESI, J-B.; MEVEL, J-P. **Dicionário de linguística**. Trad. de Frederico Pessoa de Barros *et al.* São Paulo: Editora Cultrix, 2007.

FAIRCLOUGH. N. **Discurso e mudança social**. 2. ed. Brasília: UNB, 2019.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

GOFFMAN, E. Footing. *In*: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (org.). **Sociolinguística interacional**. 2. ed. São Paulo-SP: Loyola, 1987 [2002].

GOUVEIA, C. A. M.; GUEDES, V. L. S. **Contributos da Análise do Discurso para a Organização do Conhecimento**. 2025, no prelo.

GUEDES, V. L. S. **Nominalizações deverbais em artigos científicos**: uma contribuição para a análise e a indexação temática da

informação. Orientadora: Maria Cecília de Magalhães Mollica. 2010. 109 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/25/teses/761461.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2024.

GUEDES, V. L. S.; MOLLICA, M. C. M.; LEAL, M. B. B. Produtividade léxico-morfológica em artigos científicos em língua portuguesa numa perspectiva interdisciplinar. *In*: CONGRESO INTERNACIONAL DE LA ALFAL, 16., Madrid, Espanha, 2011. **Actas** [...]. Madrid, Espanha: ALFAL, 2011.

GUEDES, V. L. S.; SANTOS, M. J. V. C. Recorrência de nominalizações deverbais em resumos de cartas científicas em língua portuguesa e a indexação temática. **Linguística**, Madrid, v. 29, n. 1, p. 37-57, 2013.

GUEDES, V. L. S. Bibliometria, cientometria e a organização do conhecimento na ciência da informação. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 1-2, jan./jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.47681/rca.v3i1.18878>.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. 2nd ed. London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, M. A. K. **The Language of Science**. London: Continuum, 2004. (Collected Works of M. A. K. Halliday).

HJØRLAND, B. Fundamentals of Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, [s. l.], v. 30, n. 2, p. 87-111, 2003.

HJØRLAND, B. Domain analysis: a socio-cognitive orientation for information science research. **Bulletin of the American Society for Information Science and Technology**, [s. l.], v. 30, n. 3, p. 17-21, Feb./Mar. 2004.

HJØRLAND, B. Semantics and knowledge organization. **Annual Review of Information Science and Technology**, [s. l.], v. 41, n. 1, p. 367-405, 2007.

HJØRLAND, B. Citation analysis: a social and dynamic approach to knowledge organization. **Information Processing &**

Management, [s. l.], v. 49, n. 6, p. 1313-1325, Nov. 2013. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0306457313000733>. Acesso em: 27 nov. 2017.

HJØRLAND, B. Knowledge Organization (KO). **Knowledge Organization**, [s. l.], v. 43, n. 6, p. 475-485, 2016.

HYLAND, K. **Disciplinary discourses**: social interactions in academic writing. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2004.

HYLAND, K.; SALAGER-MEYER, F. Scientific writing. **Annual Review of Information Science and Technology**, [s. l.], v. 42, n. 1, p. 297-338, 2008. cap. 7. (Section II: The Nature of Academic Disciplines).

HYLAND, K. **Academic discourse**: english in a global context. New York: Continuum International Publishing Group, 2009.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Análise da Conversação**: princípios e métodos. São Paulo: Parábola, 2006.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 133p.

MELO, I. F. Análise Crítica do Discurso: modelo de análise linguística e intervenção social. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 1335-1346, set./dez. 2011.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso - princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

ØROM, A. Knowledge organization in the domain of art studies: History, transition and conceptual changes. **Knowledge Organization**, [s. l.], v. 30, n. 3, p. 128-143, 2003.

PALTRIDGE, B. **Discourse Analysis an introduction**. 2nd ed. New York: Bloomsbury Publishing, 2012. (Série Editor Ken Hyland).

PERROT, J. Benveniste et les courants linguistiques de son temps. In: SERBAT, G.; TAILLARDAT, J.; LAZARD, G. (org.). Émile Benveniste aujourd'hui: actes du colloque international du C.N.R.S, tome I, Université François Rabelais, 1983. Paris: Éditions Peeters, 1984. p. 13-33.

ROJO, M. L. A fronteira interior – análise crítica do discurso: um exemplo sobre “racismo”. *In*: INÍGUEZ, L. (coord.) **Manual de análise do discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 206- 257.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].

SWALES, J. M. Citation analysis and discourse analysis. **Applied Linguistics**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 39-56, 1986.

BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA COMO ABORDAGEM TEÓRICO- METODOLÓGICO PARA A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO (BiCiOC)

VÂNIA LISBOA DA SILVEIRA GUEDES

Universidade Federal do Rio de Janeiro / Faculdade de Administração e Ciências Contábeis/ Departamento de Biblioteconomia
Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (PPGCI)

Email: vanialisboa@facc.ufrj.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5854-5677>

MARIA JOSÉ VELOSO DA COSTA SANTOS

Universidade Federal do Rio de Janeiro/Faculdade de Administração e Ciências Contábeis/ Departamento de Biblioteconomia
Programa de Pós-Graduação em Organização do Conhecimento, Tecnologia e Sociedade (PPGOCTS)

Email: msantos1402@facc.ufrj.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0473-5680>

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo desenvolve uma narrativa sobre o projeto do Grupo de Pesquisa certificado pelo Centro Nacional de Pesquisas em Ciência e Tecnologia (CNPq), em 2014, intitulado Bibliometria e Cientometria como abordagem teórico-metodológico para a Organização do Conhecimento (BiCiOC).

O objetivo central do projeto é realizar pesquisas de cunho teórico e empírico na interface da Bibliometria e Cientometria com a Organização e Representação do Conhecimento. Nesta perspectiva, realiza análises bibliométricas e cientométricas

aplicadas aos processos de comunicação científica de comunidades acadêmicas, em particular, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O propósito é produzir indicadores quantitativos e qualitativos que evidenciem padrões de comunicação científica, tais como, a produtividade e popularidade científicas, graus de colaboração entre autores e entre instituições e de internacionalização em domínios do conhecimento na UFRJ. A partir desses indicadores são desenvolvidos sistemas de organização do conhecimento de naturezas social e semântica.

Os objetivos específicos estabelecidos para a pesquisa incluem: a) identificar indicadores de produtividade científica e determinar a elite de autores em domínios distintos do conhecimento; b) investigar a popularidade científica, por meio da análise de citações à elite de autores, de instituições e de títulos de periódicos, na literatura do domínio; c) verificar padrões de colaboração entre autores, inter e intrainstitucional; d) identificar graus de internacionalização do conhecimento nos domínios estudados; e) investigar as temáticas de pesquisa mais frequentes no domínio; f) contribuir com a produção de conhecimento sobre o tema do projeto de pesquisa, em artigos de periódicos, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso de Graduação e de Pós-graduação, comunicações a eventos nacionais e internacionais na área de Ciência da Informação (CI) e áreas afins.

O presente capítulo integra o livro proveniente do I Ciclo Internacional de Conferências sobre a Organização do Conhecimento e Análise do Discurso em Diálogo, realizado pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC) da UFRJ, nos dias 06 e 07 de dezembro de 2023, no âmbito da Adenda de Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a FACC/UFRJ e a Faculdade de Letras (FL) da Universidade do Porto (UP).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico do projeto BiCiOC engloba temas como Organização do Conhecimento, Sistemas de Organização do Conhecimento, Análise de Domínio, Bibliometria e Cientometria.

Essas disciplinas sustentam as pesquisas e produção de trabalhos realizados no âmbito do projeto.

A Organização do Conhecimento (OC) é uma área de pesquisa que constitui o núcleo principal da CI e abrange teorias e práticas de representação e acesso ao conhecimento armazenado em Sistemas de Recuperação da Informação (SRI), em ambientes tradicionais, convencionais, analógicos ou eletrônicos, digitais ou virtuais. De acordo com Dahlberg (2006, p. 12), a OC é

a ciência que estuda a estruturação e sistematização das unidades pertencentes a um domínio do conhecimento, compreendidas como conceitos, definidos a partir de seus elementos constitutivos, ou seja, das características inerentes ao objeto de estudo, abrangendo a aplicação desses conceitos e classes de conceitos, ordenados segundo valores atribuídos aos conteúdos dos objetos ou assuntos.

Compreende a organização da informação em registros bibliográficos e a identificação de termos/conceitos dotados de elevada representatividade semântica para o domínio em análise. Sendo assim, uma das finalidades da OC é a construção de sistemas de organização do conhecimento (SOC), que reúne termos e conceitos da terminologia de um domínio, com o propósito de facilitar as buscas, para encontrar, selecionar, recuperar, navegar e utilizar a informação na produção de novos conhecimentos (Dahlberg, 2006; Marcondes, 2012).

Hjørland (2004) menciona que a Análise de Domínio oferece perspectivas teóricas e metodológicas relevantes para o desenvolvimento do arcabouço teórico e de subsídios práticos para a OC, na CI. Nessa perspectiva, Hjørland e Bragato (2024, p. 12) definem domínio como

[...] um corpo de conhecimento definido socialmente e teoricamente como o conhecimento de um grupo de pessoas que compartilham compromissos ontológicos e epistemológicos. Domínios são [...] disciplinas acadêmicas, mas também podem ser, por exemplo, hobbies.

Hjørland (2002) admite que o paradigma da disciplina análise de domínio no campo da OC é o estudo de um domínio do

conhecimento como comunidade de discurso ou comunidade de pensamento e é o melhor meio para o entendimento da informação na CI. Assim, pesquisas desenvolvidas na CI sobre análise de domínio podem ser realizadas a partir da aplicação de leis e princípios bibliométricos, que possibilitam a identificação e mapeamento de fenômenos ligados à comunicação científica em comunidades de discurso específicas. Sob essa concepção, pode-se refletir sobre os objetos de trabalho dessas comunidades e seu papel na sociedade, como por exemplo: comunicação, organização do conhecimento, padrões de cooperação, linguagem, sistemas de informação, terminologias, taxonomias, estudos bibliométricos, estudos históricos, entre outros. Esses estudos estão inseridos nas 11 abordagens teóricas e metodológicas para análise de domínio ditas por Hjørland (Hjørland, 2002; Hjørland; Bragato, 2024).

Brascher e Café (2008, p. 6-8) asseguram que a OC “é um processo cognitivo fruto de análise de domínio” e a representação desse domínio é realizada por “sistemas de organização do conhecimento que são sistemas conceituais que representam determinado domínio por meio da sistematização dos conceitos e das relações semânticas que se estabelecem entre eles”. Segundo Hjørland (2016), SOC são ferramentas que traduzem o conteúdo de documentos ou de uma especialidade em termos, esses são sistematizados em conceitos, onde são estabelecidas as relações semânticas entre eles, com o propósito de padronizar a linguagem de um domínio do conhecimento. Ørom (2003) reforça que a construção de SOC deve levar em consideração a terminologia especializada adotada pela comunidade discursiva.

Hjørland (2004) ressalta que, na análise de domínio, a Bibliometria e a Comunicação Científica possibilitam o estudo de comunidades discursivas. Essas análises voltam-se para a produção de indicadores cientométricos, mapeamento de diferentes atores, artigos, instituições, abordagens temáticas, regiões geográficas etc ligados aos domínios em análise e propiciam investigações sobre *como* os domínios do conhecimento se distinguem e se aproximam a partir de diferentes paradigmas.

Sob a perspectiva da Análise de Domínio na OC, Hjørland (2002) aponta a Bibliometria e a Comunicação Científica como campos científicos de grande importância, sobretudo no que tange à avaliação científica. As abordagens teóricas e metodológicas, especificamente da Bibliometria e da Comunicação Científica, possibilitam o mapeamento e a produção de indicadores cientométricos, ligados às áreas científicas em análise. Hjørland e Albrechtsen (1995) ressaltam que cada domínio tem suas particularidades, seus discursos ideológicos e por esta razão não podem ser tratados como semelhantes. Nessa perspectiva, ressalta-se que os dados obtidos não representam valores absolutos, mas sim a avaliação do ponto de vista diacrônico e sincrônico em dado período de tempo selecionado e analisado (Hjørland, 2002). O autor destaca que os dados quantitativos e qualitativos são necessários para a visualização de estruturas e instituições de comunicação científica.

Em suma, a Análise de Domínio compreende o entendimento das áreas do conhecimento como comunidades de discurso. Swales (1990), ao discutir o conceito de comunidades de discurso, reporta-se a redes sociais e retóricas que se organizam a partir de objetivos comuns. Os membros dessas comunidades possuem familiaridade com gêneros discursivos específicos, de tal modo que detêm convenções próprias e tradições para as quais as diversas atividades verbais convergem (Guedes; Mollica, 2012). Hjørland e Albrechtsen (1995) destacam a importância da análise dessas comunidades, na medida em que as pessoas desenvolvem processos cognitivos particulares acerca da organização do conhecimento, padrões de cooperação, linguagens e formas de comunicação. Portanto, os sistemas e critérios de avaliação e comunicação da informação e do conhecimento são processados a partir de reflexões acerca de objetos de pesquisa dessas comunidades e de sua função na sociedade. Sendo assim, a Bibliometria e a Comunicação Científica, entre outras áreas relevantes do conhecimento, devem ser vistas nesta perspectiva (Hjørland; Albrechtsen, 1995).

Marshakova (1981) destaca que a importância da pesquisa

bibliométrica fundamenta-se na necessidade de conhecimento e avaliação, por exemplo, da produtividade e popularidade de autores, redes de citação, frentes de pesquisa, elites de pesquisadores, que revelam modelos e padrões específicos de comunicação científica, em domínios do conhecimento ou comunidades discursivas.

A Bibliometria é área de pesquisa constituída por um conjunto de leis e princípios empíricos que contribuem para a fundamentação teórica da CI e visa investigar fenômenos inerentes à comunicação científica em domínios distintos do conhecimento. Tague-Sutcliffe (1992, p. 1) define Bibliometria como “o estudo dos aspectos quantitativos dos processos de produção, disseminação e uso da informação registrada [...] desenvolve medidas e modelos matemáticos visando à sua utilização em estudos de prospecção e tomadas de decisão”.

O termo Bibliometria foi introduzido por Allan Pritchard, no artigo *Statistical Bibliography or Bibliometrics*, editado em 1969, para designação da área de pesquisa definida pelo autor como “a aplicação da matemática e de métodos estatísticos para livros, artigos e outros meios de comunicação [...] o termo deve ser usado explicitamente em todos os estudos para quantificar os processos de comunicação escrita” (Pritchard, 1969, p. 348). Pao (1989) acrescenta que publicações, autores, palavras chave, usuários, citações e títulos de periódicos são alguns dos parâmetros pesquisados em estudos bibliométricos da literatura, visando à quantificação e prognosticação dos processos de comunicação escrita.

Glänzel (2003, p. 5) considera que

a Bibliometria é um dos raros campos de investigação verdadeiramente interdisciplinares e que abrange quase todos os domínios científicos. A metodologia bibliométrica integra componentes das matemáticas, das ciências sociais, das ciências naturais, da engenharia e até das ciências da vida.

A Cientometria aplica técnicas bibliométricas à domínios da ciência, com objetivo de investigar o desenvolvimento de

disciplinas, produtividade de pesquisadores, relações entre desenvolvimento científico e crescimento econômico e social, entre outros fenômenos, com o intuito de subsidiar políticas científicas (Cf. Garfield, 2009; Hayashi; Maroldi; Hayashi, 2021; Maricato; Noronha, 2012; Price, 1965, 1976). Para Tague-Sutcliffe (1992, p. 1), a Cientometria é parte da Sociologia da Ciência e é definida como “o estudo dos aspectos quantitativos da ciência como uma disciplina ou atividade econômica” aplicada ao desenvolvimento de políticas científicas (Tague-Sutcliffe, 1992).

Segundo a *International Society of Scientometrics and Informetrics* (ISSI), a Cientometria é a subárea da CI que utiliza análises quantitativas para mensuração da informação científica, com o propósito de investigar a distribuição, circulação e uso da informação entre indivíduos, disciplinas, organizações e países. Saracevic e Garfield (2010) destacam que a Cientometria abrange a mensuração de pesquisas desenvolvidas por cientistas, especialmente a análise de suas produções e citações.

Do ponto de vista cientométrico e bibliométrico, alguns estudos utilizam a análise de citações. A análise de citações fundamenta-se no princípio de que citação é um indicador válido de influência do trabalho citado sobre o outro em análise, evidenciando conexões intelectuais.

Marshakova (1981) considera que os primeiros estudos de análise de citações foram realizados após a fundação do *Institute for Scientific Information* (ISI) por Garfield, o qual compilou um repertório de citações, resultando nos índices *Science Citation Index* (SCI), *Social Science Citation Index* (SSCI) e *Arts and Humanities Citation Index*, posteriormente publicados pela *Thomson Reuters Scientific* na base *Web of Science* (WoS). Segundo a autora, a popularidade de autores constitui uma medida de eficiência científica, sendo calculada pelo número de artigos que citam determinado autor. Já a popularidade de artigos de periódicos é aferida pelo número de trabalhos que citam o artigo em análise. Outro indicador de eficiência científica de autores é a produtividade científica em um determinado domínio do conhecimento, correspondente ao número de artigos publicados

por um autor em periódicos, em um dado período de tempo (Marshakova, 1981).

Swales (1986) também destaca a análise de citações em estudos bibliométricos e aponta esses estudos como aspectos interdisciplinares entre a Bibliometria e a Análise de Discurso em gêneros científicos. O autor destaca a importância da Bibliometria como abordagem para análise de domínio na OC e acrescenta que os laços interdisciplinares têm se intensificado nas áreas de análise de citações, na CI, Análise de Discurso e Sociologia da Ciência. O autor distingue que a análise de citações é relevante para historiadores de áreas especializadas no estabelecimento da origem e distribuição de ideias e descobertas, bem como do mapeamento de redes de influência, colaboração e dependência entre autores. Smiraglia (2011) admite que o ato de citar determina alguns indicadores e define o domínio analisado.

Assim, o presente projeto realiza pesquisas bibliométricas e cientométricas em comunidades de discurso de domínios científicos da UFRJ.

3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO PROJETO

A utilização de métricas para a produção de indicadores na avaliação da qualidade e desempenho de pesquisadores, instituições e títulos de periódicos etc tornou-se rotineira pelos governos, agências de fomento e organizações internacionais, sobretudo para a definição de prioridades e alocação de recursos à Ciência, Tecnologia e Inovação (Mugnaini; Carvalho; Campanatti-Ortiz, 2006; Okubo, 1997; Velho, 1985).

O projeto objetiva contribuir para o desenvolvimento de modelos bibliométricos e cientométricos para produção de indicadores sobre produtividade e popularidade de pesquisadores e instituições de ensino e pesquisa, voltando-se inicialmente para a análise e organização do conhecimento produzido por pesquisadores da UFRJ.

Com base na literatura, o projeto considerou as funções sociais básicas postuladas por Hjørland (2008) para a área de

OC. Nesse sentido, na comunicação científica de pesquisadores da UFRJ são observados dados reais quantitativos e qualitativos de produção, citação, fator de impacto, obsolescência, elite de autores, entre outros; os estudos bibliométricos e cientométricos desenvolvidos em domínios científicos que integram a Universidade vêm propiciando a organização do conhecimento produzido por pesquisadores membros de comunidades discursivas da UFRJ.

O projeto se motiva pela demanda de indicadores sobre a Universidade, referente especialmente à necessidade de focalizar quantitativamente e qualitativamente a pesquisa realizada pelo corpo social de pesquisadores. Desse modo, a proposição do estudo solicitado quer colocar a Universidade dentro das diretrizes que norteiam as metas governamentais nas esferas da Pesquisa, Ensino e Extensão.

O projeto ora apresentado toca em algumas questões importantes que concorrem para tornar os sistemas de comunicação e avaliação científica mais precisos, inteligentes e cientificamente constituídos. As áreas da Bibliometria, Cientometria e Comunicação Científica concorrem para o empreendimento do projeto, na medida em que a pesquisa-problema que se impõe como desafio é o de demonstrar como a análise bibliométrica e cientométrica da comunidade discursiva, suas citações, padrões de colaboração contribuem para a potencialização do conhecimento científico, tecnológico e da inovação na Instituição.

Em síntese, o projeto justifica-se em função da importância dessas abordagens para o enriquecimento da teoria e da prática de análises cientométricas, análise de domínio, comunicação científica, organização do conhecimento, sistemas de organização do conhecimento e produção de indicadores científicos.

Desse modo, as pesquisas desenvolvidas contribuem do ponto de vista teórico-metodológico para o avanço da CI. A proposição deste projeto vai da pesquisa básica à pesquisa aplicada, bem como para o mapeamento de redes de citações, grupo de elite, fator de impacto, cocitação, acoplamento bibliográfico, temáticas mais investigadas, entre outros indicadores ligados

à pesquisa produzida por pesquisadores e cientistas da UFRJ.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito do presente projeto, são desenvolvidas análises bibliométricas e cientométricas sobre a atividade científica de pesquisadores da UFRJ como contribuição para a produção e organização do conhecimento na Instituição. São pesquisas sobre a rede de comunicação, colaboração e internacionalização do conhecimento, no diálogo entre a Bibliometria e a OC, bem como para o reconhecimento de modelos e níveis de atuação da Universidade, nos diferentes domínios do conhecimento científico.

As pesquisas propostas pelo projeto preveem estudos bibliométricos em busca de indicadores cientométricos em domínios discursivos distintos. As investigações supõem aplicação de leis e técnicas diferenciadas, nas quais especialistas em estudos métricos da informação investigam a popularidade e produtividade de autores, padrões de colaboração entre autores e instituições e níveis de internacionalização do conhecimento, a partir de modelos empíricos, estatísticos e matemáticos. São modelados SOC de naturezas social e semântica como nuvem de palavras e redes de colaboração, utilizando-se softwares especializados na análise de textos para a construção e visualização de redes bibliométricas baseadas na citação, colaboração, frequência de termos, entre outras relações.

REFERÊNCIAS

BRASCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA

INFORMAÇÃO, 9., São Paulo, 2008. **Anais** [...]. São Paulo: USP, 2008. p. 1-14. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/176535>. Acesso em: 24 maio 2024.

DAHLBERG, I. Knowledge organization: a new science? **Knowl-**

edge organization, [s. l.], v.33, n. 1, 2006.

GARFIELD, E. From the science of science to Scientometrics visualizing the history of science with HistCite software. **Journal of Informetrics**, [s. l.], v. 3, n. 3, p. 173-179, 2009.

GLÄNZEL, W. **Bibliometrics as a research field**: a course on theory and application of bibliometric indicators. [S.l.]: Coursehandouts, 2003.

GUEDES, V. L. S.; MOLLICA, M. C. M. **Gêneros discursivos e Ciência da Informação**. Disponível em: C:\Users\DELL\AppData\Local\Microsoft\Windows\Temporary Internet Files\Content.IE5\C2015WES\genero discursivo.pdf. Acesso em: 01 jun. 2025.

HAYASHI, M. C. P. I.; MAROLDI, A. M.; HAYASHI, C. R. M. Revisitando Derek de Solla Price na Cientometria brasileira: análise de citações em artigos da SciELO.br. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 1, p. 19-40, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v12i1p19-40>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/incid/article/view/168906/172364>. Acesso em: 05 jun. 2025.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: Domain-analysis, **Journal of the American Society for Information Science**, [s. l.], v. 48, n. 6, p. 400-425, 1995.

HJØRLAND, B. Domain analysis in information science: eleven approaches—traditional as well as innovative. **Journal of documentation**, [s. l.], v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002.

HJØRLAND, B. Domain Analysis: a socio-cognitive orientation for Information Science Research. **Bulletin of the American Society for Information Science and Technology**, [s. l.], v. 30, n. 3, p. 17-21, 2004.

HJØRLAND, B. What is Knowledge Organization (KO)? **Knowledge organization**, [s. l.], v. 35, n. 2/3, 2008.

HJØRLAND, B. Knowledge organization (KO). **Knowledge organization**, [s. l.], v. 43, n. 6, p. 475-484, 2016.

HJØRLAND, B.; BARROS, T. H. B. Análise de domínio. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 30, e-143244, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.30.140568>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/140568/92715>. Acesso em: 10 jun. 2025.

INTERNATIONAL SOCIETY OF SCIENTOMETRICS AND INFORMETRICS. ISSI Conference, 13., 2011. **Scope**. Disponível em: <http://www.issi2011.uzulu.ac.za/index.php/announcement>. Acesso: 05 mar. 2025.

MARCONDES, C. H. Organização e representação do conhecimento em ambientes digitais: as relações entre ontologia e Organização do Conhecimento. *In*: GUIMARÃES, J. A. C.; DODEBEI, V. (org.). **Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade**. Marília: ISKO-Brasil: FUNDEPE, 2012.

MARICATO, J. M.; NORONHA, D. P. Indicadores bibliométricos e cientométricos em CT&I: apontamentos históricos, metodológicos e tendências de aplicação. *In*: HAYASHI, M. C. P. I.; LETA, J. (org.). **Bibliometria e Cientometria: reflexões teóricas e interfaces**. São Carlos: Pedro & João, 2012. v. 1, p. 21-41.

MARSHAKOVA, I. V. Citation networks in information science. **Scientometrics**, [s.l.], v. 31, n. 1, p. 13-26, 1981.

MUGNAINI, R.; CARVALHO, T.; CAMPANATTI-ORTIZ, H. Indicadores de produção científica: uma discussão conceitual. *In*: POBLACION, D. A.; WITTER, G. P.; Silva, J. F. M. (org.). **Comunicação e produção científica: contexto, indicadores, avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006. 426 p. ISBN: 85-86421-19-7.

OKUBO, Y. Bibliometric indicators and analysis of research systems: methods and examples. **OECD Science, Technology and Industry Working Papers**, [s. l.], n.1997/01. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/bibliometric-indicators-and-analysis-of-research-systems_208277770603.html. Acesso em: 27 mar. 2025.

ØROM, A. Knowledge organization in the domain of art studies-history, transition and conceptual changes. **Knowledge organiza-**

tion, Baden-Baden, v. 30, n. 3/4, p. 128-143, 2003. DOI: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2003-3-4-128>. Disponível em: <https://article.imrpress.com/journal/KO/30/3-4/10.5771/0943-7444-2003-3-4-128/844360be9a87f617b337f5516706c94e.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2024.

PAO, M. L. **Concepts of information retrieval**. Englewood, Colorado: Libraries Unlimited, 1989.

PRICE, D. J. S. Networks of scientific papers: the pattern of bibliographic references indicates the nature of the scientific research, **Science**, [s. l.], v. 149, n. 3683, p. 510-515, July 1965.

PRICE, D. J. S. **O desenvolvimento da ciência: análise histórica, filosófica, sociológica e econômica**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976.

PRITCHARD, A. Statistical Bibliography or Bibliometrics. **Journal of Documentation**, [s. l.], v. 25, p. 348-349, 1969.

SARACEVIC, T.; GARFIELD, E. On measuring the publication productivity and citation impact of a scholar: a case study. *In*: LARSEN, B.; SCHNEIDER, J. W.; ASTROM, F. **The Janus Faced Scholar: a Festschrift in Honour of Peter Ingwersen**. Special volume of the e-zine of the International Society for Scientometrics and Informetrics, v. 06-S, June 2010.

Disponível em: <http://garfield.library.upenn.edu/papers/ingwersenfestschrift2010.pdf> Acesso em: 27 mar. 2025.

SMIRAGLIA, R. P. ISKO 11's diverse bookshelf: an editorial. **Knowledge Organization**, [s. l.], v. 38, n. 3, p. 179-186, 2011. DOI: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2011-3-179>. Disponível em: <https://article.imrpress.com/journal/KO/38/3/10.5771/0943-7444-2011-3-179/5aad050a1afddd670c0794f91a74cedb.pdf>. Acesso: 25 maio 2025.

SWALES, J. M. Citation analysis and discourse analysis, **Applied Linguistics**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 39-56, 1986. Disponível em: http://applij.oxfordjournals.org/cgi/pdf_extract/7/1/39 Acesso em: 01 jun. 2025.

Swales, J. M. **Genre analysis**: English in academic and research settings. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TAGUE-SUTCLIFFE, J. An introduction to informetrics. **Information Processing & Management**, [s. l.], v. 28, n. 1, p. 1-3, Jan./Feb. 1992. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/030645739290087G>. Acesso: 24 maio 2025.

VELHO, L. Como medir a ciência. **Revista Brasileira de Tecnologia**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 35-41, 1985.



Prof. Dr. Antonio José Barbosa de Oliveira

Diretor da FACC/UFRJ

Doutor em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO e Estágio Pós-doutoral junto ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia (HCTE/UFRJ). Professor do Departamento de Biblioteconomia. Diretor da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC/UFRJ) e Investigador Associado do Centro de Investigações e Estudos em Sociologia (CIES) do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE).

E-mail: antoniojose@facc.ufrj.br | **ORCID:** 0000-0001-8511-1911



Profa. Dra. Paula Maria de Carvalho Pinto Costa

Diretora da FLUP/UPorto

Doutora em História pela Universidade do Porto (UPorto) e Professora Associada do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigadora do Centro de Investigação Transdisciplinar *Cultura, Espaço e Memória* (CITCEM), atual Diretora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP/UPorto).

E-mail: ppinto@letras.up.pt | **ORCID:** 0000-0002-1926-2276



Prof. Dr. Thiago Henrique Bragato Barros

Presidente da ISKO (PPGCIN/UFRGS)

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e Pós-Doutorado em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UNB). Professor Adjunto no Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Professor permanente nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFRGS e UFSC. Presidente da International Society for Knowledge Organization - ISKO (2022-2026).

E-mail: bragato.barros@ufrgs.br | **ORCID:** 0000-0001-7439-5779



Profa. Dra. Olívia Manuela Marques Pestana

Pró-Reitora de Infraestruturas Culturais e Alumni da UPorto

Doutora em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais pela Universidade do Porto (UPorto) e Mestre em Gestão da Informação pela UPorto. Professora Auxiliar do Departamento de Ciências da Comunicação e da Informação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP/UPorto). Investigadora do Centro de Investigação Transdisciplinar *Cultura, Espaço e Memória* (CITCEM).

E-mail: opestana@reit.up.pt | **ORCID:** 0000-0002-5485-3143



Prof. Dr. Gustavo Silva Saldanha

Pesquisador Titular do IBICT

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e estágio Pós-doutoral na Université Toulouse III. Professor Associado da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professor Permanente do PPGCI-IBICT. Líder do grupo de pesquisa *Ecce Liber: filosofia, linguagem e organização dos saberes* (IBICT-UNIRIO).

E-mail: gustavosaldanha@ibict.br | **ORCID:** 0000-0002-7679-8552



Prof. Dr. Carlos Alberto Marques Gouveia

Presidente da Associação Europeia de Linguística Sistemico Funcional

Doutor em Letras, especialidade em Linguística Aplicada, pela Universidade de Lisboa (ULisboa) e Mestre em Estudos Anglo-Americanos, na especialidade de Linguística, pela ULisboa. Professor Associado do Departamento de *Estudos Anglísticos, com Agregação em Análise do Discurso*, na Faculdade de Letras da ULisboa. Investigador no Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada (CELGA-ILTEC) da Universidade de Coimbra.

E-mail: carlos.gouveia@letras.ulisboa.pt | **ORCID:** 0000-0001-8532-6840



Profa. Dra. Vania Lisboa da Silveira Guedes

FACC/UFRJ-PPGCI/IBICT

Doutora e Pós-Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGL/UFRJ). Investigadora Visitante em estágio Pós Doutoral em curso na Universidade de Lisboa. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e Professora Associada do Departamento de Biblioteconomia da UFRJ. Líder do Grupo de Pesquisa *Organização do Conhecimento e Análise (Crítica) do Discurso nas Ciências*.

E-mail: vanialisboa@facc.ufrj.br | **ORCID:** 0000-0001-5854-5677



Prof. Dr. Jorge Manuel Rias Revez

Subdiretor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade de Coimbra, Mestre em História Contemporânea pela Universidade de Lisboa e Professor Auxiliar do programa de Ciência da Informação na Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa (ULisboa). Investigador no Centro de Estudos Classicos, Universidade de Lisboa (CEC).

E-mail: jrevez@campus.ul.pt | **ORCID:** 0000-0002-3058-943X



Profa. Dra. Fernanda Ribeiro

Professora Catedrática do DCCI-UPorto

Doutora em Ciências Documentais pela Universidade do Porto (UPorto), com Título de Agregação em Ciências e Técnicas do Patrimônio pela Faculdade de Letras (FLUP) da UPorto. Membro integrado do Centro de Investigação Transdisciplinar *Cultura, Espaço e Memória*. Atuou como Diretora e Presidente do Conselho Científico da FLUP (2014-2023).

E-mail: fribeiro@letras.up.pt | **ORCID:** 0000-0002-5641-9199



Prof. Dr. Gustavo Henrique de Araújo Freire

Chefe de Departamento de Biblioteconomia da FACC

Doutor e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Professor Titular e Chefe do Departamento de Biblioteconomia da FACC/UFRJ. Professor colaborador no PPGCI/IBICT/UFRJ. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Mestrado e Doutorado, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

E-mail: gustavofreire@facc.ufrj.br | **ORCID:** 0000-0002-9296-2340



Profa. Dra. Maria de Fatima S. O. Barbosa

FACC/UFRJ-Faculdade de Letras da UFRJ

Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística PPGL/UFRJ. Professora do Departamento de Biblioteconomia da FACC/UFRJ e professora permanente do Mestrado Profissional em Letras, polo UFRJ. Líder do Grupo de Pesquisa *Organização do Conhecimento e Análise do Discurso nas Ciências*, na área de Organização do Conhecimento da Ciência da Informação (UFRJ). Pós-doutoramento em Ciência da Informação pelo PPGCI/IBICT-UFRJ (2014). Membro da International Society for Knowledge Organization (ISKO) e Sócia efetiva da Associação Brasileira de Linguística - ABRALIN.

E-mail: fatima.barbosa@facc.ufrj.br | **ORCID:** 0000-0003-3376-2418



Profa. Dra. Maria José Veloso da Costa Santos

FACC/UFRJ

Doutora em História das Ciências pelo Programa de História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia (HCTE/UFRJ). Mestre em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Professora do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Integra, como segundo líder, o Grupo de Pesquisa *Bibliometria e Cientometria como abordagem teórico metodológica para a Organização do Conhecimento*.

E-mail: msantos1402@facc.ufrj.br | **ORCID:** 0000-0003-0473-5680

ESTA OBRA FOI IMPRESSA NA



Oficina de Livros

WWW.OFICINADELIVROS.COM.BR
CONTATO@OFICINADELIVROS.COM.BR

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Reitor: Roberto de Andrade Medronho

Vice-Reitora: Cássia Curan Turci

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS

Decano: Flávio Alves Martins

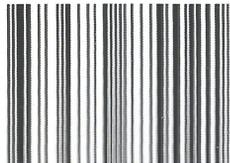
Vice-Decano: João Luiz Pondé

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Diretor: Marcos Roberto Pinto

Vice-Diretora: Eliane Ribeiro Pereira

ISBN 978-65-80879-02-1



9 786580 879021 >